



Diagnóstico Situacional da Infância e Adolescência de Guaratinguetá





DISIA
GUARATINGUETÁ
Diagnóstico Situacional da Infância e
Adolescência de Guaratinguetá



sustentabilidade



Realização:

CMDCA Guaratinguetá, representantes do poder público (titulares e suplentes)

Ana Maria Peluso de Andrade Almada, Secretária Municipal de Educação
Cynthia Corrêa de Oliveira Ferreira, Secretária Municipal de Saúde
Eliane da Cruz, Gabinete do Prefeito
Josimere Pereira de Souza, Secretária Municipal de Esporte
Luciana Ferreira dos Santos, Secretária Municipal de Administração
Marcela Bittencourt Damasceno, Secretária Municipal de Assistência Social
Marcia Helena Del Mônico, Secretária Municipal de Educação
Maria Inácia dos Santos, Secretária Municipal da Fazenda
Rogério Ferreira Lopes, Secretária Municipal de Assistência Social
Sandra Valéria Soares, Secretária Municipal de Administração
Sergio Ricardo de Souza, Secretária Municipal de Esporte
Sheyla Pinto de Oliveira Ruas, Secretária Municipal de Saúde
Vânia Cristina Barros, Secretária Municipal da Fazenda
Vania Cristina Lourenço Souza, Gabinete do Prefeito

CMDCA Guaratinguetá, representantes da sociedade civil (titulares e suplentes)

Ana Paula Leandro, Projeto Espaço Amigo
Bruna Danielen dos Santos, Guarda Mirim e secretária do CMDCA
Cintia Giane Liemes Steijer, representante dos responsáveis legais
Eliane Helena da Silva, APAE Guaratinguetá
Eugênia Christina Bezerra de França Silva, Creche Nova Vida
Felipe Rodrigues da Silva, OAB Guaratinguetá
Giuliane Aparecida Machado, Serviço de Obras Sociais
Lila Cristina Guimarães Vanzella, Creche Chico Xavier
Luciana Aparecida Silva, representante dos responsáveis legais e presidente do CMDCA
Luiz Gustavo Cavalheiro Ferreira, OAB Guaratinguetá
Marcela Pereira Nogueira, Casa Laura Vicuña
Marcia Regina Moscato Amoroso, Instituto Lucas Amoroso
Miriam Cavalheiro da Silva, Projeto Girassol
Rosângela Monteiro Caltabiano, Instituto Lucas Amoroso



Secretaria Municipal de Assistência Social

Aleksander Borges Rodrigues da Silva, fiscal de projeto (após jul/22)
Marcos Evangelista da Silva Rodrigues, secretário municipal
Samuel Felipe de Araújo Reis, fiscal de projeto (até jul/22)



Prefeitura Municipal da
Estância Turística de
Guaratinguetá

CMDCA Guaratinguetá
Rua Dom Bosco nº 7, São Benedito
Guaratinguetá - SP, 12502-150
cmdca@guaratingueta.sp.gov.br

CNPJ: 18.980.042/0001-00
(12) 3133-2163 e 3122-3157



Autenticar documento em <https://guaratingueta.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 310036003500360036003A00500052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Apoio:

Comissão Intersetorial

Amanda Velloso, Projeto Girassol
Ana Carolina Silva Aman, CREAS
Andréa Laueremann, Instituto Lucas Amoroso
Bruna Danielen Santos, Guarda Mirim
Carolina Areco, Secretaria Municipal de Saúde
Cristiane Reggiani da Silva, UBS Pedrinha
Daniela Aparecida Ramos de Dima, CRAS Parque do Sol
Eliana Carvalho de Abreu Oliveira, Conselho Tutelar
Elis Regina Oliveira, SASIMG
Fátima Aparecida Aires de Oliveira, CRAS Pedregulho
Georgiano Joaquim Antônio dos Santos, CREAS
Humberto Alckmin, Secretaria Municipal de Educação
Jeferson Castro de Oliveira, Polícia Militar
Jônatas Vital, Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Karen Godoy dos Passos, Secretaria Municipal de Educação
Leila Aparecida Pisani Rocha, Conselho Tutelar
Letícia Aparecida de Oliveira, CRAS Vila Paulista
Lila Cristina Guimarães Vanzella, Creche Chico Xavier
Luís Antonio de Oliveira, Polícia Militar
Maria Marhta Ribeiro de Freitas, Grupo Fraternidade Irmão Altino
Meire de Brito Ferraz, Conselho Tutelar
Miriam Cavalheiro da Silva, Fazenda da Esperança
Mônica Oliveira da Silva, Técnica de Enfermagem
Neimer Jorge Máximo da Silva, Polícia Militar
Samantha Silva, estudante de Gestão Empresarial
Sérgio Ricardo de Souza, Secretaria Municipal de Esportes
Vanessa Prudêncio Lange, Guarda Mirim
Wagner Guimarães de Assis, Polícia Militar

Execução:

TodosUm Sustentabilidade

Alexandre Alessio Alves, pesquisa e sistematização
Alexandre Randi, coordenação-técnica
Andrea Miranda, articulação local
Luiz Gustavo Cardia Mazetti, coordenação-geral
Márcia Maria de Sousa Thomazinho, coordenação-técnica
Paula de Oliveira Mello, consultoria jurídica
Priscila dos Reis Velloso, articulação local
Suzana Cardoso Silva, pesquisa e sistematização

TODOSUm

sustentabilidade

TodosUm Sustentabilidade

Rua Coronel Camisão nº 420 apto 42
São Paulo - SP, Vila Gomes, 05590-120
contato@todosum.com

Todos os direitos reservados © com cessão exclusiva
ao CMDCA e Prefeitura Municipal de Guaratinguetá.

Junho de 2023



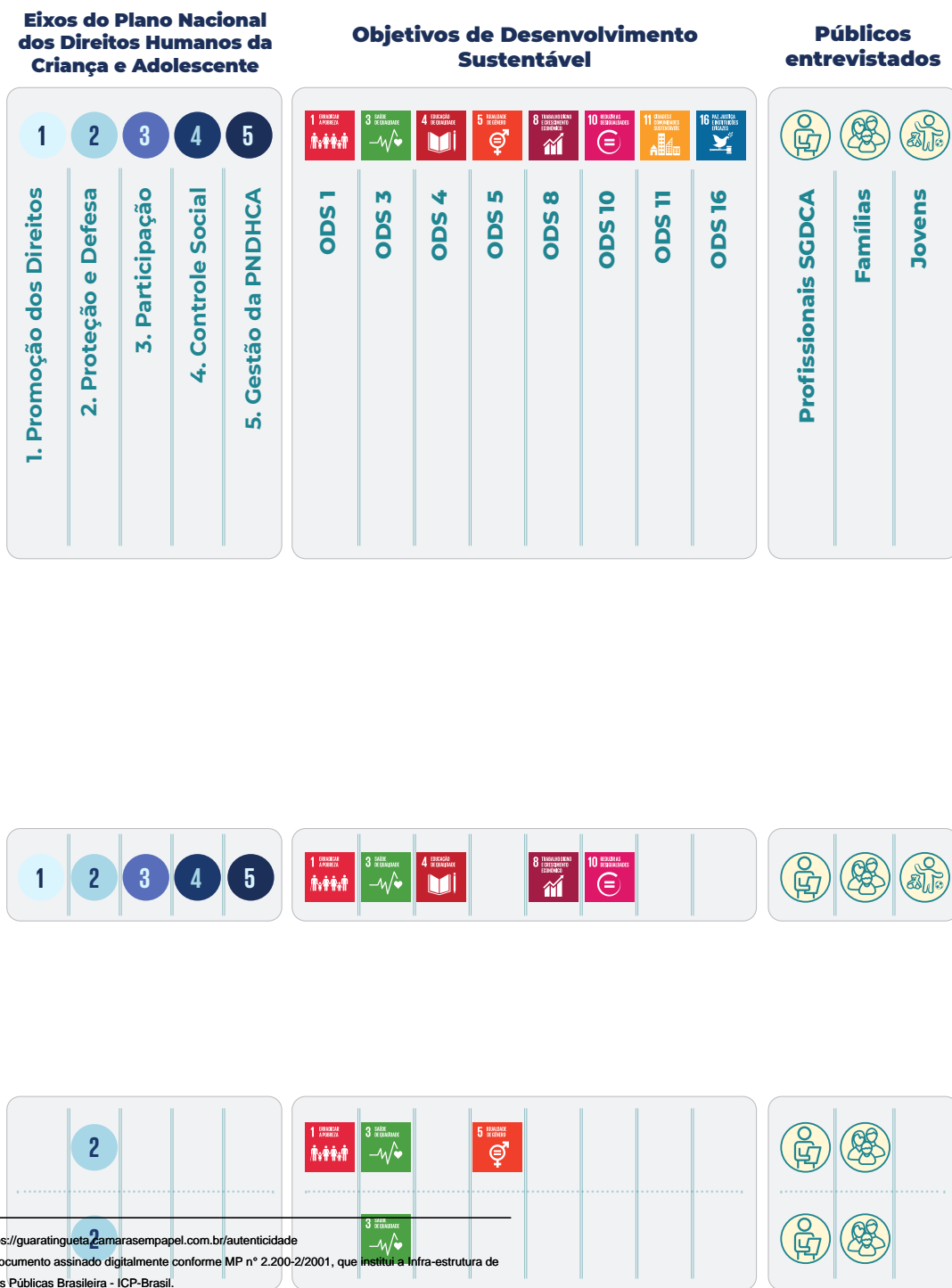
Autenticar documento em <https://guaratingueta.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 310036003500360036003A00500052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de
Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÍNDICE

	Pág.
Editorial	3
Índice	5
I. Apresentação da Presidência do CMDCA	9
II. Introdução da Empresa de Consultoria	10
III. Metodologia Implementada	11
IV. Resumo Executivo - Diagnóstico	15
V. Controle Amostral	18
1ª Fase	20
1. Análise Preliminar	21
1.1. Caracterização do Município segundo dados oficiais.	21
1.2. Principais problemas identificados pela população preliminarmente.	29
2ª Fase	32
2.1. Problematização do público infanto-juvenil	33
2.1.1. Públicos que se encontram em maior risco/sofrem mais violações entre crianças e adolescentes.	33
2.1.2. Faixa etária que mais sofre violação de direitos atualmente no município.	37



Pág.



Autenticar documento em <https://guaratingueta.camarasempapel.com.br/autenticidade>

com o identificador 31003600350036003A00500052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de

Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.3. O que pensam os jovens? 43

2.3.1. Quem são e como vivem os jovens entrevistados: região, gênero, cor de pele, organização familiar (com quem moram), convivência/risco, acesso à internet, moradia, alimentação, diversidade e voz ativa. 43

2.3.2. O que pensam do seu entorno: bairro, cidade e qualidade de vida em geral. 45

2.3.3. O que pensam dos serviços públicos em geral: segurança pública, saúde, mobilidade urbana e lazer & diversão. 47

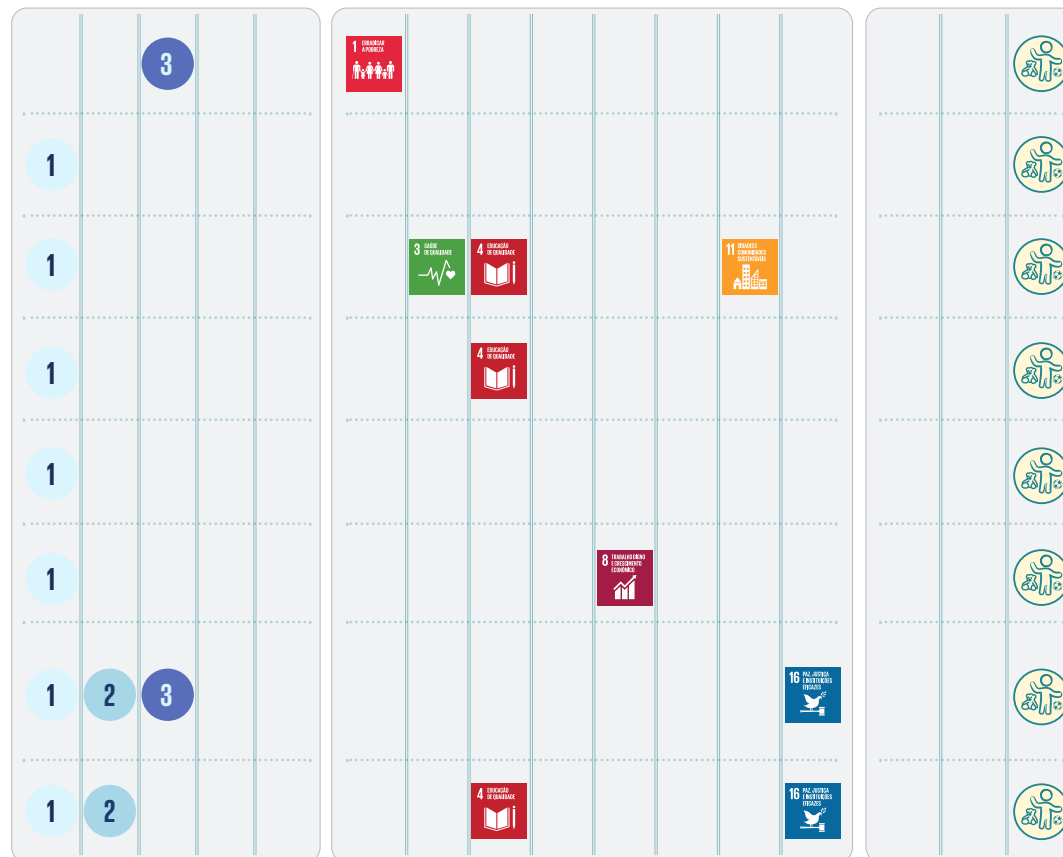
2.3.4. O que pensam da Educação: risco de abandono escolar e avaliação da infraestrutura e serviços de ensino. 49

2.3.5. Acesso a atividades e oferta cultural: biblioteca pública, cinema, esportes, jogos eletrônicos, livros/revistas, museu, parque/prça, show de música ao vivo, teatro e televisão. 52

2.3.6. Qual sua relação com o mercado de trabalho: se estão trabalhando, equilíbrio entre trabalho e estudos, preparação para o mercado de trabalho e sonho de futuro profissional. 54

2.3.7. Acesso e percepção dos seus direitos: conhecimento sobre o ECA, percepção da garantia de direitos, responsáveis pela garantia dos direitos, sentimento de pertencimento à cidade e quais direitos considera NÃO estão sendo garantidos. 56

2.3.8. Com quem tiram dúvidas sobre: sexualidade, drogas e violência. 58

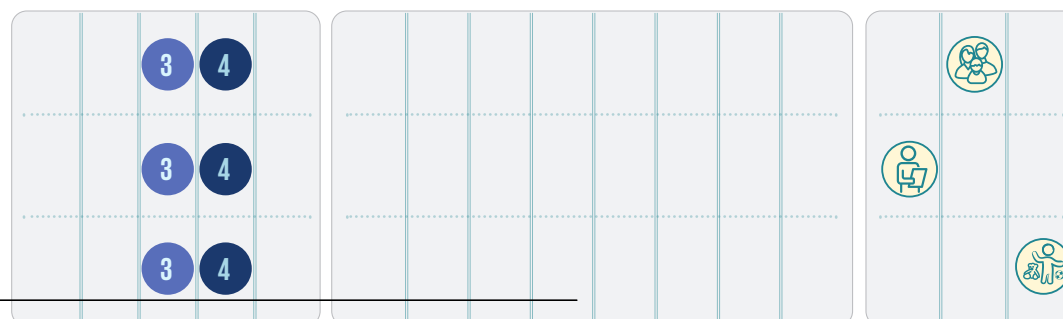


2.4. Organização social 59

2.4.1. Conhecimento da população sobre ESPAÇOS de participação e controle social. 59

2.4.2. Avaliação dos profissionais de SGDCA sobre a participação da população no controle social. 59

2.4.3. Reconhecimento de crianças e adolescentes sobre seus espaços de participação. 59



2.5. Caminhos para mudança 60

2.5.1. Maiores DESAFIOS de Guaratinguetá em relação às crianças e adolescentes. 60

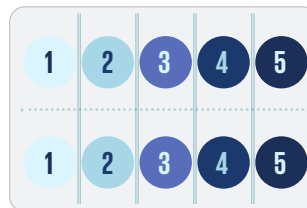
2.5.2. Identificação de PRIORIDADES para que Guaratinguetá promova mais qualidade de vida às crianças e adolescentes. 62

3ª Fase 63

3. Considerações Finais 64

3.1. Considerações sobre o contexto de Pós-Pandemia. 64

3.2. Considerações sobre os dados analisados. 64



I. Apresentação da presidente do CMDCA

Este é o primeiro Diagnóstico Situacional da Infância e Adolescência, que carinhosamente chamamos de DISIA, realizado pelo CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Guaratinguetá e viabilizado pelo investimento social da Basf, por meio da lei de incentivo fiscal do FUMCAD - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. O DISIA visa cumprir o importante papel atribuído ao conselho pelo ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, na tarefa de planejar e controlar as políticas públicas, no processo permanente, participativo, transparente e tecnicamente mais qualificado de diagnóstico da realidade, definição de prioridades, proposição de ações e acompanhamento da inclusão de programas de ação no ciclo orçamentário municipal que atendam necessidades das crianças e adolescentes.

Iniciado em 2022, o DISIA passou por vários momentos de reflexão, discussão e dificuldades que envolveram todos os conselheiros do CMDCA, pesquisadores e técnicos dos serviços responsáveis pelas políticas públicas do SGDCA - Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes de Guaratinguetá. Por isso, foi um grande desafio mobilizar, instrumentalizar e sensibilizar o poder público e a sociedade civil local para o conhecimento sobre a realidade da situação da criança e do adolescente no município, identificando os problemas que interferem no desenvolvimento pleno, na proteção da criança e do adolescente e seus determinantes, bem como a priorização para ações transformadoras da realidade e a responsabilização coletiva pelas ações que foram as metas que nortearam a origem do diagnóstico, produzido sobre a análise de referências locais e com a participação efetiva de crianças e adolescentes da comunidade, das organizações da sociedade civil e dos órgãos públicos.

As estatísticas e os dados revelados neste documento contribuem para a construção de políticas públicas mais eficientes, para a criação de metas e objetivos norteadores da aplicação de recursos públicos que garantam, de fato, os direitos da infância e da adolescência responsabilizando-se por cumprir o que dispõe o artigo 227 da Constituição Federal: *“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão,”* assim como a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, aprovada em 1959, e, em nível continental, o Pacto de São José da Costa Rica, celebrado em 1969, que estabelece, em seu artigo 19, que *“toda criança tem direito às medidas de proteção que sua condição de menor requer por parte da família, da sociedade e do Estado.”*

No entanto, sem um diagnóstico qualificado, que reconheçam peculiaridades, problemas e potencialidades do território, os gestores e os cidadãos terão mais dificuldades para concretizarem os princípios estabelecidos pelas políticas de atendimentos previstas no ECA, que podem ser sintetizadas em três grupos: políticas de medidas protetivas e socioeducativas; políticas de defesa de direitos; políticas sociais básicas (educação; saúde; cultura, esporte e lazer; assistência à família, etc.). A possibilidade de agir com maior assertividade na busca de soluções para a promoção do cidadão é o que renova o compromisso de garantir um futuro promissor para as novas gerações e permite a transformação de situações que crianças e adolescentes, apesar dos avanços conquistados, ainda enfrentam.

A expectativa com a conclusão do DISIA é de que se possa produzir o fortalecimento de uma efetiva rede do sistema de defesa e proteção da infância e adolescência, contribuindo para a construção de políticas públicas comprometidas com a consolidação da cidadania e a efetivação dos direitos infanto-juvenis no âmbito municipal.

Que o conhecimento da realidade local faça despertar desejos de mudanças, pois é no município que se articula a proteção integral da criança e do adolescente e onde acontece, ou deve-se acontecer, o diálogo entre todas as instâncias governamentais e não governamentais voltadas para esse propósito. É no elo das redes de atendimentos e de garantia de direitos que estes se fortalecem, num esforço que se traduz na definição de políticas públicas eficazes e atendimento de qualidade e com uma justiça social verdadeiramente efetiva. É importante destacar, que este diagnóstico não pretende ser o final de uma etapa, mas sim, o início de uma nova, com coleta e sistematização permanentes de dados, promovendo atualizações que permitam a releitura da realidade, com propostas de ações coerentes, e principalmente, que o DISIA possibilite a implementação efetiva de um verdadeiro Sistema de Garantia de Direitos.

Em nome do CMDCA, agradeço a todos que colaboraram com a elaboração deste documento, por meio do respeito ao princípio constitucional da prioridade absoluta, que sem dúvida se constitui num dos pressupostos indispensáveis à melhoria sob todos os aspectos implementando uma sociedade livre, justa e solidária e em condições de vida às nossas crianças e adolescentes. O DISIA foi um projeto desenvolvido por muitas pessoas que à frente do CMDCA dedicaram voluntariamente seus conhecimentos. Meu especial agradecimento a Ivânia Palmeira, Vivian Fonte, Mariana Horta, Fátima Aires, Bruna Danielen e Andrea Lauermann, que estiveram ao lado desta longa jornada como amigas, profissionais capacitadas, incentivadoras e que lutam pela causa em prol da infância e adolescência do município.

Luciana Aparecida Silva

Presidente do CMDCA de Guaratinguetá



Autenticar documento em <https://guaratingueta.camarasempapel.com.br/autenticidade>

com o identificador 310036003500360036003A00500052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de

Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II. O ECA é um conquista da sociedade brasileira

Prezados cidadãos jovens e adultos de Guaratinguetá.

É com imensa satisfação que a TodosUm Sustentabilidade apresenta o “Diagnóstico Situacional da Infância e Adolescência” de sua cidade. Neste último ano, nossa equipe teve a honra e o privilégio de conhecer mais de seu povo, história e suas principais lideranças locais. Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer pela calorosa receptividade com que nossa equipe sempre foi recebida. Nunca nos faltou uma boa prosa, um cafezinho quente e um acolhimento sempre especial. Encerramos este projeto com a certeza de que fizemos novos amigos e de que aprendemos muito com todos vocês.

Agora, com nosso trabalho entregue, chamamos a atenção para o fato de que, para além da importância em si destes dados para o planejamento da gestão pública e das organizações da sociedade civil, a realização deste trabalho representa também uma ação assertiva e diligente na defesa dos direitos das crianças e adolescentes de nosso país. Nos últimos anos, temos sofrido com ações que levaram ao enfraquecimento das políticas de controle social em geral e o crescimento de todo tipo de discurso contrário a alguns dos pilares mais elementares a garantia de direitos de nossos jovens.

Neste tocante, fazemos questão de lembrar, a quem possa ter contato com esse estudo diagnóstico, que este só existe porque o Brasil possui uma das mais completas legislações infanto-juvenis do mundo, que é o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. É graças ao ECA que temos em nosso país um claro paradigma que orienta o desenvolvimento de nossas crianças e adolescentes, suas garantias mais fundamentais e todo um sistema criado para tal. É graças ao ECA que existe esse diagnóstico e concluí-lo é por extensão uma forma de fortalecê-lo e a reafirmá-lo politicamente.

O ECA foi resultado de um intenso diálogo entre governo e sociedade civil ocorridas a esteira da redemocratização do Brasil com a Constituição de 1988. O que poucas pessoas sabem é que, por sorte, mais do que discutido no momento em que o Brasil se reorganizava enquanto democracia, ocorria ao mesmo tempo uma discussão análoga no âmbito das Nações Unidas, com a participação ativa de representantes brasileiros, que após décadas de aperfeiçoamento, levou a promulgação da “Convenção sobre os Direitos das Crianças”; também em meados de 1990. A concepção do ECA então incorporou importantes fundamentos e recomendações do que se estava discutindo nas Nações Unidas, além de nossa própria experiência nacional, fazendo com que fossemos um dos primeiros países do mundo a ratificar e ajustar sua legislação nacional e a criar um instrumento infraconstitucional específico ao que foi pactuado junto aos países-membro. Ou seja, o ECA é, sempre foi e continua sendo atual.

Portanto, sempre que ouvirem daquelas bobagens muito comuns em mídias sociais, com argumentos rasos e pouco contextualizados contrários ao ECA, de que este “subverte a hierarquia social”; é benevolente com jovens infratores ou que a “solução” seja diminuição da maioria penal para 16, 14 ou até 12 anos, cuidado, não caiam nessas tolices. Ao invés disso, recomendo que leiam o ECA, procurem saber mais sobre seu funcionamento e dos graves indicadores sociais que nosso país apresenta em relação aos jovens pretos e pardos ou às meninas em situação de vulnerabilidade. **O ECA é uma conquista da sociedade brasileira, um pilar de nossa democracia e a principal ferramenta em defesa de nossos jovens.**

Para fazê-lo funcionar, porém, não podemos perder de vista, que sua implementação só acontece naqueles estados e municípios que efetivamente investem na boa governança e no controle social. O enfrentamento das inúmeras mazelas de que sofrem nossas crianças e adolescentes não depende somente do estado, mas também de uma sociedade civil organizada, de uma economia sustentável e de uma população consciente de seus direitos. Cabe ao estado ser um ente indutor e agregador destes diferentes atores sociais. E cabe a sociedade ocupar seu espaço de forma estruturada e vigilante. Ficamos satisfeitos de ver Guaratinguetá se fortalecendo nessa direção.

Agradecemos à Prefeitura Municipal de Guaratinguetá por esta oportunidade de contribuir para a história da cidade, na pessoa do senhor Secretário Municipal de Assistência Social, Marcos Evangelista da Silva Rodrigues, que estando à frente da secretaria criou condições para que o diagnóstico pudesse se realizar. E por fim, um especial agradecimento à presidente do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaratinguetá, Luciana Aparecida Silva, por ter colocado grande energia para que o diagnóstico acontecesse pela via do CMDCA e por seu trabalho incansável, ético e de enorme qualidade. Luciana é uma pessoa verdadeiramente comprometida com esta causa, um exemplo a ser seguido e este diagnóstico um legado de seu mandato, realizado ao custo de anos de dedicação voluntária.

Luiz Mazetti & Márcia Thomazinho
TodosUm Sustentabilidade



Autenticar documento em <https://guaratingueta.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 310036003500360036003A00500052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III. Metodologia Implementada

Prezados leitores.

Antes de prosseguirmos com as análises deste Diagnóstico Situacional da Criança e do Adolescente de Guaratinguetá, gostaríamos primeiro de fazer um esforço nem sempre comum de esclarecimento do que seja esse trabalho, o que poderá lhes ajudar na sua compreensão e utilização.

Escopo

Primeiro, este é um diagnóstico situacional da infância e adolescência da cidade de Guaratinguetá, o que por si define e delimita seu objeto/sujeito de análise: as crianças e adolescentes desta cidade. Tal análise é feita a partir da compreensão dos seus direitos previstos na Constituição Federal e pelo Código Civil, devidamente esmiuçados pelo ECA e orientados pelo CONANDA na forma de cinco eixos temáticos:

- **Promoção dos direitos.**
- **Proteção e defesa dos direitos.**
- **Participação social.**
- **Controle social e efetivação de direitos.**
- **Gestão da política nacional dos direitos humanos de crianças e adolescentes.**

Segundo, é preciso informar o que é e (igualmente importante e esclarecedor) o que não é esse diagnóstico. O significado de diagnóstico é originado das ciências médicas, que é o ato de determinar as causas e as características de uma determinada doença, por meio da observação dos seus sintomas. Já na administração, é o ato de mensurar e compreender o desempenho e pontos de melhoria de um negócio. Ambos significados nos remete ao exercício de “problematização” e compreensão das origens destes problemas, que, portanto, neste caso, dizem respeito as crianças e adolescentes da cidade. É a partir deste diagnóstico que tais problemas, devidamente identificados, poderão ser resolvidos. Sem este, não há clareza ou direção quanto ao caminho a ser seguido.

Ao fazermos esta delimitação, é necessário adicionar que não coube ou não caberia a este diagnóstico fazer quaisquer análises ou juízos de valor sobre a gestão ou processos de trabalho internos dos órgãos públicos responsáveis de forma mais direta pelo bem estar de crianças e adolescentes em todos os âmbitos ou das entidades privadas que compõem o SGDCA da cidade. Todavia, há sim “avaliações de satisfação” sobre o funcionamento de alguns serviços públicos e do próprio SGDCA (o que trataremos mais abaixo), sob o ponto de vista dos seus maiores interessados.

Na sua forma final, este não se constitui de um instrumento de trabalho que se equivalha a um plano de ação, por exemplo. Entretanto, é importante dizer que no seu decorrer foi/é inevitável que algumas ideias coletadas sugiram possíveis soluções ou que alguns problemas identificados sejam “autoexplicativos” quanto a futuras ações que deverão ser tomadas. Por isso, mesmo que este não seja seu objetivo principal, este trabalho apresenta algumas recomendações de caráter preliminar e não exaustivo.

Por definição, o diagnóstico é uma “fotografia de momento”, isto é, uma leitura da realidade das crianças e adolescentes da cidade naquele determinado período. Como tal, limita-se a ilustrar fatos e impressões deste momento, traduzido em linguagem técnica e objetiva, sem deixar margem para quaisquer representações “ficcionalis” desta realidade.

Amostragem

A partir da tabela internacional de controle amostral e da contagem oficial de 112.072 habitantes (IBGE, 2010), chegamos à amostra ideal de 383 entrevistas para a realização deste diagnóstico, com grau de confiança de 95% e margem de erro de 5%. Ao longo deste processo, é possível verificar por meio da tabela de amostragem aplicada abaixo que atingimos um público muito maior, por meio da aplicação de diferentes instrumentos, alcançando e ultrapassando este número em ambas etapas, chegando a cifra final de 1.384



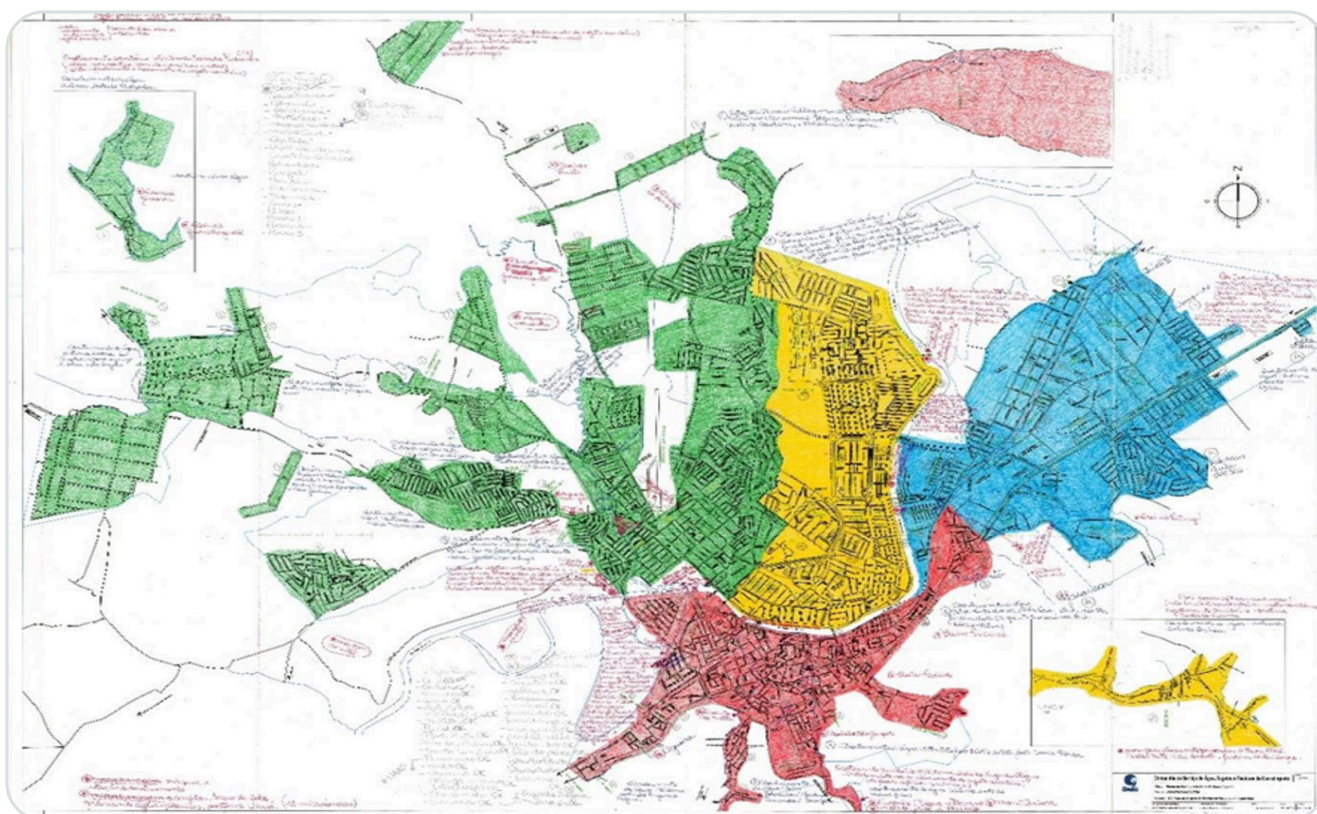
pessoas. Tal diferença se deu pois, quando da aplicação dos questionário on-line, já tínhamos atingido uma amostra satisfatória no dia 14/nov/2022, mas decidimos prorrogar ainda mais este processo de escuta até a data de 06/dez/2022, pois naquele momento entendemos que seria necessário um esforço adicional para alcançar maior representatividade em algumas categorias profissionais e em algumas áreas da cidade.

Comparando estes números finais com a demografia oficial da cidade, observa-se que conseguimos alcançar um número significativo de pessoas pretas e pardas, um pouco superior à média da cidade (46% de entrevistados contra 29% de cidadãos identificados como pretos e pardos segundo o IBGE) e uma proporção maior de mulheres respondendo aos questionários (77% de mulheres contra 23% de homens). Enquanto que o primeiro número foi um viés intencional de nossa equipe, o segundo é meramente a reprodução de uma tendência já conhecida, tal como observado historicamente nos censos do IBGE, visto que em nossa sociedade são as mulheres incumbidas na maioria das tarefas de "cuidado com a casa e família" ou mesmo da comunidade.

Com esta amostragem estabelecida, buscou-se ainda dividir os processos de escutas e coletas de dados em mais dois recortes: o primeiro por áreas de atenção observadas abaixo, transversalmente as entrevistas com atores do SGDCA que incluíram, por exemplo, servidores dos poderes judiciário e executivo municipal:

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Assistência Social | <ul style="list-style-type: none">• Meio Ambiente |
| <ul style="list-style-type: none">• Cultura | <ul style="list-style-type: none">• Mobilidade Urbana |
| <ul style="list-style-type: none">• Educação | <ul style="list-style-type: none">• Saúde |
| <ul style="list-style-type: none">• Esporte & Lazer | <ul style="list-style-type: none">• Segurança Pública |

E por áreas da cidade, divididas conforme a organização dos serviços de assistência social, o que pode ser conferido no seguinte mapa:



CRAS VILA PAULISTA

CRAS PARQUE DO SOL

CRAS SÃO FRANCISCO

CRAS CENTRO



Autenticar documento em <https://guaratingueta.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 310036003500360036003A00500052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Instrumentos aplicados

Uma vez definida a amostra, coube a nossa equipe realizar pesquisa documental e entrevistas em diferentes formatos com atores diversos da cidade, incluindo o público jovem. Conforme dividido abaixo, a 1ª fase serviu para a identificar as principais preocupações e pontos de atenção sobre os direitos e serviços públicos mais dedicados as crianças e adolescentes, o que ajudou na verificação de hipóteses e definição de focos de atenção para os instrumentos aplicados na 2ª fase. O acesso a esses públicos de interesse e a divulgação dos questionários on-line, contou com a ajuda fundamental da SMAS, SME, CMDCA e da comissão intersetorial de apoio ao diagnóstico.

1ª Fase:

- **Dinâmica da Árvores de Problemas com atores-qualificados e usuários da assistência social.**
- **Dinâmica da Exploração de Cenários com atores-qualificados.**
- **Questionário Preliminar com os usuários dos serviços públicos.**

2ª Fase:

- **Entrevistas individuais com atores-qualificados.**
- **Entrevistas de grupo-focal em trios de gestores e corpo técnico de entidades do SGDCA.**
- **Entrevistas de grupo-focal com crianças, adolescentes e família.**
- **Questionário On-line com profissionais do SGDCA.**
- **Questionário On-line com população adulta.**
- **Questionário On-line com população juvenil¹.**

As dinâmicas citadas acima são conhecidos métodos de investigação, participação e prospecção de ideias utilizados na gestão de projetos, enquanto que os questionários foram elaborados a partir de nomenclaturas oficiais e conhecidas escalas de satisfação. Coerente com o escopo, foi dada maior atenção aos serviços públicos ou aqueles oferecidos pelo SGDCA mais diretamente relacionados ao bem estar de crianças e adolescentes, o que explica, por exemplo, um maior número de entrevistas aos profissionais da assistência social, educação, saúde e segurança, mas não da indústria e comércio. Ainda coerente ao escopo, há uma prevalência de entidades públicas municipais entrevistadas, por estarmos tratando somente do município de Guaratinguetá, mas sem excluir que nos casos da educação e segurança foram incluídos seus congêneres estaduais, enquanto que na assistência social foram entrevistados serviços terceirizados.

Por fim, coube a nossa equipe analisar e sistematizar todas as respostas coletadas, o que os leitores poderão verificar nas páginas seguintes. Como parte deste trabalho, comparamos os dados gerais com possíveis tendências que essas mesmas questões podem apresentar em diferentes recortes de raça, gênero, classe, faixa etária e território, apresentando essas diferenças sempre que relevantes. Em relação ao contexto da pós-pandemia de Covid-19, optamos em não fazer perguntas específicas sobre este tema, mas sim em sistematizar as menções espontâneas feitas sobre este tema nas questões de resposta abertas, o que foram tratadas de forma separada, já como parte das considerações finais.

Como todo e qualquer trabalho de produção intelectual, este diagnóstico atende a critérios técnicos objetivos de pesquisa, a partir de uma série de escolhas feitas pelos seus autores. Ao ser concluído, responde a um grande número de questões, ao mesmo tempo em que deixa novas lacunas, que se revelam a partir das presentes descobertas, suscitando novas hipóteses e possibilidades de análises. É assim que se faz ciência e assim devem ser orientadas políticas públicas de qualidade.

¹ Ainda que o questionário acima tenha sido direcionado a população adolescente, que oficialmente vai dos 12 aos 17 anos, foi permitido que o mesmo fosse respondido por jovens 18 anos ou mais, desde que estivessem na escola. Ainda que o objeto/sujeito deste diagnóstico seja a "infância e adolescência", processos educativos e de formulação de políticas não se delimitam de forma "arbitrária", aceitando aqueles um pouco abaixo ou acima desta idade, em respeito ao seu estágio de desenvolvimento pessoal. Neste caso, entendemos que jovens de 18 anos ou mais que ainda estivessem na escola, mesmo que já sejam adultos "de facto", estão ainda vivenciando o chamado "espectro adolescente", de forma que lhes fosse também permitido responder ao questionário (10 respostas apenas). Da mesma forma, algumas crianças menores de 12 anos participaram das entrevistas de grupo-focal (62 respostas), quando aplicados junto as OSC's participantes.



Orientações de Leitura

Consideramos importante que o material analisado seja ilustrado e traduzido da melhor forma possível, na forma de um texto acessível ao público leigo, mas sem necessariamente perder seu caráter técnico. Para uma melhor fluência e compreensão das análises deste diagnóstico, gostaríamos de apontar o seguinte:

- Anterior a análise ponto-a-ponto de todas as questões, é apresentado um resumo executivo que sintetiza tais análises. Sua leitura não substitui a leitura do material completo e não está limitada a diferentes interpretações, desde que respeitados critérios técnicos.
- Via de regra, as questões apresentam um somatório em expressão percentual, isto é, com total 100%. Porém, algumas questões dos questionários on-line possibilitavam aos respondentes assinalar até três alternativas cumulativamente, a partir de diversas opções de múltipla escolha, em número variável pra cada questão deste tipo. Como essas respostas não são excludentes entre si, essas questões permitem que até três diferentes alternativas possam atingir o nível de 100% e que seu somatório possa ser de até 300%, respeitando o entendimento de que, nestes casos, diferentes alternativas podem coexistir.
- Os gráficos relativos a satisfação de serviços estão representados em cores “semaforizadas”; isto é, vermelho para avaliações insatisfatórias, amarelos para intermediárias, verde para satisfatórias, azul para acima de satisfatório e cinza para respostas neutras. Outros simbolismos podem ser percebidos nos demais gráficos.
- Algumas questões relativas a escuta juvenil não foram objeto de análise, mas somente de representação gráfica, por entendermos que, para certos assuntos, a opinião dos jovens deve “falar por si”; sem a necessidade de um comentário adulto.



IV. Resumo Executivo - Diagnóstico

As dinâmicas e questionários preliminares aplicados na 1ª fase apontaram uma maior preocupação para os seguintes assuntos: drogadição, “desestruturação familiar”, educação, falta de acesso a informação e falta de acesso a saúde. Na comparação com a 2ª fase, confirma-se que a drogadição associada a presença do tráfico de drogas prevalece como maior preocupação em relação ao bem estar de crianças e adolescentes, enquanto que a educação se destaca como maior desafio, ainda que bem avaliada pela população.

Importante observar o grande número de menções ao termo “desestruturação familiar”, que contém uma conotação preconceituosa e moralizante, pois reforça estereótipos de “família funcional” e contrasta, no sentido da moralidade, com a indicação de que somente 54% das famílias da cidade são formadas pelo chamado modelo “tradicional-heteronormativo”. Preocupa o grande número de profissionais de assistência social reproduzindo esta ideia, que não possui fundamento nas políticas de assistência.

2.1. Problematização do público infanto-juvenil

- Meninas foram identificadas como o público em maior risco ou que sofrem mais violações de direitos, seguido de usuários de substância psicoativa e crianças e adolescentes em situação de extrema pobreza.
- A faixa etária mais prejudicada está entre 12 a 15 anos, isto é, começo da adolescência.
- Entre as principais formas de violação estão o abandono, a negligência e a violência psicológica, apontada como agravada durante e após a pandemia; também há destaque para a presença do tráfico de drogas.
- Entre as principais causas de violação de direitos estão a pobreza, questões culturais-educacionais, desemprego e a falta de acesso a medidas de proteção social.

Aqui observamos uma aparente contradição entre os dados resultantes das questões 2.1.1. e 2.1.3., em que, apesar da primeira apontar que as meninas são o público em maior risco, a terceira não aponta a violência de gênero entre as principais formas de violação. Tal diferença sugere, por um lado, a possibilidade destas meninas sofrerem diversas formas de violência, enquanto que, por outro lado, pode também ser sintoma de uma maior dificuldade de reconhecimento da existência da chamada “violência por motivação de gênero”.

2.2. Serviços Públicos mais relevantes ao atendimento do público infanto-juvenil

- **A EDUCAÇÃO** recebeu a maior aprovação entre todas as áreas avaliadas, com o quesito “qualidade” atingindo 75% na soma dos itens de atendimento razoável e plenamente satisfatório. Este corrobora com a excelente avaliação atingida pela cidade no IDEB com 6,4 para os anos iniciais (municipal), considerado “bom” e 5,5 para os anos finais (estadual), considerado “intermediário”, colocando Guaratinguetá em 3º lugar entre os municípios mais bem avaliados no Vale do Paraíba. De todos os 353 jovens respondentes, somente um (0,3%) afirmou não estar frequentando a escola.
- **A ASSISTÊNCIA SOCIAL** recebeu a segunda aprovação entre todas as áreas, com o quesito “qualidade” atingindo 60% na soma dos itens de atendimento razoável e plenamente satisfatório. O que basicamente a diferencia da Educação, é alto índice de pessoas que afirmam “não saber informar” sobre os serviços desta área.
- **O ESPORTE & LAZER** recebeu uma avaliação geral positiva de 33%, com média oscilante nos três quesitos e 15% de desconhecimento dos serviços no quesito “capacidade”.
- **A SAÚDE** recebeu uma avaliação geral de 31%, com avaliação oscilante entre percentuais positivos no quesito “qualidade” com somente 9% de desconhecimento do público sobre os serviços oferecidos e no quesito “acesso” atingindo 60% nos itens de atendimento razoável e plenamente satisfatório; porém bastante mal avaliada no quesito “capacidade” atingindo 54% nos itens de atendimento razoável e precário; alguns comentários apontam para uma maior satisfação com o atendimento dos médicos/especialistas, e menor satisfação com o atendimento de recepcionistas, enfermeiros e auxiliares, além da demora no atendimento e falta de algumas especialidades médicas.
- **A CULTURA** recebeu uma avaliação geral positiva de somente 14% e o quesito “capacidade” com 22% de desconhecimento do público em relação aos serviços oferecidos, a maior do gênero; ainda em



Cultura, há uma maior satisfação da população que vive na região central, enquanto que nos bairros mais distantes há dificuldade de acesso e informação sobre a oferta cultural, reforçando o estereótipo de que cultura é um “privilégio de classe”.

- Na área de **SEGURANÇA PÚBLICA** a avaliação também é oscilante, com o quesito “qualidade” atingindo 52% na soma dos itens de atendimento razoável e plenamente satisfatório, porém com o quesito “capacidade” atingindo 50% de atendimento parcial e precário, além de 15% de desconhecimento do público em relação aos serviços oferecidos nos quesitos “capacidade” e “acesso”.
- A área de **MEIO AMBIENTE** foi aquela mais mal avaliada na média de todos os quesitos, incluindo 18% de desconhecimento do público em relação aos serviços oferecidos no quesito “acesso”.

É possível perceber percentuais similares em diferentes áreas sobre o desconhecimento da população sobre os serviços oferecidos, oscilando entre 15% e 22%, exceto nas áreas de educação e saúde, que aparentam ser melhor conhecidas pela população. Estes números coincidem com a avaliação bastante negativa sobre a **PUBLICIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA** na execução de políticas públicas voltadas aos direitos das criança e do adolescente, onde 57% da população avaliou como ruim e outro 11% informam desconhecer.

Durante o processo de análise, foram verificados diferentes variáveis aplicadas a população feminina, a população preta ou parda, das diferentes áreas da cidade e a percepção dos jovens, de forma a identificar alguma tendência distinta por território ou demografia, mas nenhuma discrepância foi encontrada, exceto pelo comentário já feito acima para a Cultura e a avaliação dos jovens sobre mobilidade urbana, mais abaixo. Isso significa dizer, que as avaliações acima resultaram mais ou menos homogêneas para os diferentes territórios e demografias, inclusive na percepção comparada entre jovens e adultos. Significa também que não foram identificadas quaisquer tendências mais discriminatórias entre os jovens e a população de pretos e pardos em relação a Segurança Pública, tal como acontece nos grandes centros urbanos.

2.3. O que pensam os jovens?

- Observa-se uma distribuição mais ou menos homogênea entre as diferença faixas de idade juvenis, gênero e cor de pele entre brancos e pardos, enquanto que o perfil de composição familiar e condição de trabalho dos jovens que responderam ao questionário são compatíveis a demografia oficial.
- São satisfatórios os números relativos ao ambiente de convivência, alimentação e moradia, ainda que todos estes índices apontem entre 5 a 10% dos jovens com alguma forma de privação. Chama atenção que quase 90% declaram ter acesso a internet estável.
- A avaliação dos espaços públicos é similar a dos adultos, na maioria das áreas. A única discrepância em relação aos adultos, é a avaliação surpreendente sobre mobilidade urbana, em que os jovens atribuem 75% para boa ou muito boa. Esta área compreende não apenas os serviço de transporte, que foi objeto de críticas pontuais nas questões abertas, mas também o livre acesso aos diferentes espaços públicos da cidade, livres de barreiras físicas/arquitetônicas, preconceitos e constrangimentos.
- A avaliação dos jovens sobre a educação é positiva, com todos os itens avaliados acima dos 65% na combinação entre bom e regular, exceto pela merenda escola. Importante destacar que na avaliação dos principais direitos violados, novamente a merenda escolar aparece como problema, além da qualidade da educação.
- Entre os 20% de jovens que trabalham, 9% são aprendizes, 3% trabalhadores domésticos e somente três jovens (0,87%) declararam realizar alguma forma de atividade ilícita remunerada. Novamente entre aqueles que trabalham, 20% declaram que o trabalho prejudica ou foi causador da interrupção dos seus estudos, enquanto que da população total de jovens é bastante fragmentada a percepção sobre seu preparo para o futuro mercado de trabalho.
- Os dados relativos ao respeito à diversidade e participação/escuta juvenil, estão divididos entre 50% de satisfeitos contra 50% daqueles que manifestam alguma forma de limitação. Em relação ao conhecimento sobre o ECA, 38% dos jovens declaram não conhecer e sobre a percepção da garantia dos seus direitos, 25% declaram ter seus direitos nada ou muito pouco garantidos.
- Os jovens declaram tirar suas dúvidas sobre sexualidade, drogas e violência com suas famílias e amigos, nesta ordem. Na sequência, observa-se que somente para os temas de sexualidade e violência os jovens buscam mais informações na internet do que na escola, que prevalece somente quanto tema das drogas.



2.4. Organização social

- É muito baixo o conhecimento da população sobre o controle social, coincidindo com a percepção dos servidores públicos que pouco enxergam esses espaços e possibilidades.
- Os espaços em que os jovens mais reconhecem possibilidades de participação atribuem grande valor ao seu comportamento gregário e a chamada “hierarquia social”; reconhecendo, nesta ordem, maior vínculo social com seus pares, depois com a família e escola, ficando em segundo plano serviços de convivência e outras formas de organização formal ou informal. Chama a atenção, em uma cidade/região conhecida pela força de suas instituições religiosas, que de alguma forma exercem grande influência sobre famílias e escolas, os poucos sinais de adesão com tais instituições ou a projetos comunitários ligados as mesmas.

2.5. Caminhos para mudança

Desafios de Guaratinguetá em relação as crianças e adolescentes:

- Educação é notada como área de maior interesse, pois apesar de ter sido melhor avaliada entre todas as áreas por jovens e adultos, ficou em primeiro entre os maiores desafios da cidade, com um número disparado de menções a “mais escolas em período integral”, além de múltiplas citações a “merenda escolar” e “qualidade de ensino” entre as principais violações de direitos apontadas pelos jovens. Tais percepções não são necessariamente contraditórias entre si, mas somente marcam a percepção da sociedade de Guaratinguetá sobre a importância estratégica da educação.
- Saúde em geral, incluindo múltiplas menções a “mais médicos” e “mais atendimento à saúde-mental”
- Trabalho e Renda para adolescentes e jovens em geral, que é outro dado que precisa ser aprofundado.
- Uso-abuso de drogas, falta de informação e esporte & lazer.

Prioridades para a qualidade de vida de crianças e adolescentes:

- Melhorar infraestrutura de creches e escolas.
- Ampliar números de espaços seguros para brincar e se divertir.
- Ampliar oferta de espaços e atividades culturais.
- Ampliar oferta de espaços e atividades esportivas.



V. Controle Amostral

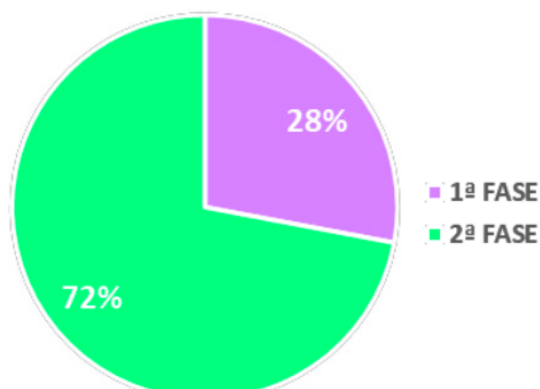
AMOSTRA MÍNIMA: 95% de grau de confiança e 5% de margem de erro = **383** pessoas.

AMOSTRA ATINGIDA PELO DIAGNÓSTICO: **1.384** pessoas.

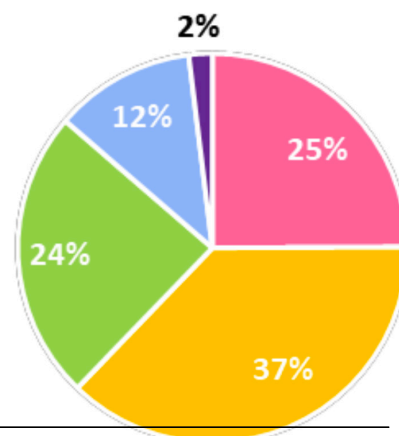
DISTRIBUIÇÃO POR ESTRATÉGIA DE ESCUTA		N
1ª Fase	Árvore de problemas e soluções	223
	Exploração de cenários	128
	Questionário presencial	36
2ª Fase	Questionário online - Adolescentes	344
	Questionário online - Familiares	362
	Questionário online - Profissionais	103
	Entrevistas/Grupos focais - Crianças	62
	Entrevistas/Grupos focais - Adolescentes	49
	Entrevistas/Grupos focais - Familiares	18
	Entrevistas/Grupos focais - Profissionais	59
TOTAL		1.384

ESTRATÉGIA DE ESCUTA POR REGIÃO	CENTRO	PARQUE DO SOL	SÃO FRANCISCO	VILA PAULISTA	MUNICÍPIO
1ª FASE	144	101	104	38	0
Questionário online - Adolescentes	60	143	66	64	11
Questionário online - Familiares	84	145	89	39	5
Questionário online - Profissionais	20	41	21	17	4
Entrevistas/Grupos focais	37	86	54	4	7
TOTAL	345	516	334	162	27
	25%	37%	24%	12%	2%

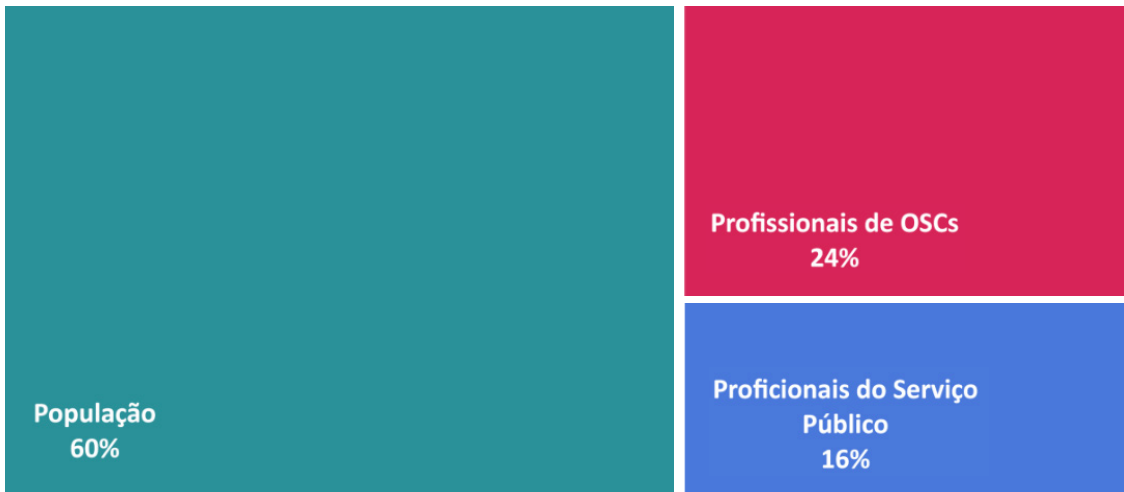
% de público em cada fase da pesquisa



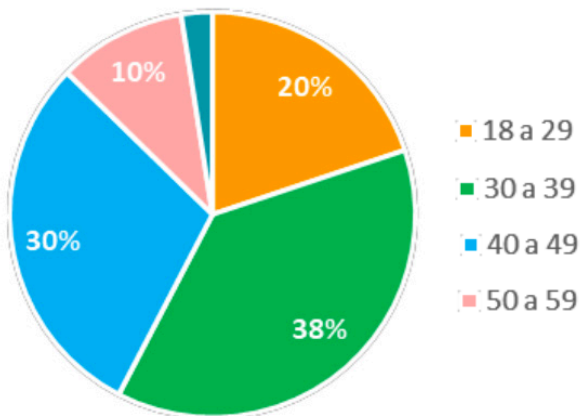
Distribuição do público por região



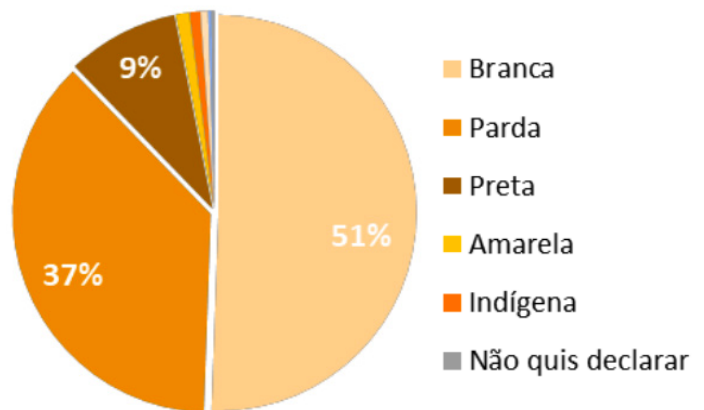
Distribuição do público por setor de atuação



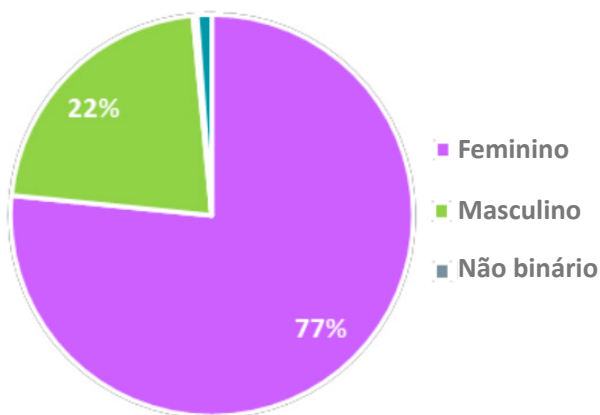
População adulta por faixa etária



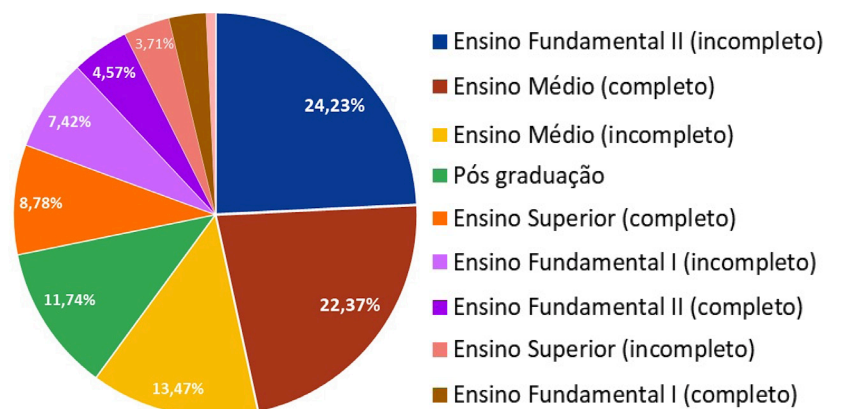
Distribuição do público por cor de pele declarada



Público por gênero



Grau de escolaridade



1ª FASE



Autenticar documento em <https://guaratingueta.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 310036003500360036003A00500052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de
Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. ANÁLISE PRELIMINAR

1.1. Caracterização do município segundo dados oficiais.

O município de Guaratinguetá tem uma área territorial de 752,64 km² e segundo o IBGE se encontra na Mesorregião Vale do Paraíba Paulista, formada por 6 microrregiões: Bananal, Campos do Jordão, Caraguatubá, Guaratinguetá, Paraibuna/Paraitinga e São José dos Campos. A região se estende entre as Serras da Mantiqueira e do Mar e possui um importante e diversificado polo industrial.

Nos dados fornecidos pelo último Censo Demográfico a população do município contabilizava 112.072 habitantes (IBGE, 2010). Para 2021 de acordo com a estimativa tem-se 123.192 habitantes.

Guaratinguetá ocupa a 47ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do estado de São Paulo. O IDHM é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo

de 1, maior o desenvolvimento humano. O IDHM do município está calculado atualmente em 0,798, inserindo na faixa de IDHM Alto (PNUD, 2013).





Panorama geral do município

INDICADORES	VETORES	DADOS
Popacionais	População	123.192 pessoas
População por gênero	Homens	48,14%
	Mulheres	51,86%
População por raça	Branca	70,21%
	Preta e parda	29,31%
Estrutura etária	Menor de 15 anos	20,21%
	15 a 64 anos	71,06%
	65 anos ou mais	8,73%
Área	Área territorial	752,636 km ²
Situação domiciliar	Urbano	96%
	Rural	4%

Fontes: PNUD, Ipea e FJP (2021).



Guaratinguetá e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados aos direitos da criança e do adolescente

Agenda 2030 ODS	Indicadores	Vetores	Dados	Fonte
1 ERRADICAR A POBREZA 	Pobreza e Indigência	Pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza	6,27% em 2010	PNUD
		Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos	59,26%	PNUD
	Vulnerabilidade social	Índice de Vulnerabilidade Social	0,179 em 2010 (vulnerabilidade muito baixa)	PNUD
	Sistemas de proteção	Número de famílias incluídas no Cadastro Único	3.965 em 2021	PNUD
		Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	9.625 em 2021	PNUD
3 SAÚDE DE QUALIDADE 	Mortalidade materna	Taxa de mortalidade materna a cada 100 mil nascidos vivos	Em 2020, o município registrou a taxa de mortalidade materna de 0 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos. No caso deste município, de 1996 a 2020, o número de óbitos maternos foi de 14.	PNUD
	Mortalidade infantil	Taxa de mortalidade infantil a cada mil nascidos vivos	A taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos, em 1995, era de 31,20 óbitos a cada mil nascidos vivos; em 2020, este percentual passou para 14,20 óbitos a cada mil nascidos vivos, indicando redução da mortalidade.	PNUD



3 SAÚDE DE QUALIDADE



<p>Álcool e outras drogas</p>	<p>Percentual de internações hospitalares segundo as causas relacionadas ao uso de álcool e outras drogas</p>	<p>No município, o número de internações hospitalares relacionadas ao uso de álcool e outras drogas diminuiu, passando de 64, em 2008, para 19 internações em 2018. Em 2018, as internações que ocorreram no município foram classificadas da seguinte maneira: 36,84% como transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool (7 internações); 52,63% como transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de outras substâncias psicoativas (10 internações); 10,53% como doença alcoólica do fígado (2 internações).</p>	<p>PNUD</p>
<p>Acidentes de transportes terrestres</p>	<p>Taxa de mortalidade devido a acidentes de transporte terrestre, por 100 mil habitantes</p>	<p>A taxa de mortalidade devido a acidentes de transporte terrestre, em 1996, era de 29,51 óbitos a cada 100 mil habitantes, reduzindo para 10,61 óbitos em 2020.</p>	<p>PNUD</p>
<p>Direitos reprodutivos</p>	<p>Orientação sobre prevenção de gravidez</p>	<p>Este indicador possui dados apenas para estados. 77,0% dos alunos das escolas privadas e 77,0% dos alunos das escolas públicas afirmaram ter recebido informações sobre prevenção de gravidez.</p>	<p>PNUD</p>
	<p>Percentual de crianças nascidas de mães adolescentes</p>	<p>Em 2019, 11,81% das crianças que nasceram no município eram de mães adolescentes (de 10 a 19 anos).</p>	<p>PNUD</p>
<p>Educação infantil</p>	<p>Taxa de frequência líquida em creche e na pré-escola</p>	<p>Do total de crianças de 0 a 3 anos residentes no município em 2000, 6,08% estavam matriculados em creches. Em 2010, a frequência de crianças em creches aumentou para 22,22%. Do total de crianças de 4 a 5 anos residentes no município em 2000, 41,87% estavam matriculados na pré-escola; este percentual passou para 67,74% em 2010.</p>	<p>PNUD</p>
	<p>Qualificação dos professores</p>	<p>Daqueles que lecionavam em creches, em 2021, 80,10% tinham nível superior completo; nas pré-escolas, esse percentual era de 93,50%.</p>	<p>PNUD</p>

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Autenticar documento em <https://guaratingueta.camarasempapel.com.br/autenticidade>

com o identificador 310036003500360036003A00500052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Ensino fundamental e médio	Taxa de frequência líquida no ensino fundamental e médio	Do total de crianças de 6 a 14 anos residentes no município, em 2010, 85,80% frequentavam o ensino fundamental. Os resultados são gradualmente piores na faixa etária seguinte: entre os jovens de 15 a 17 anos, apenas 63,48% frequentavam o ensino médio em 2010.	PNUD
	Taxa de conclusão no ensino fundamental e médio	A taxa de conclusão do fundamental, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 33,60% em 1991. Em 2010, este percentual passou para 70,38%. No ensino médio, os percentuais de conclusão caem significativamente. Em 1991, dos jovens de 18 a 24 anos, apenas 22,89% concluíam. Em 2010, aumentou para 61,41%.	PNUD
Qualidade do ensino	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para anos iniciais e para anos finais	6,4 para os anos iniciais e 5,5 para os anos finais em 2021	INEP
Anos de estudos	Percentual da população de 18 a 24 anos sem instrução ou com ensino fundamental incompleto	Em 2010, do sexo feminino era de 10,25% e do sexo masculino 15,76%	PNUD
	Percentual da população de 18 a 24 anos com ensino fundamental completo e médio incompleto	Em 2010, 20,08% feminino e 29,01% masculino	PNUD
	Percentual da população de 18 a 24 anos com ensino médio completo e superior incompleto	Em 2010, 62,84% feminino e 49,93% masculino	PNUD
	Percentual da população de 18 a 24 anos com ensino superior completo	Em 2010, 5,77% feminino e 3,97% masculino	PNUD



5 IGUALDADE DE GÊNERO



Trabalho	Percentual do rendimento feminino em relação ao masculino para exercer a mesma função	Quanto ao rendimento feminino em relação ao masculino, independente da escolaridade, passou de 67,09%, em 2006, para 76,86% em 2020. Ou seja, a mulher ganhava 76,86%, em 2020, do que o homem ganhava para exercer a mesma função.	PNUD
	Participação da mulher no mercado de trabalho formal	A participação da mulher no mercado de trabalho formal era de 39,97% em 2020.	PNUD
	Afazeres domésticos por sexo	Este indicador possui dados apenas para estados. No estado, em 2001, 45,87% dos homens e 89,35% das mulheres disseram realizar algum tipo de afazer doméstico; esse percentual passou, em 2015, para 53,45% e 87,23% respectivamente.	PNUD
	Homens e mulheres ocupados nos serviços doméstico com carteira de trabalho assinada	Em 2010, das mulheres ocupadas nos serviços domésticos, 45,84% tinham carteira de trabalho assinada. Dos homens ocupados nos serviços doméstico, 52,69% deles tinham carteira de trabalho.	PNUD
	Taxa de desocupação (desemprego) por sexo	No quarto trimestre de 2019, no estado, a taxa de desocupação entre as mulheres foi de 13,30%; enquanto que entre os homens foi de 9,90%.	PNUD
Funções de liderança	Percentual de mulheres dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)	Em 2018, com relação a dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público), 62,50% eram mulheres e 37,50% eram homens.	PNUD
	Proporção de mulheres eleitas para a Câmara de Vereadores	No município, em 2016, apenas 33,74% das candidaturas para a Câmara de Vereadores eram mulheres. A proporção de mulheres eleitas para a Câmara de Vereadores no município foi de 9,09%	PNUD
Violência	Taxa de mortalidade a cada 100 mil habitantes por homicídios	Em 2020, foram registrados 22,86 homicídios a cada 100 mil habitantes, representando 28 óbitos. Destes, 10,71% foram de mulheres (o que corresponde em 3 mortes) e 89,29% de homens (com 25 mortes). A ONU considera como limite máximo o número de 10 homicídios a cada 100 mil habitantes.	PNUD



Autenticar documento em <https://guaratingueta.camarasempapel.com.br/autenticidade>

com o identificador 310036003500360036003A00500052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5 IGUALDADE DE GÊNERO



8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO



10 REDUZIR AS DESIGUALDADES



	Violência contra a mulher	Existem vários tipos de violência contra a mulher; os tipos mais recorrentes de violência no Brasil são as violências física, sexual e psicológica ou moral. Neste município, em 2021 os tipos de violência mais frequentes contra a mulher foram: Outra violência (100%). Em 2021, das vítimas que sofreram algum tipo de violência, 60% declararam que não foi a primeira vez que sofreram violência.	PNUD
Produto interno bruto	Produto Interno Bruto per capita	O Produto Interno Bruto per capita - que mostra o PIB dividido pelo número de habitantes - aumentou, entre 2010 e 2019, de R\$ 26.118,82 para R\$ 53.273,58. Um país, estado ou município com maior PIB per capita tende a ter maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).	PNUD
	Participação do PIB do município no PIB da unidade da federação	Este município, em 2019, ocupava o 57o lugar no PIB do estado, representando 0,28% do PIB do estadual.	PNUD
Desemprego	Taxa de desocupação (desemprego)	Este indicador possui dados apenas para estados. Neste estado, a taxa de desemprego foi de 11,50% em 2019.	PNUD
Trabalho infantil	Percentual de crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos envolvidos em trabalho infantil	Este indicador possui dados apenas para estado. Neste estado, em 2015, foram 47.981 crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos envolvidos em trabalho infantil. 0,38% das crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos do sexo feminino estavam envolvidos em trabalhos infantis; e 1,29% das crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos do sexo masculino.	PNUD
Índice de desenvolvimento humano	IDH	O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano geral do município apresentou aumento passando de 0,598, em 1991, para 0,798 em 2010; correspondendo ao nível alto de desenvolvimento humano.	PNUD
	IDH Educação	0,751	PNUD
	IDH Longevidade	0,886	PNUD
	IDH Renda	0,764	PNUD
	IDH Ranking	O município é o 25o IDH no Estado e o 47o no País em 2010.	PNUD



Autenticar documento em <https://guaratingueta.camarasempapel.com.br/autenticidade>

com o identificador 310036003500360036003A00500052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10 REDUZIR AS DESIGUALDADES



11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



10 REDUZIR AS DESIGUALDADES	Concentração de renda	Índice de Gini	Neste município, o índice era de 0,667, em 1991, passando para 0,548, em 2010.	PNUD
	Salário mínimo	Evolução do valor real do salário mínimo	Este indicador possui dados apenas para o Brasil. O Dieese estimou que o salário mínimo necessário, no Brasil, para atender as necessidades do cidadão, em fevereiro de 2020, deveria ser R\$ 4.366,51.	PNUD
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	Urbanização	Taxa de urbanização	A taxa de urbanização era de 92,50%, em 1991, passando para 95,26% em 2010. Com um contingente populacional de 112.072 pessoas, em 2010, o município tinha 4,73% de sua população morando na área rural.	PNUD
		Densidade demográfica	148,91 hab/km ²	PNUD
		Taxa de crescimento anual	O município apresentou taxa de crescimento anual de 0,23%, entre 1991 e 2000, e 0,73% entre 2000 e 2010	PNUD
		Arborização de vias públicas	64%	PNUD, Ipea e FJP
		Urbanização de vias públicas	47,10%	PNUD, Ipea e FJP
Moradia	Percentual de moradores urbanos vivendo em aglomerados subnormais (favelas e similares)		Em 2010, 0% da população vivia em aglomerados urbanos subnormais (favelas e similares), ou seja, 0 pessoas.	PNUD
	Déficit habitacional relativo		No município, em 2010, 11,09% dos domicílios se enquadravam em algum critério de déficit habitacional, o que correspondia a 3.791 domicílios. Na área urbana, existia um déficit habitacional de 3.715 unidades, o que representa 11,09% dos domicílios; na área rural o déficit habitacional era de 76 unidades, o que equivale a 4,73% dos domicílios.	PNUD
Mobilidade urbana	Tempo gasto da moradia ao local de trabalho		No município, em 2010, 78,97% (29.126 pessoas) gastavam, em média, até 30 minutos para chegar ao trabalho e 16,70% (6.160 pessoas) mais de 30 minutos até 1 hora.	PNUD



16 PAZ, JUSTIÇA
E INSTITUIÇÕES
EFICAZES



Violência e mortalidade	Taxa de mortalidade a cada 100 mil habitantes por suicídios	A taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes é um dos indicadores que ilustra a importância desse ODS para o Brasil: em 2020 apenas 1 estados apresentam taxa inferior a 10, considerada suportável pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Em 2020, foram registrados 22,86 homicídios a cada 100 mil habitantes, representando 28 óbitos. Destes, 10,71% foram de mulheres (o que corresponde em 3 mortes) e 89,29% de homens (com 25 mortes). Ainda em 2020, o município registrou 10,61 suicídios a cada 100 mil habitantes. Do total dos suicídios registrados, 69,23% eram homens e 30,77% mulheres.	PNUD
Violência contra crianças e adolescentes	Taxa de mortalidade a cada 100 mil habitantes por homicídio na faixa etária de 0 a 19 anos	Em 1996, a taxa de homicídios em crianças e adolescentes de 0 a 19 anos era de 5,41 mortes a cada 100 mil habitantes. Em 2015 a taxa de homicídios passou para 6,29. Segundo o relatório Violência Letal Contra as Crianças e Adolescentes do Brasil, divulgado em 2016, os assassinatos são a principal causa do aumento das mortes de crianças e adolescentes por causas externas.	PNUD
	Percentual de casos de violência contra crianças e adolescentes (0 a 19 anos)	Em 2014, foi realizado 1 atendimento, pelo SUS, de crianças e adolescentes que sofreram algum tipo de violência. Dessas ocorrências, o tipo de violência mais frequente contra crianças e adolescentes foi: Psicológica/Moral e Sexual (ambas com 100%). Ainda em 2014, foi registrado pelo SUS 1 atendimento recorrente de crianças e adolescentes, que corresponde a 100% do total dos casos de violência.	PNUD



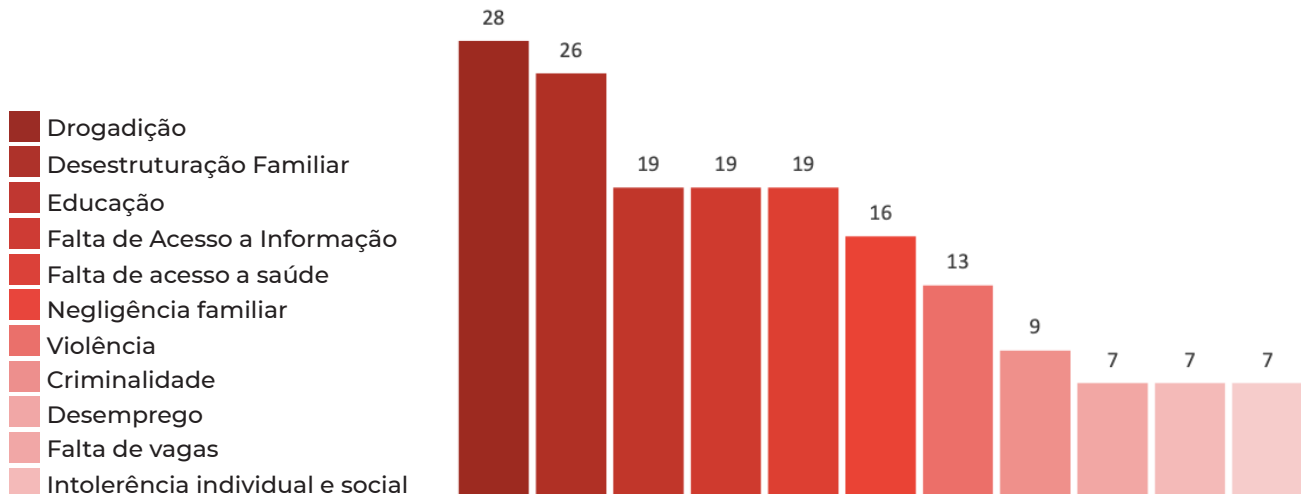
Autenticar documento em <https://guaratingueta.camarasempapel.com.br/autenticidade>

com o identificador 310036003500360036003A00500052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Principais problemas identificados pela população preliminarmente

Na primeira fase do diagnóstico foram realizadas 387 escutas com o objetivo de mapear a percepção de trabalhadores do SGDCA e moradores de Guaratinguetá sobre quais seriam os problemas centrais que o município enfrenta para garantir dos direitos das crianças e adolescentes. Nessa fase, conforme é possível observar no gráfico abaixo, os três problemas com os maiores números de menções foram: **drogadição; desestruturação familiar²;**

educação, falta de acesso à informação e falta de acesso à saúde. A segunda fase buscou aprofundar o conhecimento sobre a percepção das pessoas e ampliar o número de escutas. O principal problema central apontado - a drogadição - se relaciona com a principal violação identificada também na segunda fase, que foi presença a atuação do tráfico de drogas no município.



Eixos do Plano Nacional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente

A investigação analítica do DiSIA Guaratinguetá teve por base orientadora, em suas duas fases, a estrutura sobre a qual se assenta o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes: **um conjunto de cinco eixos apresentados no quadro**

a seguir. Cada um deles prioriza um determinado agente social visando assegurar e ampliar a garantia de direitos estabelecida a partir do artigo 227 da Constituição Federal.

1. PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: Neste eixo contemplamos a estruturação das políticas sociais básicas e a responsabilização essencial do Estado na execução destas políticas, visando assegurar que todas as crianças e adolescentes tenham acesso aos bens sociais que lhes são devidos para seu desenvolvimento individual e social. É neste eixo que se discute o papel da escola, a qualidade do ensino, o acesso à cultura, as estratégias de promoção de saúde, enfim, a universalização dos direitos.

2. PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS: Quando falamos da proteção e defesa, pensamos nas situações de violação de direitos; é nesse eixo que se organizam as ações voltadas para as medidas de proteção, para as medidas socioeducativas e se desenha o sistema de garantia de direitos, como estamos mais habituados a operar. É neste eixo que prioritariamente operam os Conselhos Tutelares e para onde se destinam mais frequentemente os recursos dos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional DCA. Majoritariamente é neste eixo que encontraremos as OGs e ONGs relacionadas ao campo da Assistência Social.

² O artigo "Discursos sobre família e a formação para o trabalho social no Centro de Referência da Assistência Social" (ALBERTO e COSTA, 2017) elabora que encontra-se no senso comum da sociedade brasileira um discurso oriundo do ideal da família tradicional e, para os que fogem a esse modelo, pode-se identificar o uso do termo "família desestruturada", cuja história geralmente é contada a partir de valores pessoais socialmente construídos de que o modelo aceito é o nuclear heteronormativo. Trabalhar com outros modelos parece causar estranhamento, o que pode se expressar em práticas profissionais higienistas, assistencialistas, eugenistas e que patolo



3. PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: Participar pressupõe uma ação consciente em um espaço de discussão e deliberação. Nossa sociedade opera com os cidadãos a partir de uma lógica da democracia representativa, mobilizando a cidadania para os processos eleitorais e muito pouco para ações permanentes de avaliação e intervenção sobre os rumos da comunidade. Pensar a participação exige disponibilidade para de fato construir cotidianamente espaços de exercício democrático. Não se constrói uma cultura de participação sem abrir de fato o espaço para o exercício coletivo do poder. Ao pensarmos na participação de crianças e adolescentes é preciso garantir que esta presença seja qualificada, preparada para que possamos de fato intervir conscientemente no processo.

4. CONTROLE SOCIAL DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS: Este eixo acompanha as linhas de raciocínio do eixo anterior: o controle social pressupõe a qualificação dos agentes sociais envolvidos com ele. E, mais que isso, ao pensarmos os espaços essenciais de controle social - Conselhos e Conferências - é preciso refletir sobre a urgência de se avaliar quais os mecanismos de qualificação da nossa representação nesses espaços; de que maneira ampliar a representatividade dessa representação; como assegurar processos de interlocução entre representados e representantes. Garantir o controle social efetivo também exige transparência e acesso às informações.

5. GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: Quando discutimos a gestão da política, temos de refletir sobre o papel do Estado; e, deste, pensar na possibilidade, vantagens e prejuízos decorrentes de processos de privatização, parcerização, terceirização ou variações sobre o tema. Os impactos de como se estruturam os sistemas de deliberação e gerenciamento das políticas públicas também estão neste eixo. Os mecanismos gerenciais não são simplesmente instrumentos de gestão, mas elementos no processo de ampliação ou restrição de acesso dos usuários e da sociedade à administração dos serviços.

Eixos Identificados

A tabela abaixo apresenta um ranking com todos os problemas identificados na 1a fase, com a quantidade de vezes que cada um foi mencionado nessa fase e a relação desses problemas com os temas dos eixos do Plano Nacional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, que foram

descritos anteriormente. Nota-se que os eixos **1. PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES** e **2. PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS** são os que mais se relacionam aos problemas preliminarmente identificados.

Problemas identificados

	EIXO 1	EIXO 2	EIXO 3	EIXO 4	EIXO 5	TOTAL
Drogadição		28				28
Desestruturação familiar	26					26
Educação	19					19
Falta de acesso a informação				19		19
Falta de acesso a saúde	19					19
Negligência familiar		16				16
Violência		13				13
Criminalidade		9				9
Desemprego	7					7
Falta de vagas	7					7
Intolerância individual e social		7				7



Problemas identificados (continuação)

	EIXO 1	EIXO 2	EIXO 3	EIXO 4	EIXO 5	TOTAL
Falta de inserção no mercado de trabalho	6					6
Falta de preparação dos professores responsáveis			6			6
Falta de senso de comunidade	6					6
Falta de acesso	5					5
Falta de intersectorialidade					4	4
Desigualdade social	3					3
Falta de acesso a atividades culturais	3					3
Falta de acompanhamento da criança e do adolescente			3			3
Falta de articulação da rede					3	3
Falta de infraestrutura básica					3	3
Falta de priorização da criança e do adolescente			3			3
Fome	3					3
Ensino técnico	2					2
Evasão escolar	2					2
Falta de participação popular			2			2
Segregação social			2			2
Vulnerabilidade social	2					2
Equipamentos da saúde					1	1
Gravidez na adolescência		1				1
Isolamento	1					1
Poder Executivo					1	1
Poder Judiciário					1	1
Poder Legislativo					1	1



2^a FASE



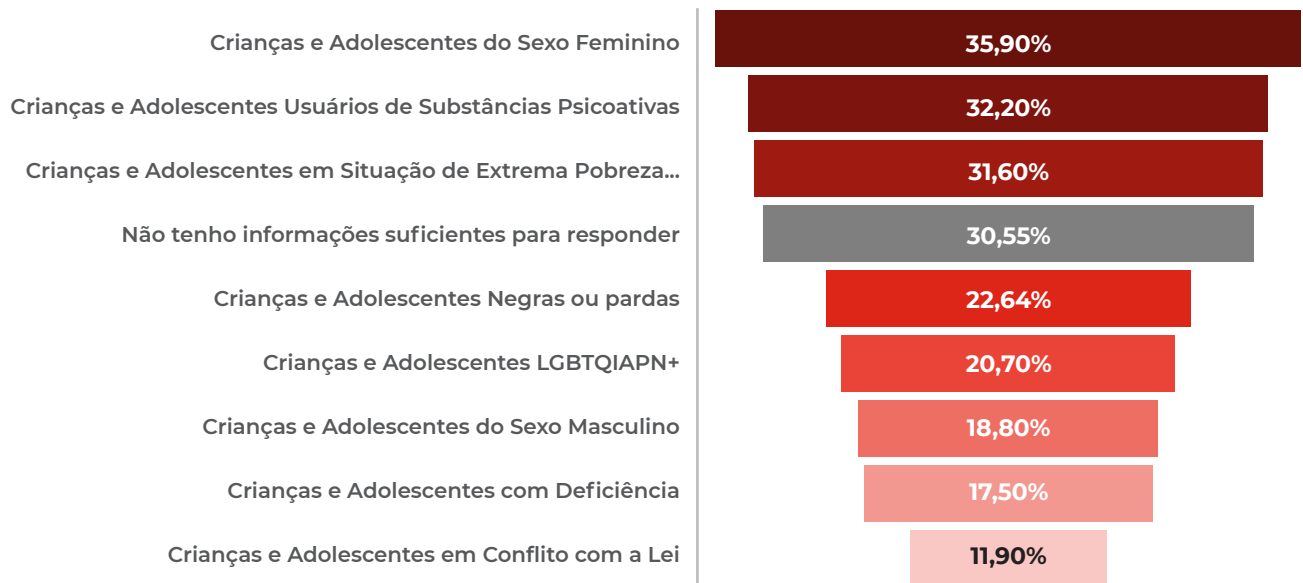
Autenticar documento em <https://guaratingueta.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 310036003500360036003A00500052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.1. PROBLEMATIZAÇÃO DO PÚBLICO INFANTO-JUVENIL

2.1.1. Públicos que se encontram em maior risco/sofrem mais violações entre crianças e adolescentes.

Na segunda fase do desenvolvimento do diagnóstico, a partir de entrevistas e questionários aplicados com famílias de crianças e adolescentes e profissionais do SGDCA do município, com **35,9%** das menções **crianças e adolescentes do sexo feminino** são o público mais citado como aquele que se encontra

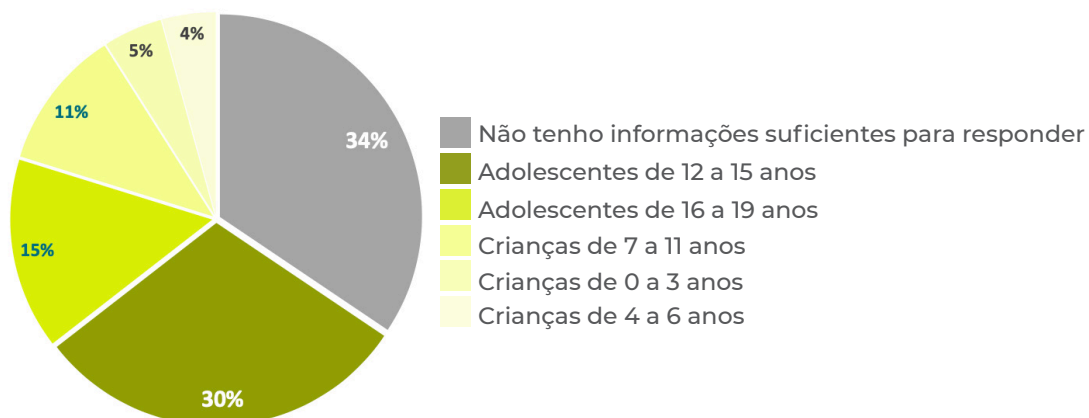
em maior situação de risco e violação de direitos, seguido por **crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas (álcool e drogas) com 32,2%** das menções e **crianças e adolescentes em situação de extrema pobreza/miséria com 31,6%**.



2.1.2. Faixa etária que mais sofre violação de direitos no município.

Quanto à faixa etária que mais sofre violação de direitos, o público mais apontado pelos respondentes foi o de adolescente entre **12 e 15 anos, com**

30% das menções, seguido, com uma diferença significativa, pela faixa etária de 16 a 19 anos com 15% e 7 a 11 anos com 11%.



2.1.3. Principais violações identificados contra o público de crianças e adolescentes.

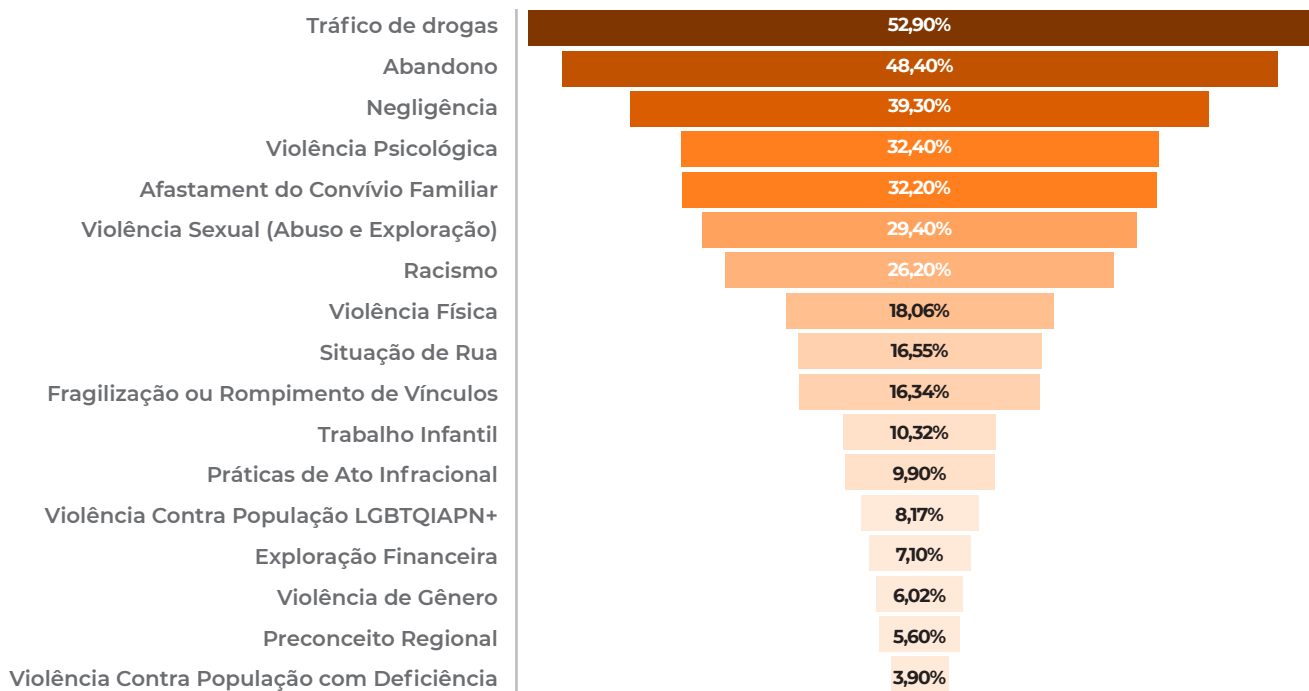
Conforme apresentado no gráfico a seguir, a violação/violência mais apontada nas pesquisas da 2ª fase relaciona-se à presença e implicações do **tráfico de drogas** no município, com **52,9%**

das menções na resposta à pergunta que pedia indicação das 3 principais violações de direitos das crianças e adolescentes em Guaratinguetá. Em seguida encontra-se **abandono** com **48,4%** das



menções, **negligência** com **39,3%** e **violência psicológica** com **32,4%**. O primeiro tema também ficou relevante tanto na pesquisa realizada na 1ª fase do diagnóstico, quanto entre os públicos apontados como os que mais sofrem violação, pois crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas (álcool e drogas) foi o segundo público mais citado.

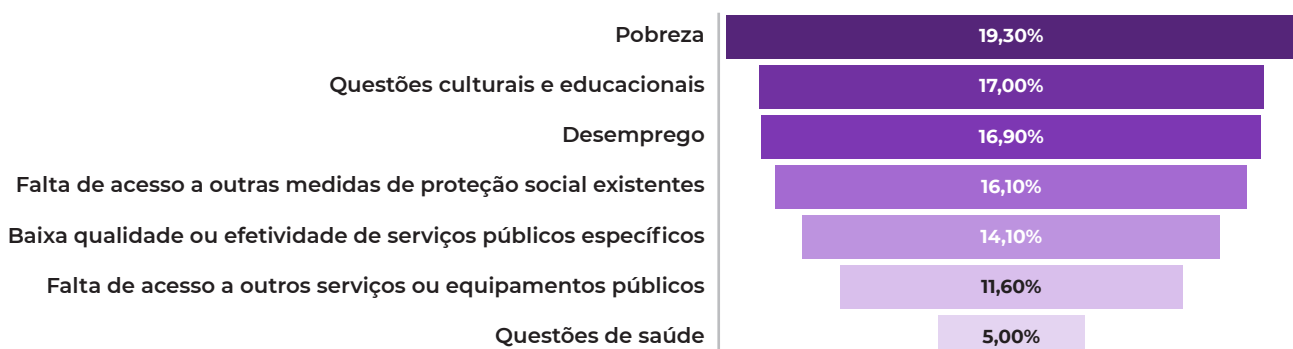
Importa lembrar que crianças e adolescentes do sexo feminino foi apontado como o mais vulnerável, porém a violência de gênero não apareceu entre as violações mais reconhecidas, tendo apenas 6,02% das menções, o que pode denotar uma lacuna na compreensão que leva ao reconhecimento de violências de gênero.



2.1.4. Principais causas das violações sofridas por crianças e adolescentes.

Ainda no conjunto das entrevistas, grupos focais e questionários online realizados com profissionais do SGDCA e população adulta, a **pobreza** foi a mais apontada como principal causa das violações de direitos de crianças e adolescentes, com **19,3%** de menções, mas com diferença pouco expressiva em relação às causas seguintes - **questões culturais e educacionais** com **17%**, **desemprego** com **16,9%** e **falta de acesso a outras medidas de proteção social existentes**³ com **16,1%**. Três dessas causas - pobreza, desemprego e falta de acesso a outras medidas de proteção social existentes - podem ser diretamente associadas ao problema da desigualdade social e revisitando o dado sobre

os públicos apontados como os que se encontram em maior risco, entre os três mais mencionados se encontra crianças e adolescentes em situação de extrema pobreza/miséria, fortalecendo a desigualdade social como ponto de atenção para a proposição de ações de intervenção com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e desenvolvimento das crianças e adolescentes de Guaratinguetá. As demais causas apresentadas no gráfico estão diretamente relacionadas à existência e efetividade de políticas públicas de educação, cultura, medidas de proteção e outros acessos fundamentais ao desenvolvimento dessa parcela da população.



³ O item "falta de acesso a outras medidas de proteção" se refere à falta de assistência direta às populações mais vulneráveis, como famílias de baixa renda, moradores de rua, jovens em acolhimento e idosos.

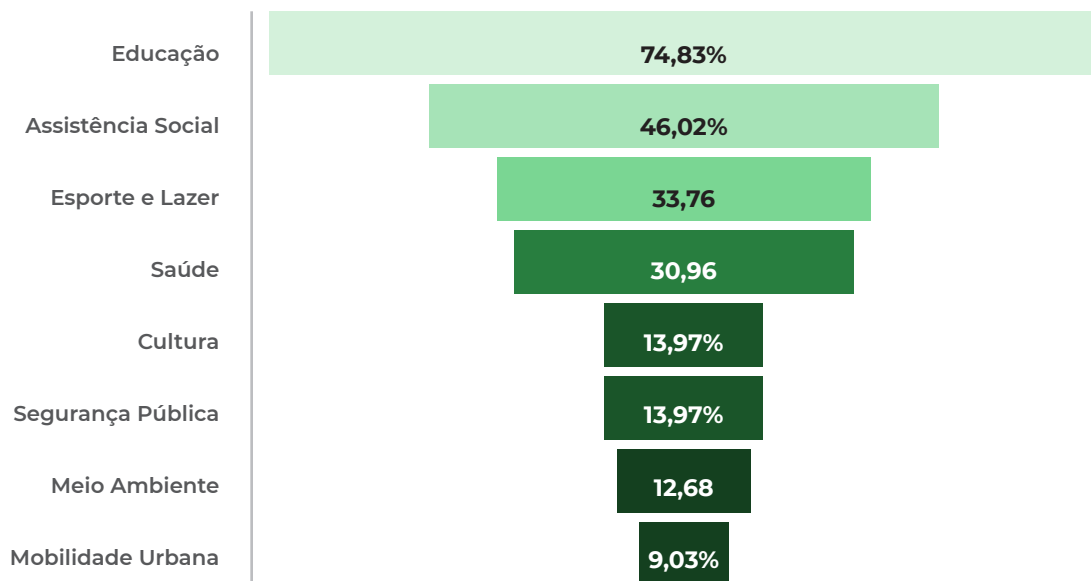


2.2. SERVIÇOS PÚBLICOS MAIS RELEVANTES AO ATENDIMENTO DO PÚBLICO INFANTO-JUVENIL

2.2.1. Avaliação da população sobre as MELHORES áreas de atendimento às crianças e adolescentes.

Embora a escuta realizada por meio das entrevistas, grupos focais e questionários online revele que as melhorias na área da Educação compõem o maior desafio para o município em relação à garantia dos direitos das crianças e adolescentes, a Educação foi a área mais bem avaliada na pesquisa, com 72% dos respondentes mencionando a área como uma das três melhores em atendimento. Isso pode se

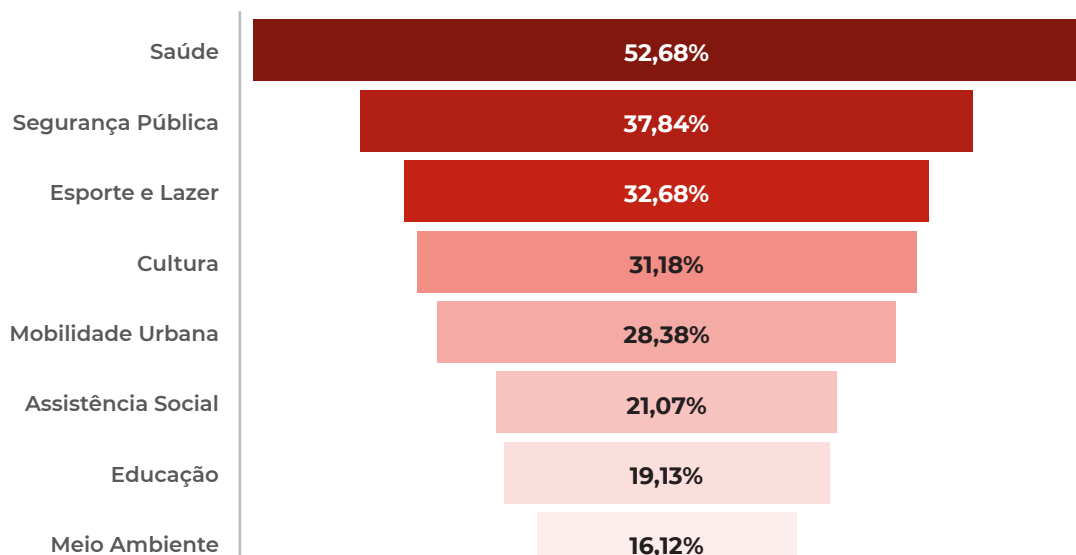
dever ao fato da atribuição de garantia de direitos das crianças e adolescentes ser vista como maior prerrogativa das escolas, que de fato apresentam cobertura mais ampla em termos de serviço e presença na vida das crianças e adolescentes. Em seguida as áreas mais citadas como melhores em atendimento foram: Assistência Social com 46,02%, Esporte e Lazer com 33,76% e Saúde, com 30,96%.



2.2.2. Avaliação da população sobre as PIORES áreas de atendimento às crianças e adolescentes.

Nas respostas sobre as três piores áreas em atendimento, a Saúde foi a mais apontada com 52,68% de menções, seguida por Segurança Pública

com 37,84%, Esporte e Lazer com 32,68% e Cultura 31,18%.

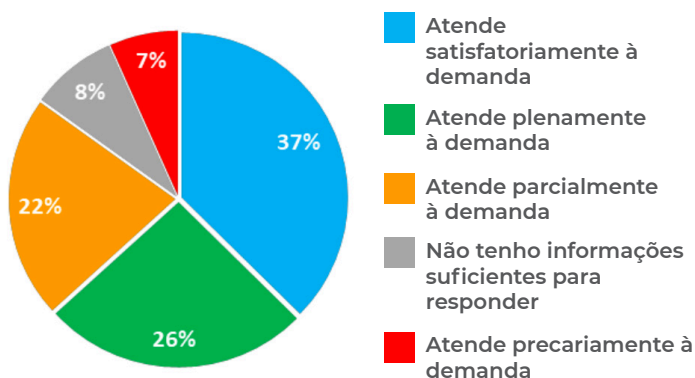


2.2.3. Avaliação da população sobre os serviços públicos de EDUCAÇÃO.

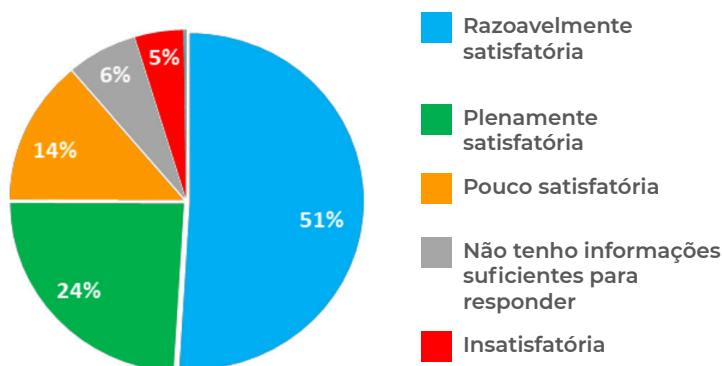
A área da Educação, que tem o maior número de equipamentos e cobertura no território municipal, foi a melhor avaliada nos questionários e entrevistas e, ao mesmo tempo – conforme está apresentado mais adiante – a principal área de interesse em relação aos desafios do município na garantia dos DCA. Nota-se nos gráficos abaixo que 37% de avaliação da capacidade de atendimento foi satisfatória e 26% dos respondentes disseram que a capacidade de atendimento é plena em relação à

demanda. Quanto à qualidade de atendimento, a avaliação positiva foi ainda maior, 51% disse que a qualidade é razoavelmente satisfatória e 24% disse que é plenamente satisfatória. Trata-se da área com menor parcela de respondentes que indicou não ter informações para responder e também foi a mais bem avaliada com relação ao acesso aos equipamentos com 47% de razoavelmente acessível e 35% de plenamente acessível.

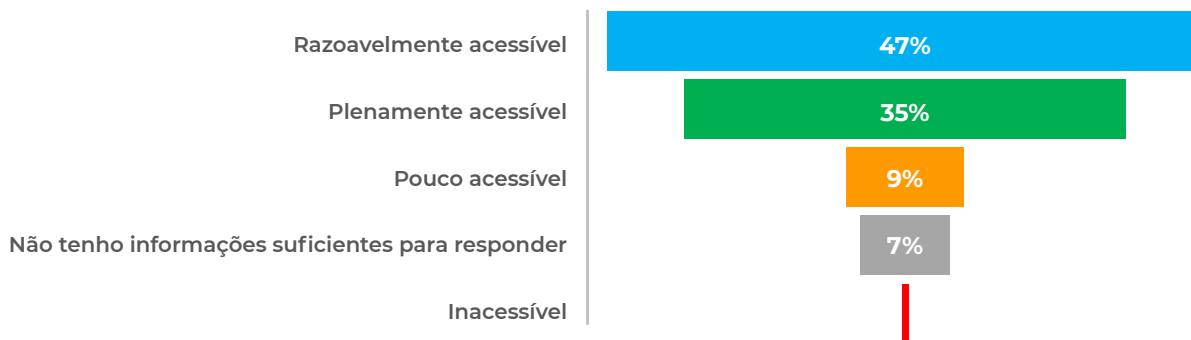
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO dos equipamentos e serviços na área de Educação



QUALIDADE DE ATENDIMENTO dos equipamentos e serviços na área de Educação



FACILIDADE DE ACESSO aos equipamentos e serviços na área de Educação

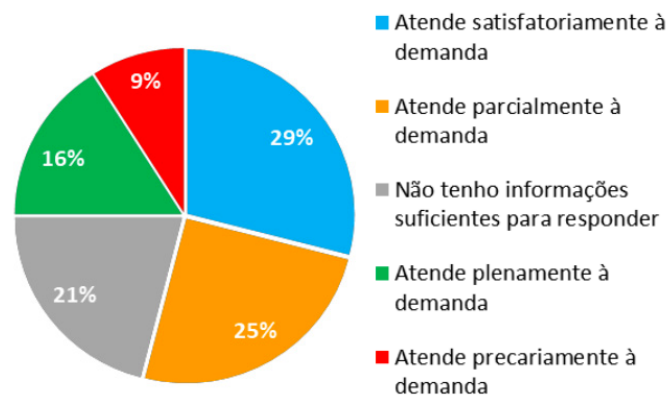


2.2.4. Avaliação da população sobre os serviços públicos de ASSISTÊNCIA SOCIAL.

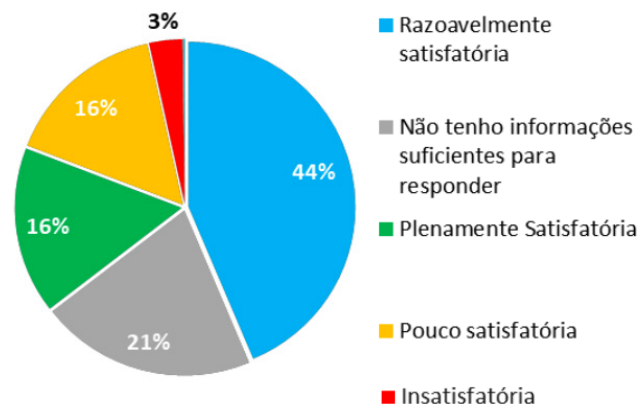
A área da Assistência e Desenvolvimento Social foi a segunda melhor avaliada. Quanto à capacidade de atendimento 29% dos respondentes avaliaram que o atendimento é satisfatório, para 25% a capacidade de atendimento é parcial em relação à demanda e apenas 9% disseram que o atendimento é precário. Quanto a qualidade do atendimento,

44% avaliou como satisfatória. A avaliação também teve uma tendência positiva a respeito do acesso aos equipamentos da Assistência Social - 42% de respostas dizendo que os equipamentos são razoavelmente acessíveis e 21% dizendo que são plenamente acessíveis.

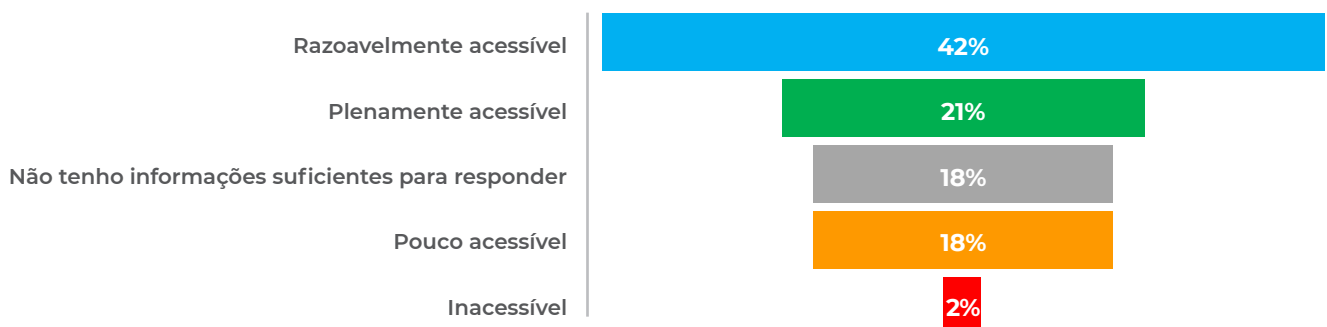
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO dos equipamentos e serviços na área de Assistência Social



QUALIDADE DE ATENDIMENTO dos equipamentos e serviços na área de Assistência Social



FACILIDADE DE ACESSO aos equipamentos e serviços na área de Assistência Social

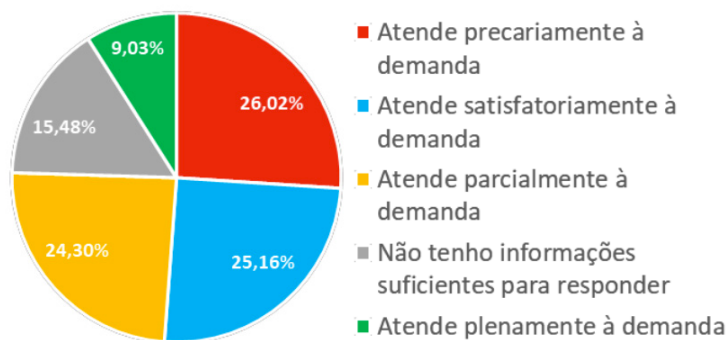


2.2.5. Avaliação da população sobre os serviços públicos de ESPORTE e LAZER.

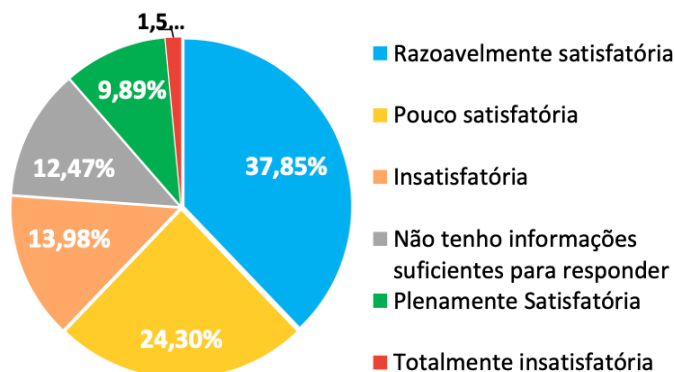
A capacidade de atendimento a área de Esporte e Lazer teve 26% de atende precariamente à demanda e 25% de atende satisfatoriamente à demanda. Já na avaliação da qualidade do atendimento 38% indicou que é razoavelmente satisfatória, porém, se somadas as respostas de pouco satisfatória com 24% e insatisfatória com 14%, chega-se também a

38%. Já a facilidade de acesso aos equipamentos teve maioria de 42,58% de razoavelmente acessível e 27,10% de pouco acessível. Entre os entrevistados e respondentes dos questionários destacou-se a necessidade de mais atividades e equipamentos mais distribuídos pelos territórios do município para atender melhor a todas as crianças e adolescentes.

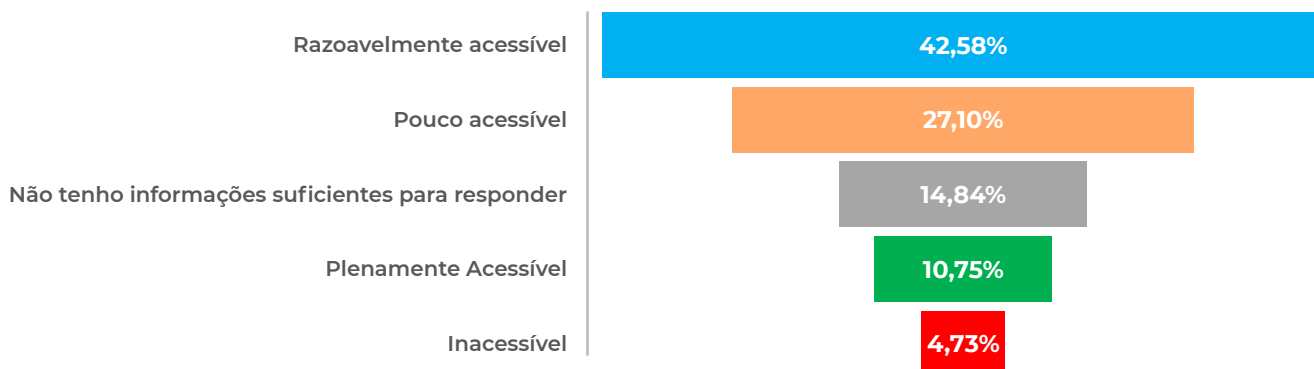
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO dos equipamentos e serviços na área de Esporte e Lazer



QUALIDADE DE ATENDIMENTO dos equipamentos e serviços na área de Esporte e Lazer



FACILIDADE DE ACESSO aos equipamentos e serviços na área de Esporte e Lazer

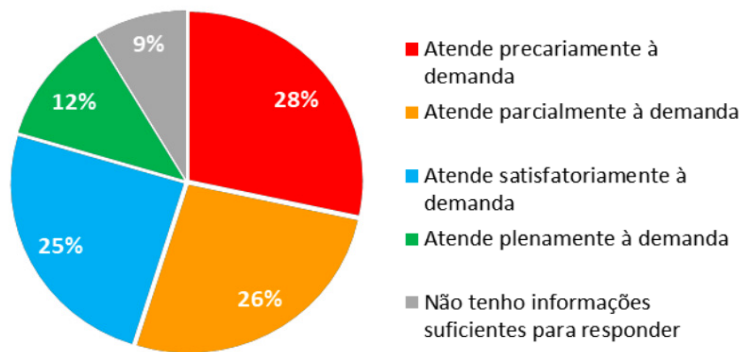


2.2.6. Avaliação da população sobre os serviços públicos de SAÚDE.

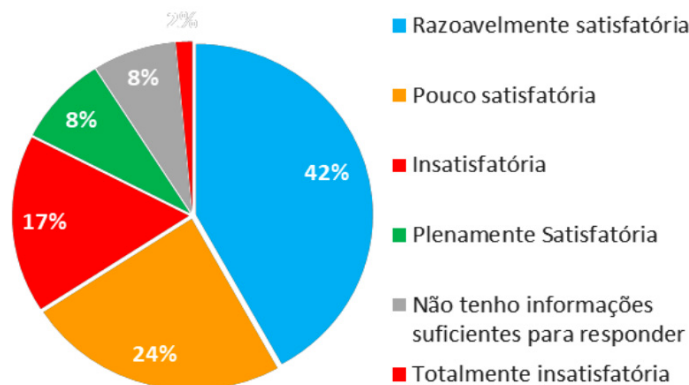
A área com avaliação mais crítica foi a da Saúde. Quanto à capacidade de atendimento 28% indicou que a área atende precariamente à demanda. Já a avaliação da qualidade do atendimento é mais positiva, com 42% de razoavelmente satisfatória, bem como o acesso aos equipamentos com 43%

de razoavelmente acessível e 25,81% de pouco acessível. A demora nos atendimentos e a falta de especialidades médicas, especialmente relacionadas à saúde mental, foram destaques nas entrevistas e grupos focais.

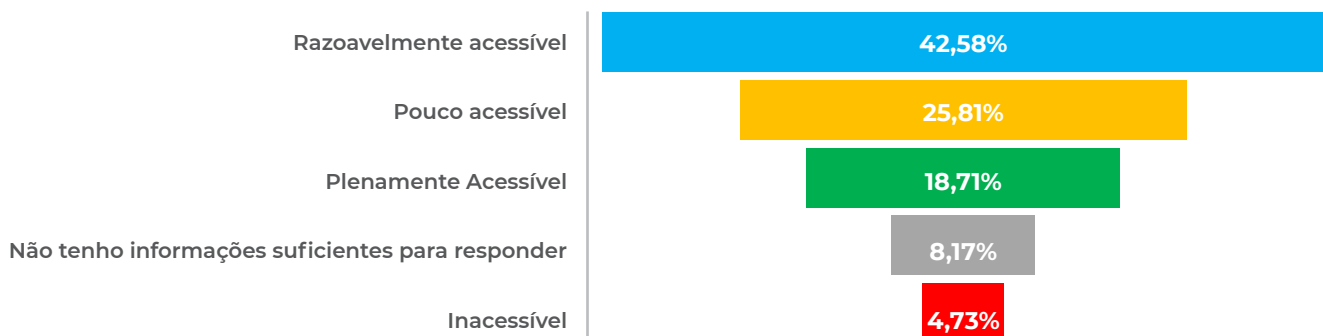
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO dos equipamentos e serviços na área de Saúde



QUALIDADE DE ATENDIMENTO dos equipamentos e serviços na área de Saúde



FACILIDADE DE ACESSO aos equipamentos e serviços de Saúde



2.2.7. Avaliação da população sobre os serviços públicos de CULTURA.

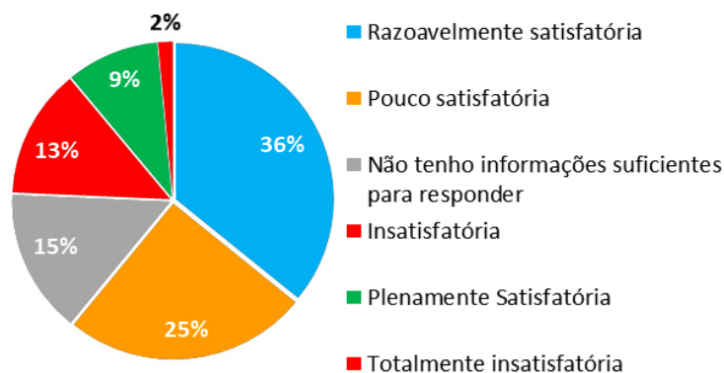
Embora não esteja entre as piores áreas avaliadas em termos de atendimento, a Cultura teve uma parcela significativa de respostas apontando que a capacidade de atendimento no município é precária (28%). Porém, para 23% a área atende satisfatoriamente à demanda e 22% disse não ter informações suficientes para responder. A qualidade

do atendimento foi melhor avaliada, com 36% de razoavelmente satisfatória. Quando à facilidade de acesso dos equipamentos de Cultura, 40% respondeu razoavelmente acessível, seguido por 26% de pouco acessível, pois os equipamentos existentes não estão presentes em todos os territórios do município.

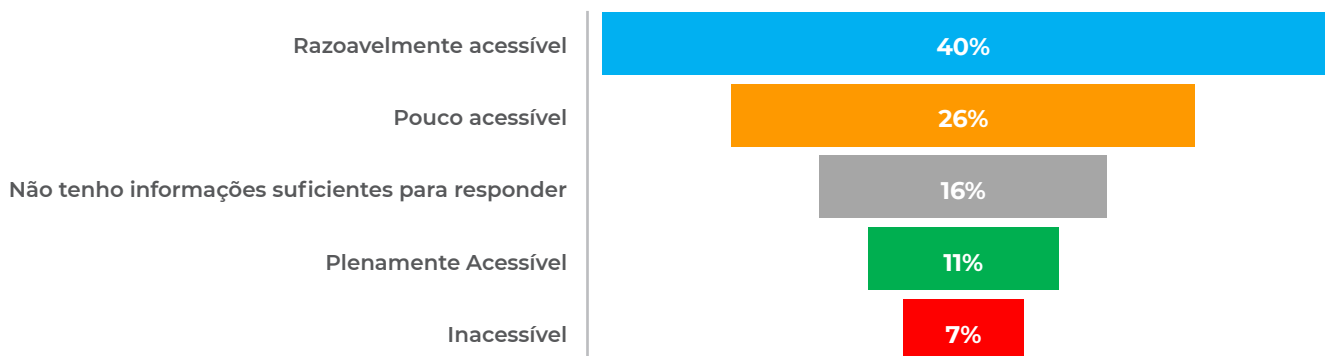
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO dos equipamentos e serviços na área de Cultura



QUALIDADE DE ATENDIMENTO dos equipamentos e serviços na área de Cultura



FACILIDADE DE ACESSO aos equipamentos e serviços na área de Cultura

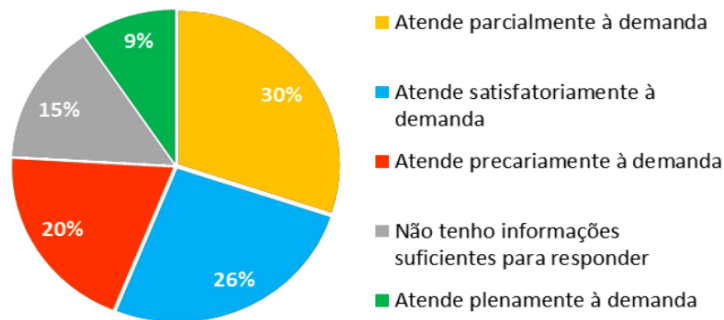


2.2.8. Avaliação da população sobre os serviços públicos de SEGURANÇA PÚBLICA.

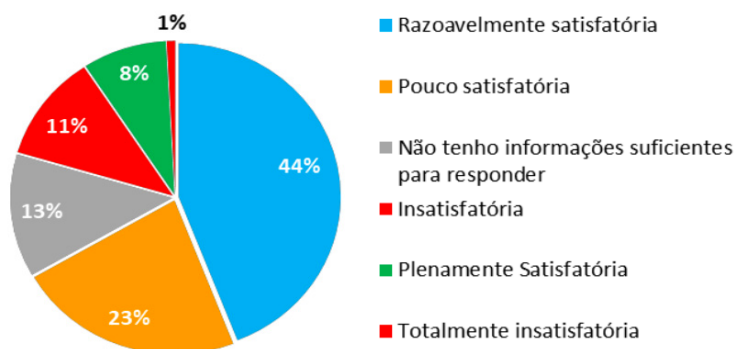
A avaliação da capacidade de atendimento da Segurança Pública do município teve maioria indicando atendimento parcial à demanda, com 30% das respostas. Nas entrevistas destacou-se a falta de ronda policial na área de algumas escolas e falta

de policiamento em bairros distantes do centro da cidade. Já na qualidade do atendimento, 44% avaliou como razoavelmente satisfatória e a facilidade de acesso aos equipamentos e serviços da área teve 45,38% de razoavelmente acessível.

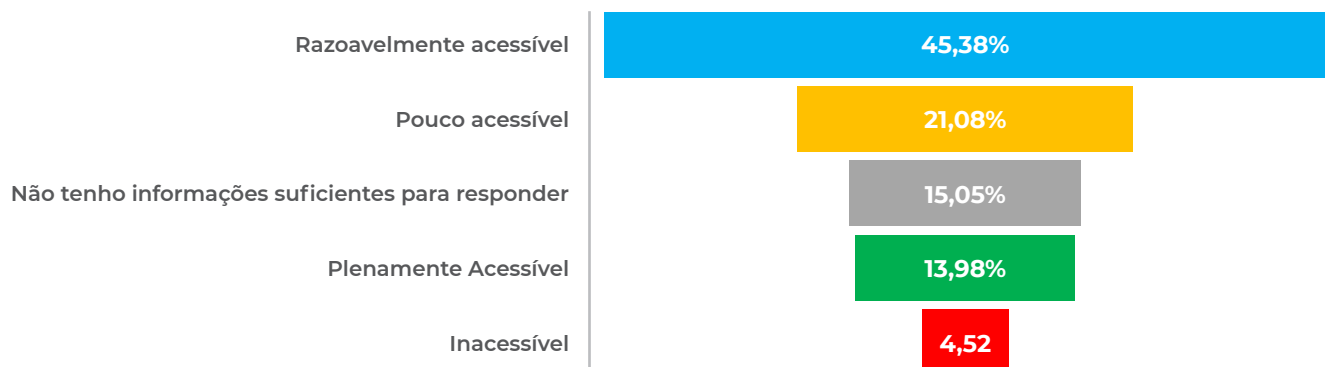
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO dos equipamentos e serviços na área de Segurança Pública



QUALIDADE DE ATENDIMENTO dos equipamentos e serviços na área de Segurança Pública



FACILIDADE DE ACESSO aos equipamentos e serviços na área de Segurança Pública

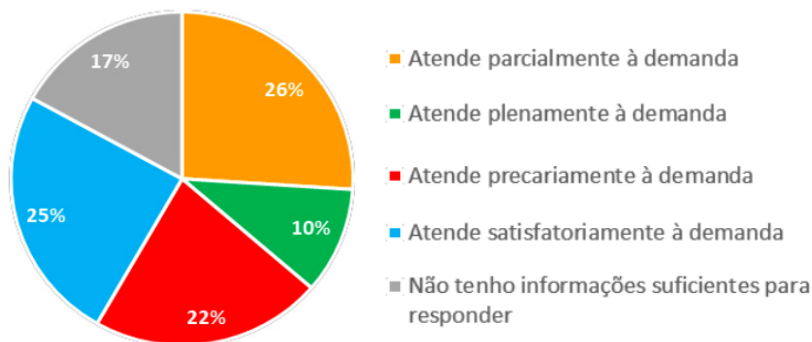


2.2.9. Avaliação da população sobre os serviços públicos de MEIO AMBIENTE.

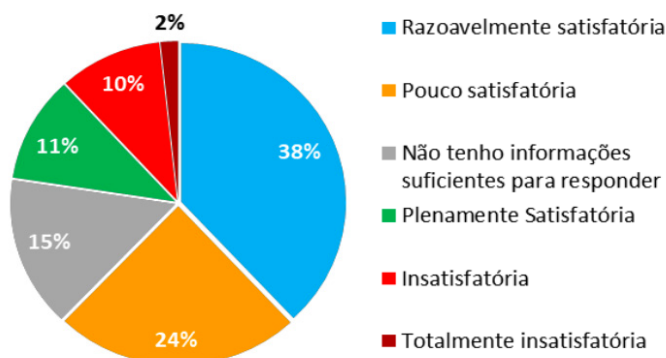
Quanto a capacidade de atendimento da área do Meio Ambiente, 26% responderam que é apenas parcial, seguido por 25% que avalia que a área atende satisfatoriamente à demanda. Sobre a qualidade do atendimento, 38% avaliou como razoavelmente

satisfatória e 24% como pouco satisfatória. A facilidade de acesso aos equipamentos e serviços da área teve maioria de 40,86% respondendo que é razoavelmente acessível.

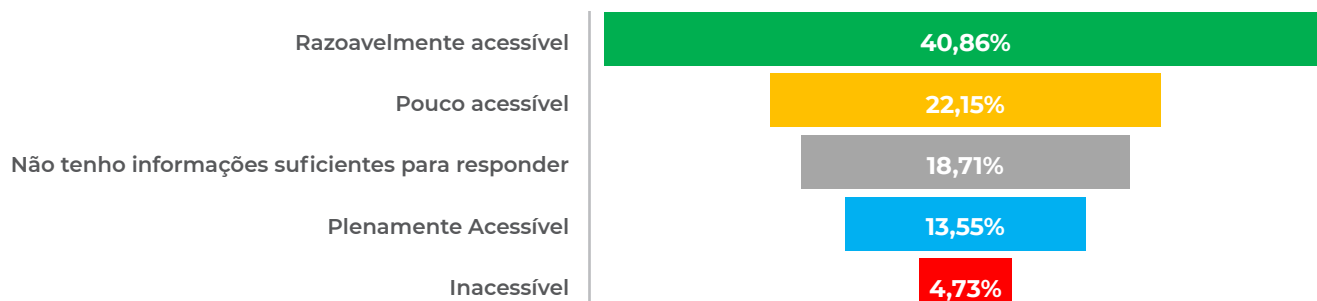
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO dos equipamentos e serviços na área de Meio Ambiente



QUALIDADE DE ATENDIMENTO dos equipamentos e serviços na área de Meio Ambiente



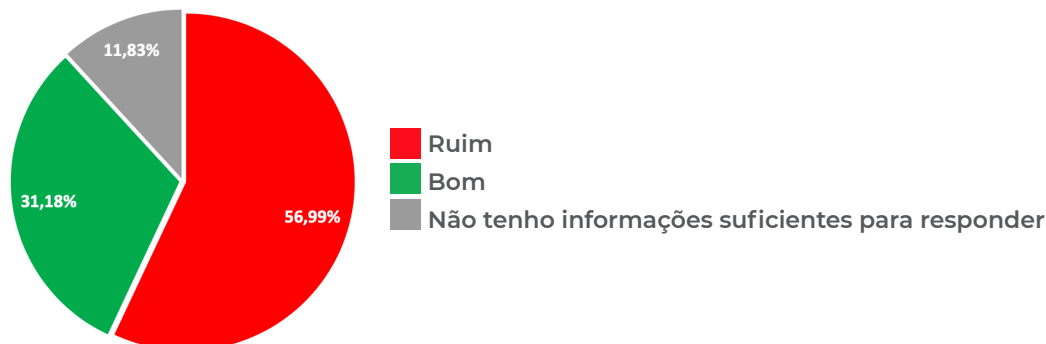
FACILIDADE DE ACESSO aos equipamentos e serviços na área de Meio Ambiente



2.2.10. Avaliação da população sobre a PUBLICIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA na execução de políticas públicas voltadas aos direitos da criança e do adolescente.

A publicização e transparência da execução de políticas públicas voltadas aos DCA se mostrou como assunto crítico no diagnóstico, tendo maioria

de avaliação como ruim, conforme é demonstrado no gráfico abaixo com 56,99% das respostas, enquanto 31,18% avaliou como bom.



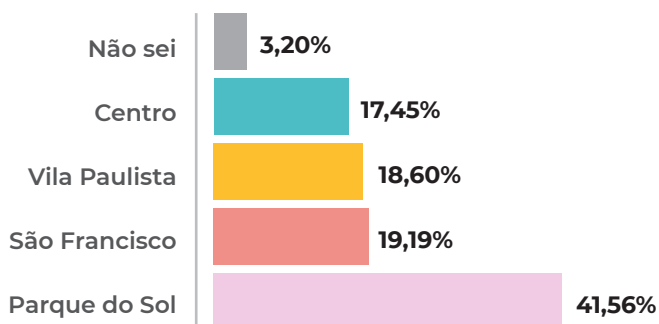
2.3. O QUE PENSAM OS JOVENS?

2.3.1. Quem são e como vivem os jovens entrevistados.

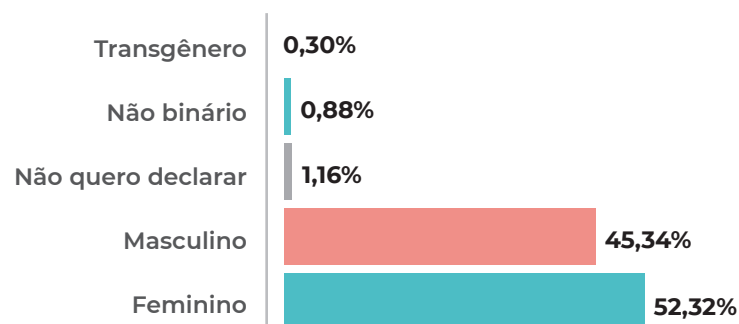
Através de entrevistas em grupo e aplicação de um questionário online quase 400 jovens participaram do diagnóstico falando de si, da cidade onde vivem e dos problemas e necessidades que percebem a

respeito da vida que o município possibilita para suas crianças e adolescentes. Os gráficos a seguir apresentam o perfil dos jovens escutados.

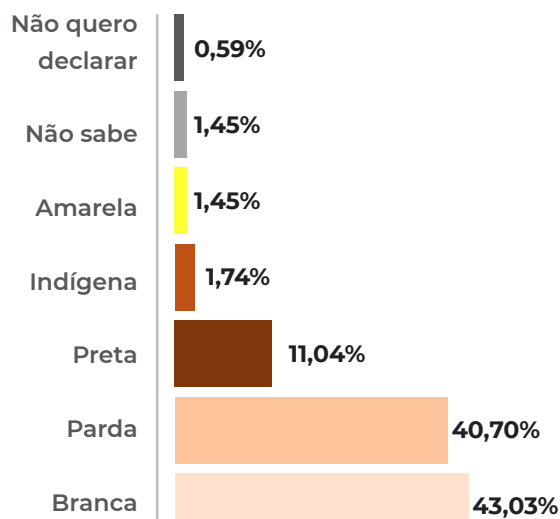
REGIÃO/CRAS de referência



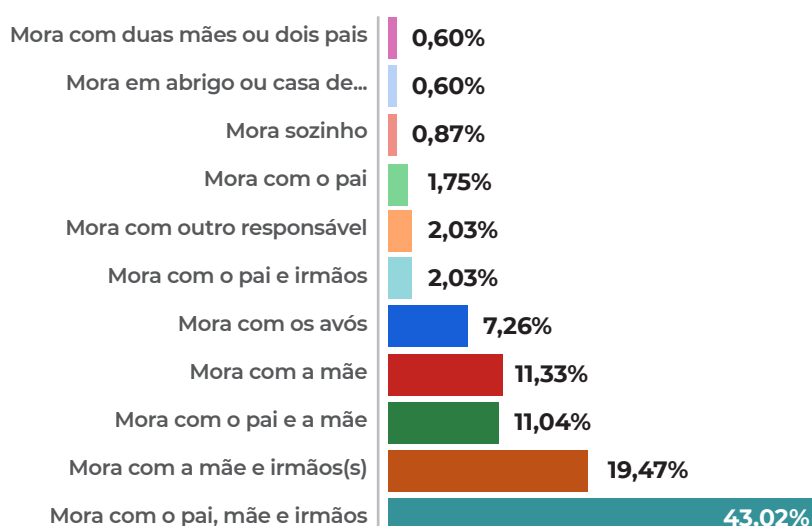
GÊNERO



COR DA PELE declarada



Com quem MORAM

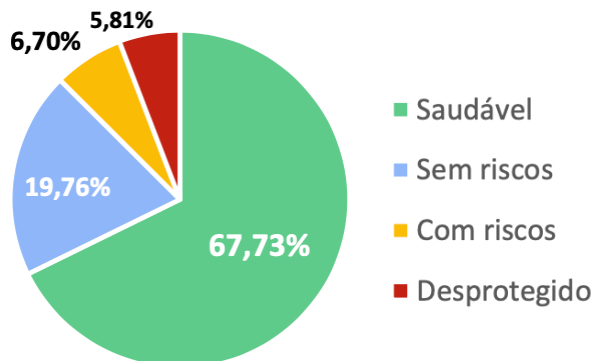


A maioria dos jovens indicou que vive em ambiente saudável (67,73% dos jovens) ou sem riscos (19,76%). Sobre acesso à internet, o número de respondentes com acesso de forma estável é ainda maior - 89,24%. Não foram identificadas

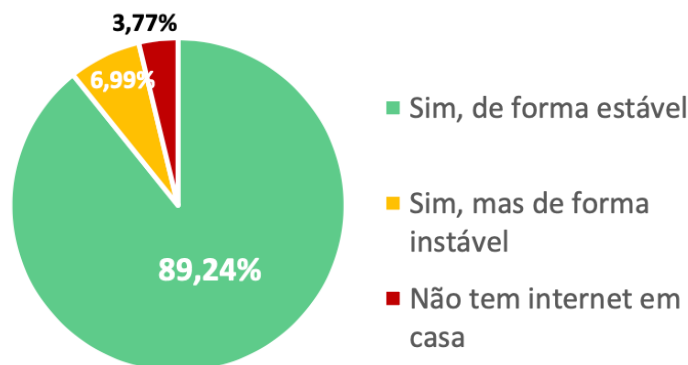
discrepâncias nas respostas quando observados recortes de cor e raça.

As avaliações sobre moradia e alimentação também mostraram mais positivas, como é possível observar nos gráficos abaixo.

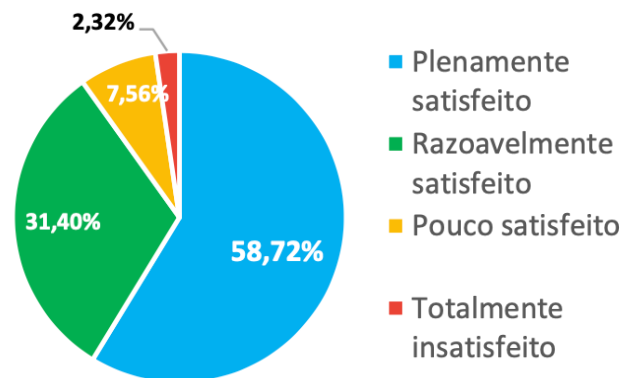
Avaliação do AMBIENTE em que vivem



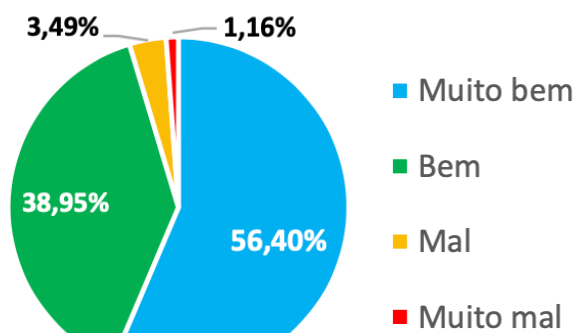
Acesso à INTERNET



Como os jovens se sentem em relação à MORADIA



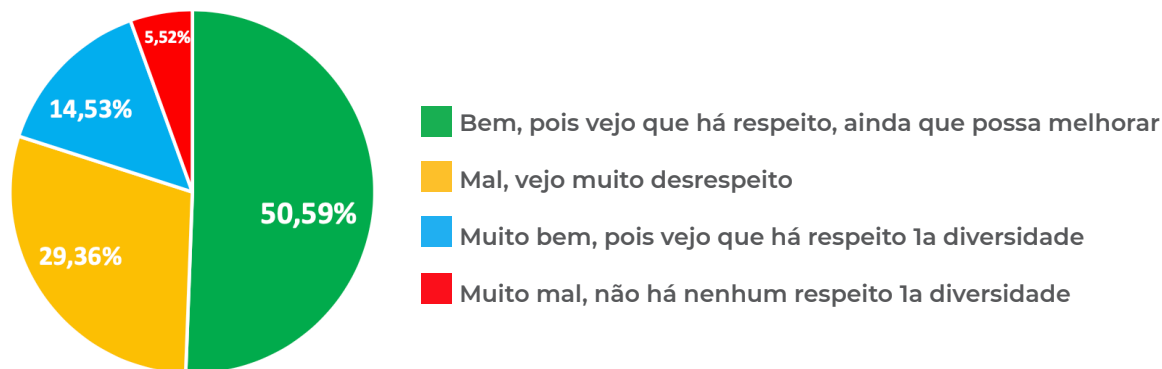
Como os jovens se sentem em relação à ALIMENTAÇÃO



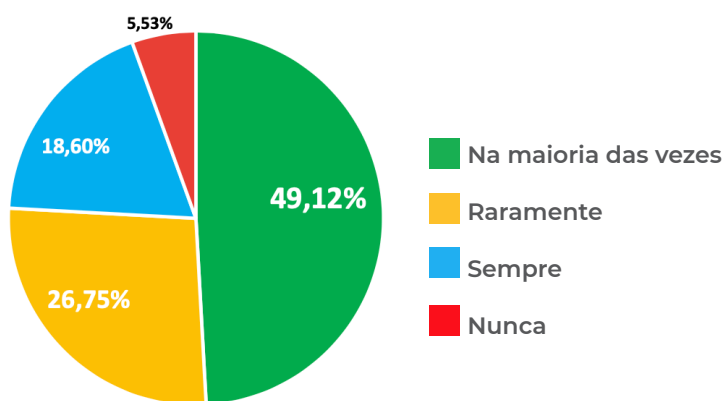
Em relação ao respeito à diversidade as opiniões dos jovens se dividiram, embora a maioria, de 50,59%, tenha respondido que se sente bem, pois há respeito, ainda que possa melhorar, se forem somados os que disseram se sentir mal ou muito mal sobre o assunto, temos quase 35% de respostas que indicam que há muito desrespeito

ou que não há nenhum respeito à diversidade no município. Quanto ao sentimento de participação e voz ativa a maioria também indicou que se sente ouvido na maioria das vezes ou sempre, mas ainda uma parcela significativa, de mais de 30%, sente que é raramente ou nunca ouvida em seus espaços de convivência.

Como os jovens se sentem em relação ao RESPEITO À DIVERSIDADE em Guaratinguetá



Frequência com que os jovens se sentem PARTICIPANTES e SENDO OUVIDOS em seus espaços

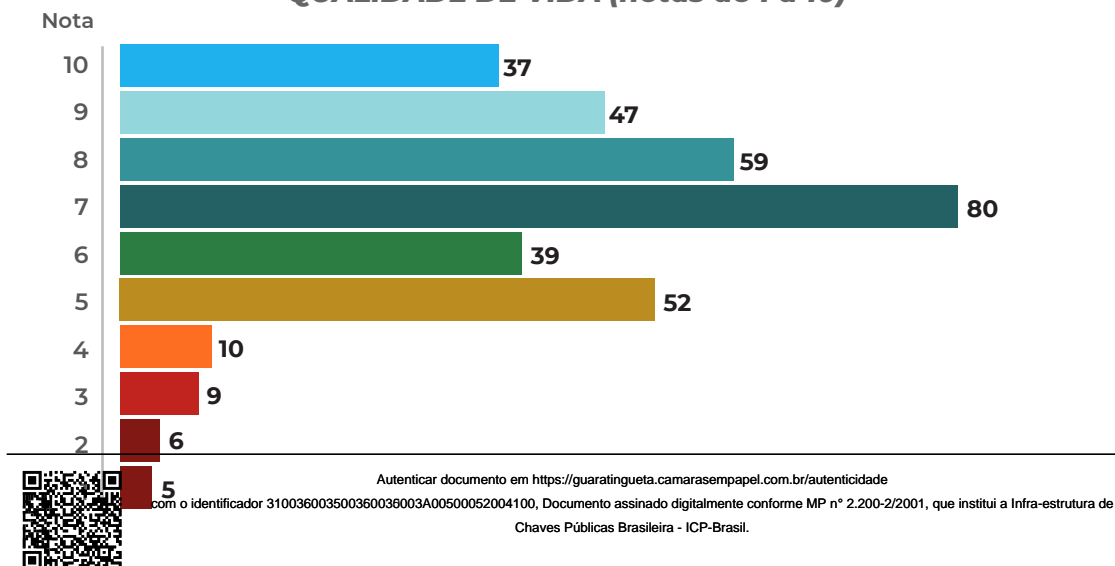


2.3.2. O que pensam do seu entorno.

Ao expressar o grau de satisfação com a qualidade de vida no município, podendo atribuir notas de 1 a 10, a maioria dos jovens deu nota 7, foram 80 entre 344 jovens. Em seguida a nota mais dada foi

8 e depois 5. A avaliação da qualidade de vida pelos jovens apresentou tendência positiva, pois mais de 70% das notas ficaram entre 5 e 10.

QUALIDADE DE VIDA (notas de 1 a 10)



Autenticar documento em <https://guaratingueta.camarasempapel.com.br/autenticidade>
 com o identificador 310036003500360036003A00500052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O que **MAIS GOSTAM** no **BAIRRO** onde moram



Maiores PROBLEMAS que identificam no **BAIRRO** onde moram



O que **MAIS GOSTAM** na **CIDADE**



Maiores PROBLEMAS que identificam na CIDADE

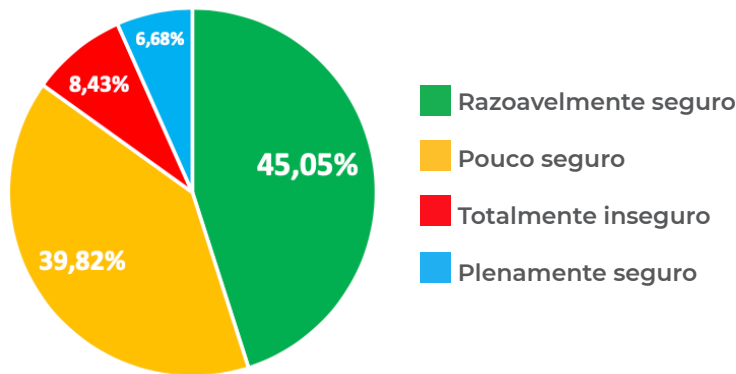


2.3.3. O que pensam dos serviços públicos em geral.

Em relação à segurança, 45,05% dos jovens indicou que se sente razoavelmente seguro no município, porém a soma das porcentagens daqueles que disseram se sentir pouco seguros e totalmente inseguros foi significativa – chegando a 48,25%. Importa lembrar que a segurança pública também ficou entre as piores áreas de atendimento para os

profissionais dos SGDCA e adultos das famílias das crianças e adolescentes escutados. Na verificação da percepção sobre segurança dos jovens por cor da pele apresentada na tabela abaixo - nota-se que a distribuição das avaliações não apresenta grandes variações por cor declara pelos respondentes.

Como os jovens se sentem em relação à SEGURANÇA PÚBLICA em Guaratinguetá



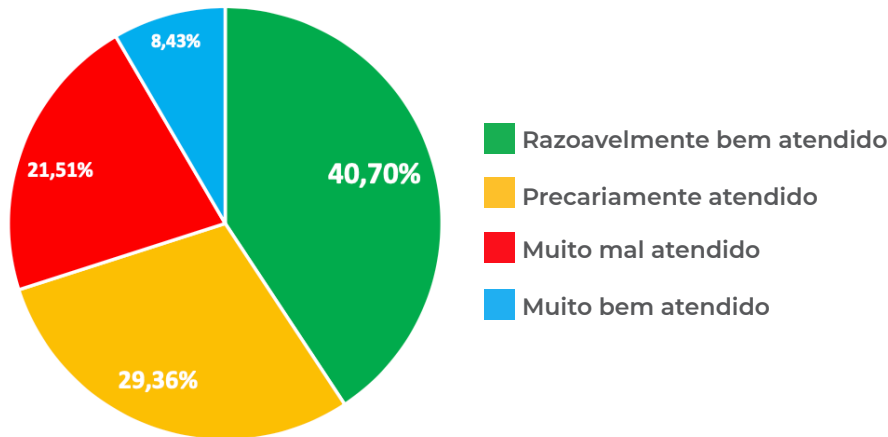
Raça/Cor declarada	Sentimento dos adolescentes em relação à SEGURANÇA em Guaratinguetá				Total por cor
	Plenamente seguro	Razoavelmente seguro	Pouco seguro	Totalmente inseguro	
Amarela	0%	20%	60%	20%	5
Branca	9,50%	47,50%	37,20%	5,80%	148
Indígena	16,70%	33,30%	33,30%	16,70%	6
Preta ou Parda	4,50%	43,82%	41,57%	10,11%	178
Não quis declarar ou Não sabe	0%	57,15%	42,85%	0%	7
Total Geral de adolescentes	23	155	137	29	344

Na saúde, assim como na avaliação dos adultos, uma parcela significativa dos jovens disse se sentir precariamente ou muito mal atendidos – totalizando 50,87% das respostas se somarmos as duas mais

críticas. Nos grupos focais com jovens destacaram-se os comentários sobre demora para conseguirem atendimento.



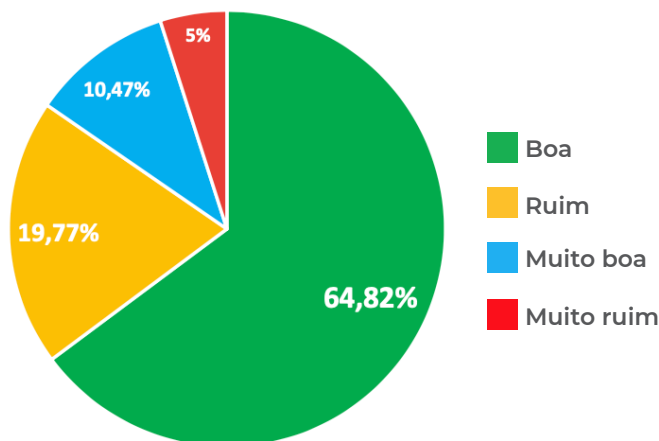
Como os jovens se sentem em relação ao atendimento da SAÚDE em Guaratinguetá



A avaliação dos jovens da mobilidade urbana teve maioria de 64,82% indicando como boa. A pergunta de avaliação da área constou apenas no questionário aplicado aos jovens pela importância deste público para o diagnóstico e particularidade da limitação de circulação que crianças e jovens tem, pois são, em sua maioria, dependentes de transporte público ou de adultos com habilitação para dirigir veículos.

Vale salientar que, diferentemente dos jovens, nas pesquisas com os adultos a área foi apontada como uma das piores em atendimento e destacou-se a falta de transporte público. Tal contradição de respostas revela a necessidade de aprofundamento do olhar para a mobilidade urbana em Guaratinguetá para além do DiSIA.

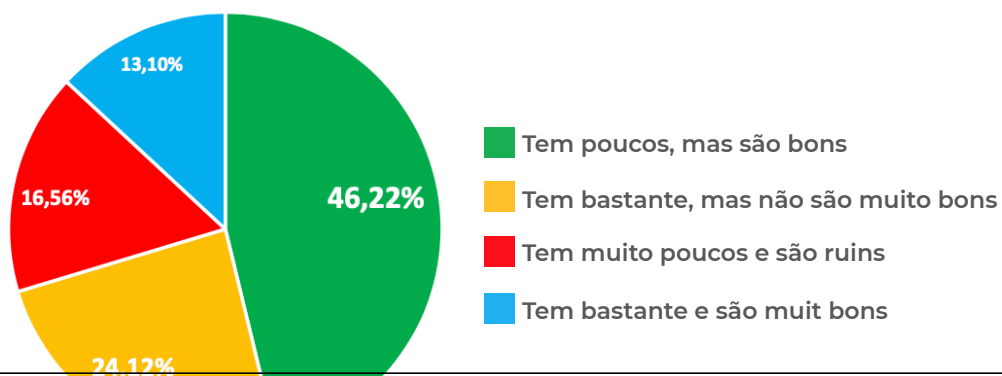
Como os adolescentes se sentem em relação à MOBILIDADE URBANA de Guaratinguetá



Com relação à avaliação dos jovens dos espaços de lazer e diversão para crianças e adolescentes, embora as respostas somadas de "tem poucos, mas são bons" e "tem bastante e são muito bons" – chegam 59% de avaliação positiva, ainda temos 40,68% do

público percebendo a área de maneira mais crítica. Nas entrevistas e grupos focais tanto o público infanto-juvenil quanto os adultos relataram que há falta de equipamentos em alguns territórios mais vulneráveis do município.

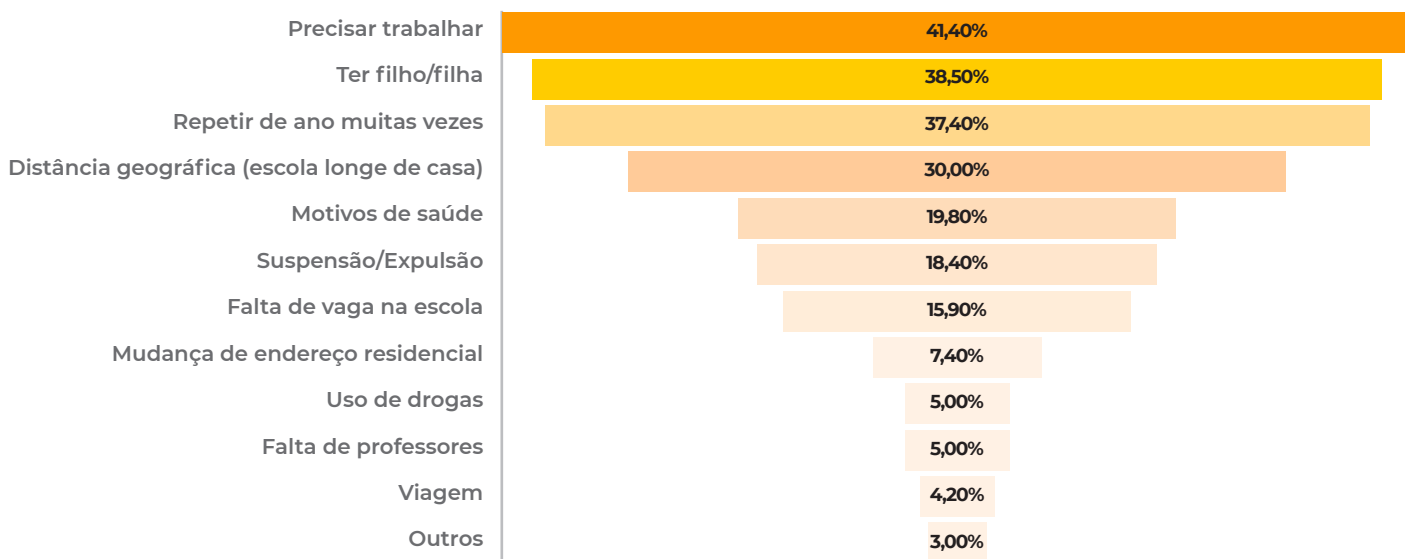
Como os adolescentes avaliam os espaços de LAZER E DIVERSÃO de Guaratinguetá



2.3.4. O que pensam da Educação.

A pergunta sobre os riscos que podem levar alguém a abandonar a escola pedia para que os respondentes indicassem até 3 maiores riscos. Como nota-se no gráfico a seguir, o risco mais indicado pelos jovens

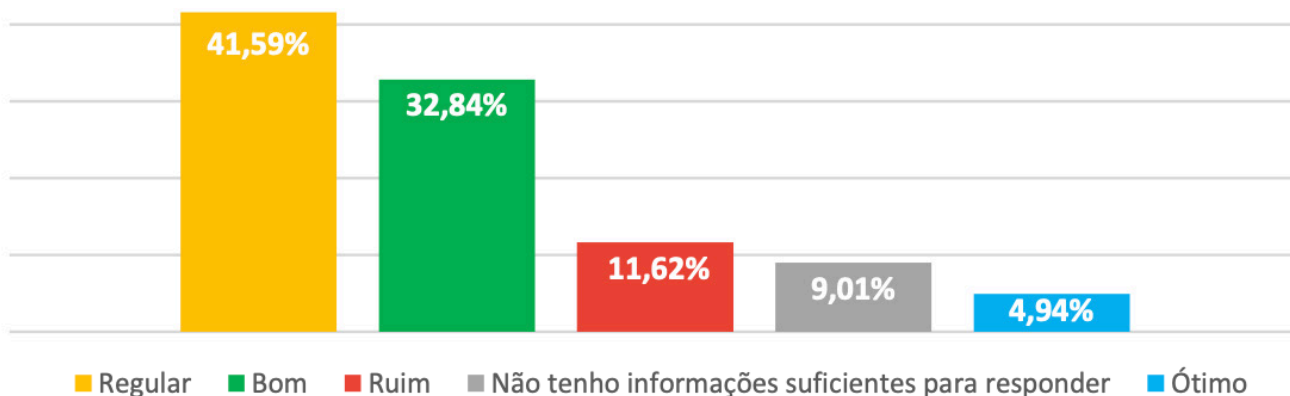
foi a necessidade de trabalhar, com 41,40%, seguido por ter filho(a), com 38,50% e repetir de anos muitas vezes, com 37,40% das respostas.



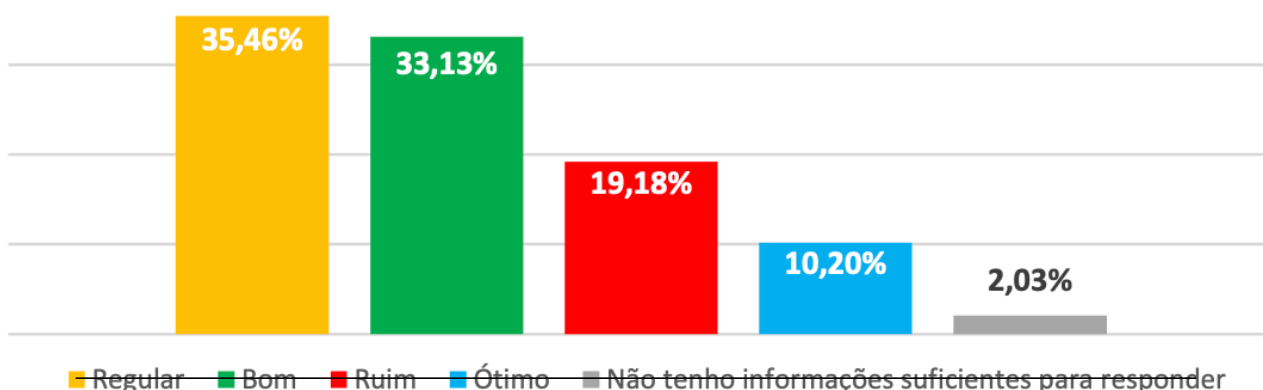
Para a maioria de 41,59% dos jovens a infraestrutura da área da educação, ou seja, os espaços, mobiliário e equipamentos das escolas publicas do município, foi avaliada como regular, seguida por boa com 32,84%.

Os espaços de esporte e lazer das escolas também apresentaram avaliação como regular na maioria das respostas com 35,46%, seguida por boa com 33,13%.

Avaliação da INFRAESTRUTURA



Avaliação dos ESPAÇOS DE ESPORTE E LAZER

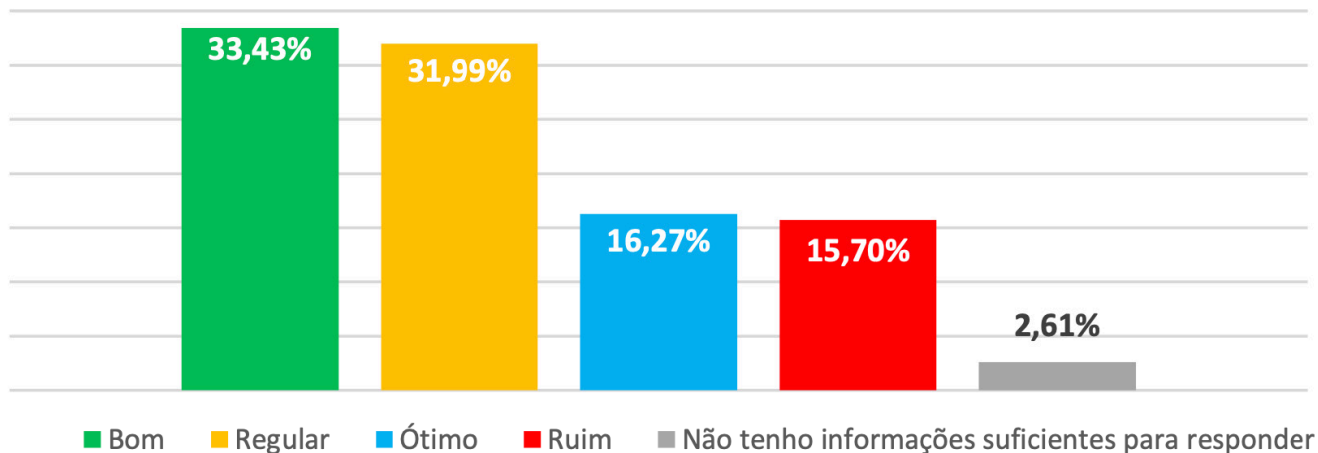


A qualidade dos professores das escolas teve 33,43% de avaliação como boa, seguida por regular com 31,99%. Nos grupos focais com o público infante-juvenil destacaram-se relatos sobre a falta

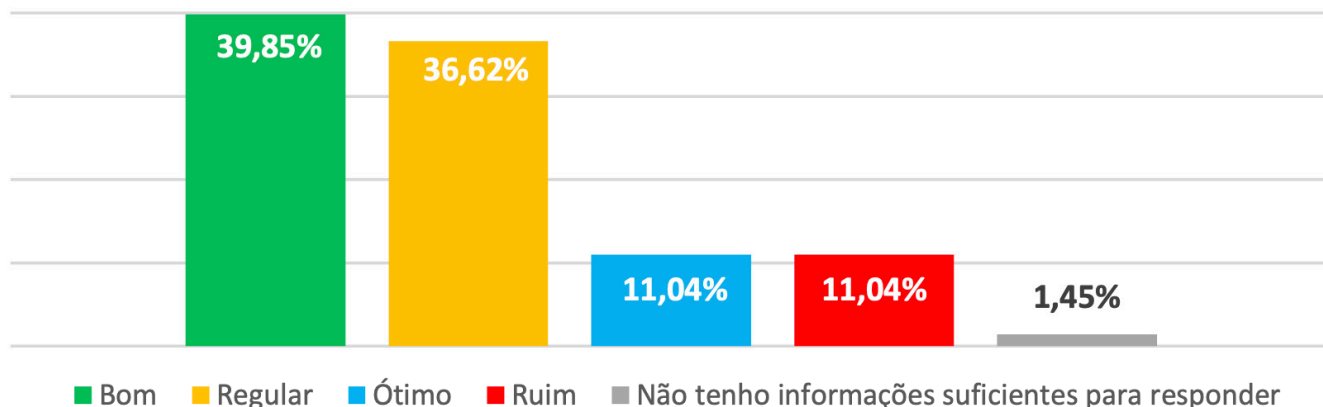
de professores como um problema recorrente em algumas escolas.

A avaliação do material escolar também teve maioria indicando como boa com 39,85%.

Avaliação da QUALIDADE DOS PROFESSORES



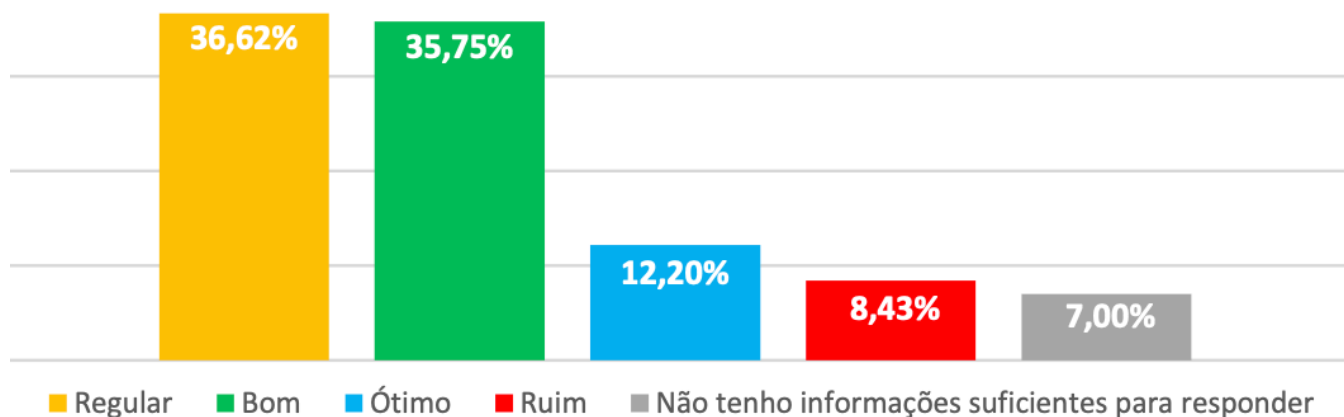
Avaliação do MATERIAL ESCOLAR



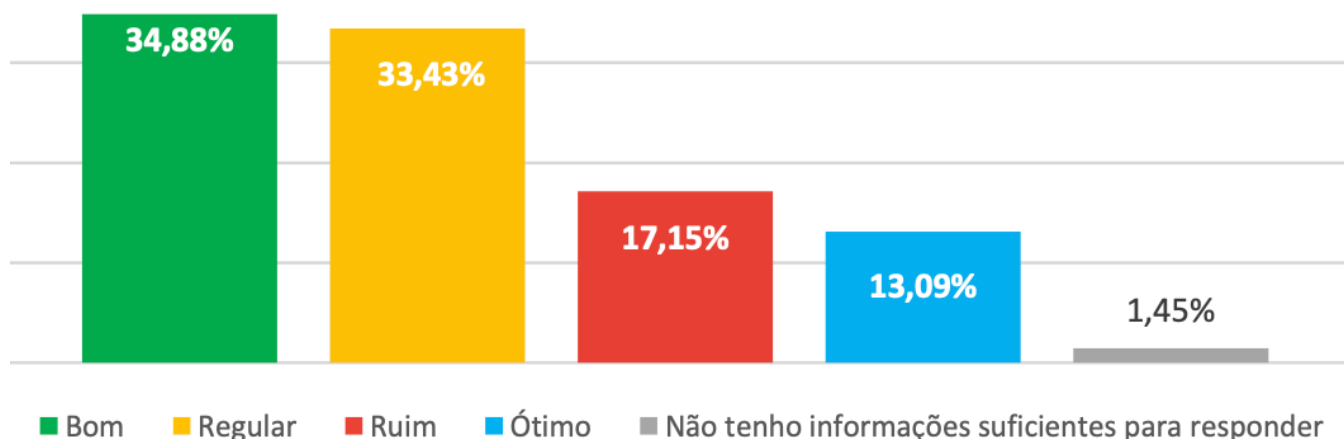
A qualidade da administração nas escolas teve 36,62% de regular, seguido por bom com 35,75%.

Já avaliação da convivência no ambiente escolar teve maioria indicando como bom com 34,88%.

Avaliação da QUALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO



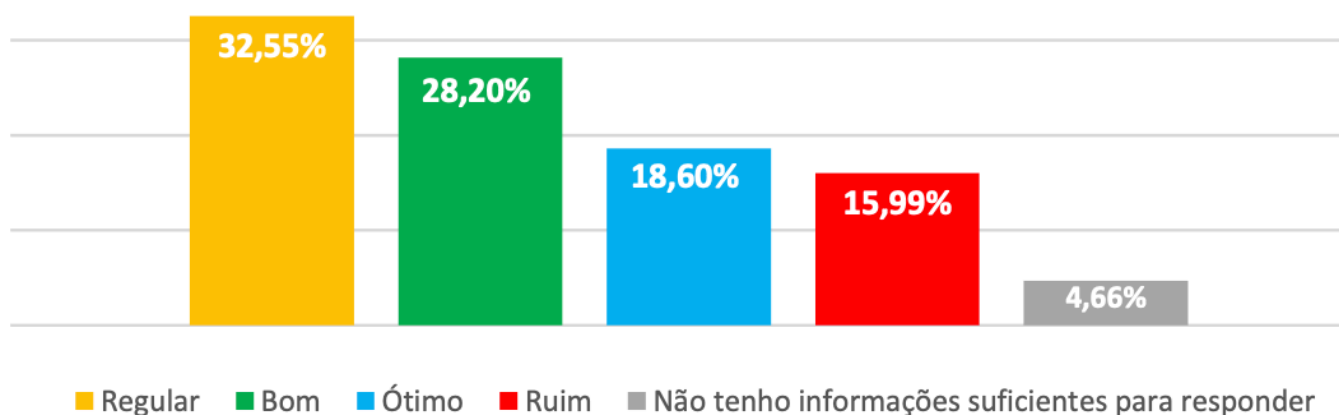
Avaliação da CONVIVÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR



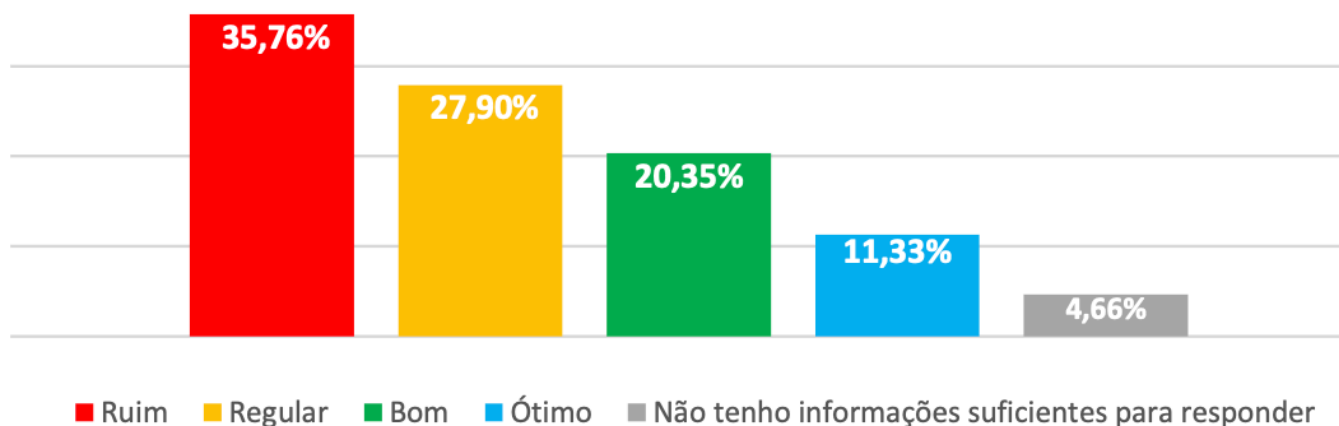
A atenção às pessoas com necessidades especiais teve maioria de avaliação como regular com 32,55%, porém somando as parcelas de adolescentes que avaliaram com boa e ótima a avaliação fica mais positiva, chegando a 46,80%.

Já a merenda escolar foi uma das questões apontadas com mais críticas para os jovens, com 35,76% de avaliação como ruim, seguida por 27,90% de avaliação como regular.

Avaliação da ATENÇÃO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

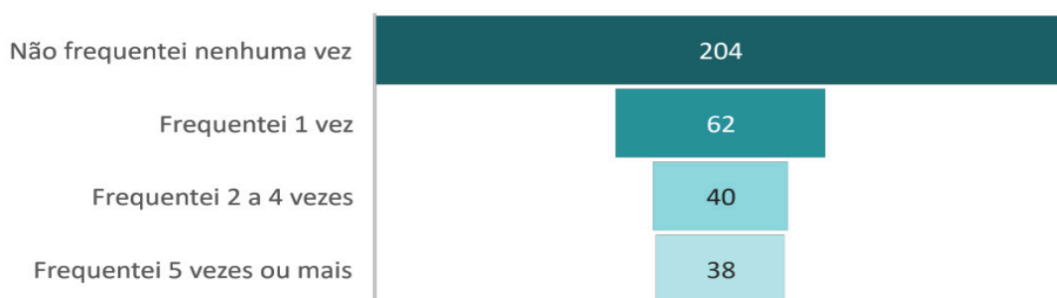


Avaliação da MERENDA ESCOLAR

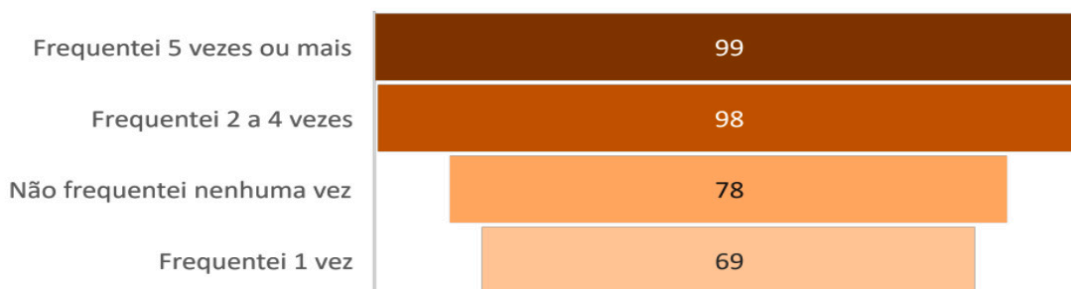


2.3.5. Acesso a atividades e oferta cultural: praticaram e frequentaram em 2022.

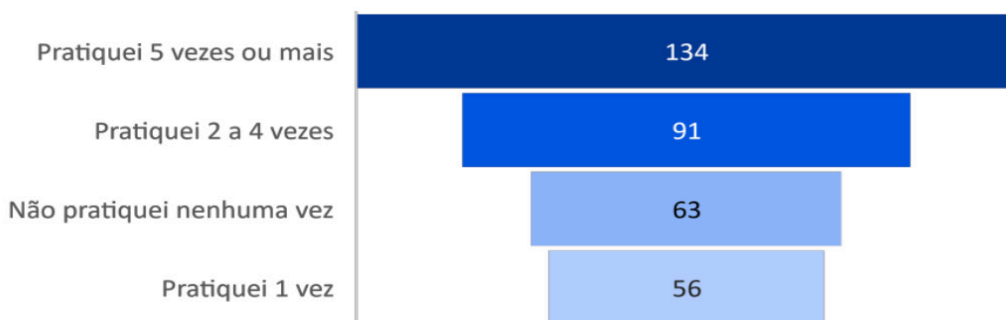
BIBLIOTECA PÚBLICA



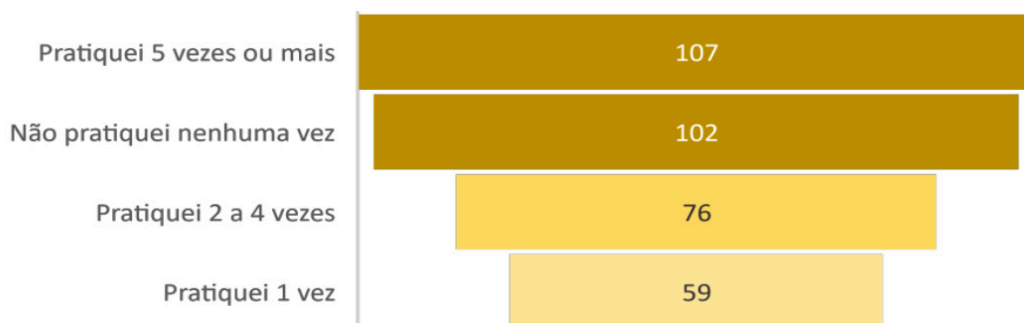
CINEMA



ESPORTES



JOGOS ELETRÔNICOS



LIVROS e REVISTAS



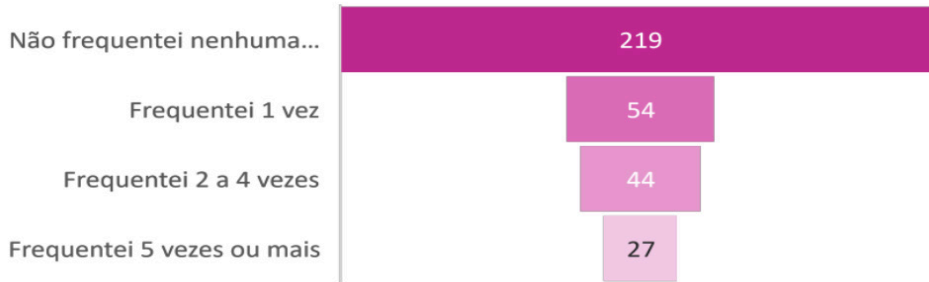
Li 2 a 4 vezes

Autenticar documento em <https://guaratingueta.camarasemp.org.com.br/autenticidade>
com o identificador 310036003500360036003A00500052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

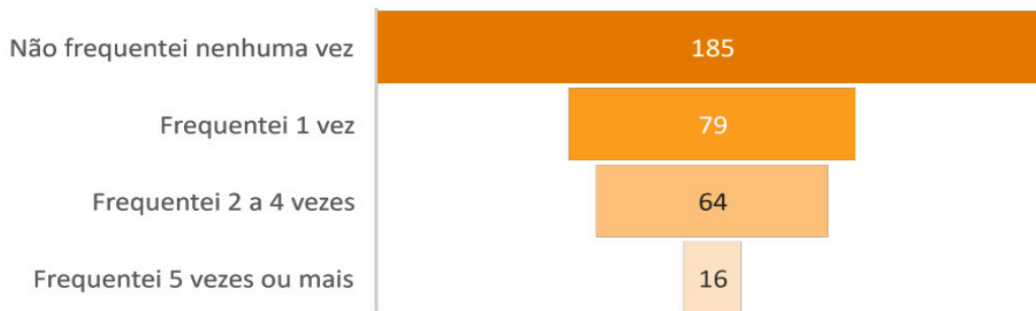
MUSEU



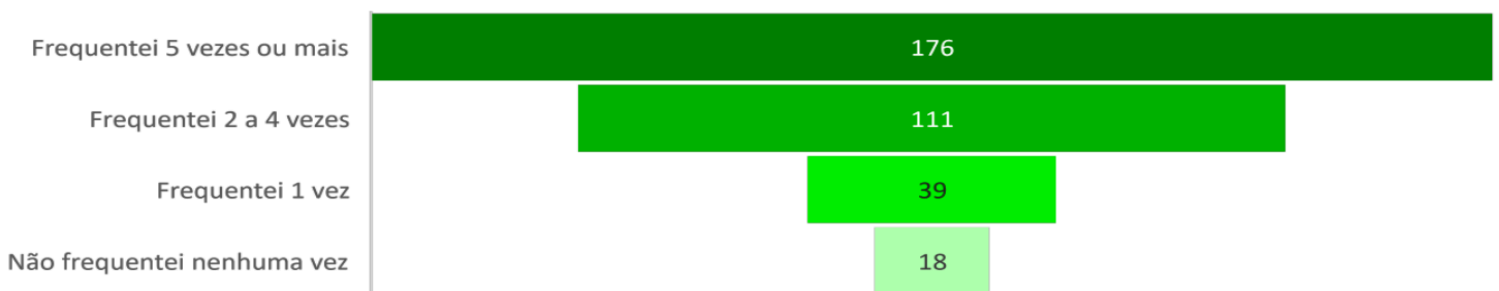
SHOW DE MÚSICA AO VIVO



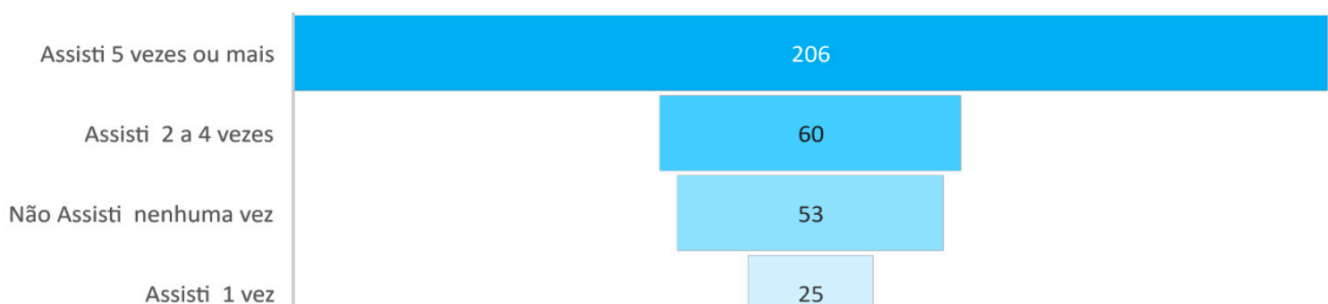
TEATRO



PRAÇA/PARQUE



TELEVISÃO



2.3.6. Qual sua relação com o mercado de trabalho.



Conforme é possível observar no gráfico anterior, com quase 80% das respostas, a maioria expressiva de adolescentes disse que não trabalha, seguida por 9,60% que disse ser jovem aprendiz e 2,90% que faz serviço doméstico remunerado.

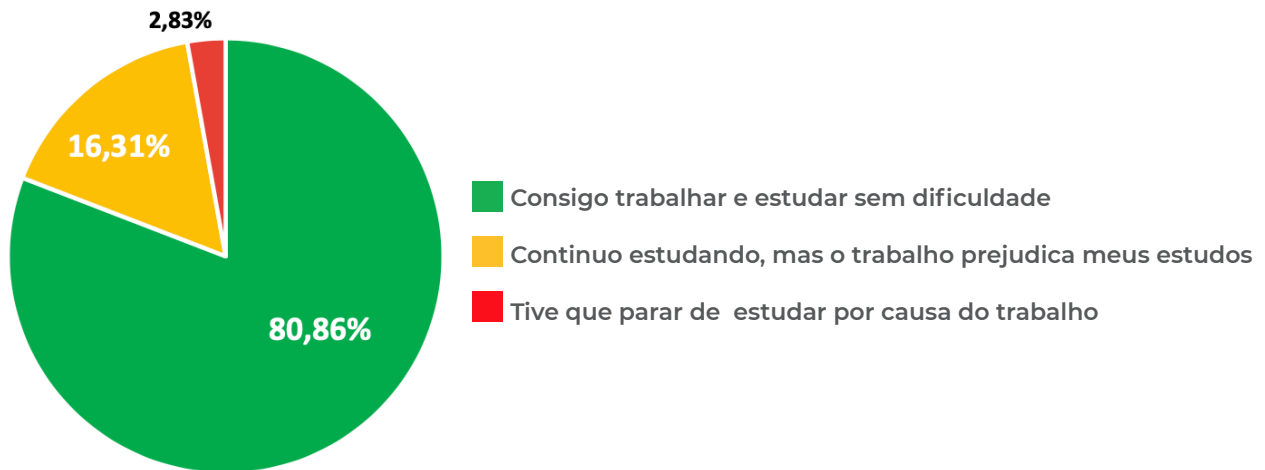
A tabela abaixo apresenta o número de adolescentes distribuídos por tipo de trabalho e cor declarada. Conforme é possível observar, não há diferenças significativas entre os recortes demonstrados.

Jovens por situação de TRABALHO e COR

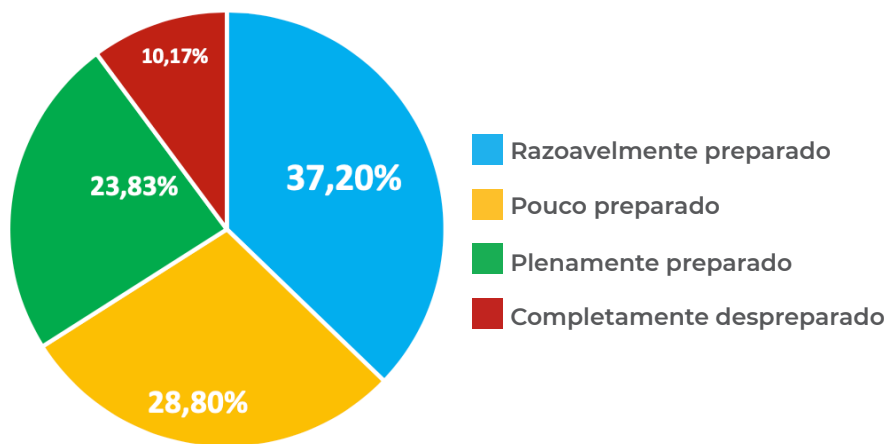
Você está trabalhando atualmente?	Raça/Cor					Total Geral
	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	
Não estou trabalhando atualmente	4	120	5	107	28	266
Sim, estou trabalhando como jovem aprendiz		14		14	3	33
Sim, com serviço doméstico remunerado		3		4		7
Sim, sou Microempreendedor Individual (MEI)					2	3
Sim, com atividades ilícitas		2		1		3
Sim, estou trabalhando como estagiário		1	1			2
Sim, sou empresário		1		1		2
Sim, na agricultura familiar		2				2
Sim, trabalhando como efetivo (com carteira assinada)				1	1	2
Sim, com comércio de rua informal				1	1	2



EQUILÍBRIO entre trabalho e estudo



Como os jovens se sentem em relação ao MERCADO DE TRABALHO

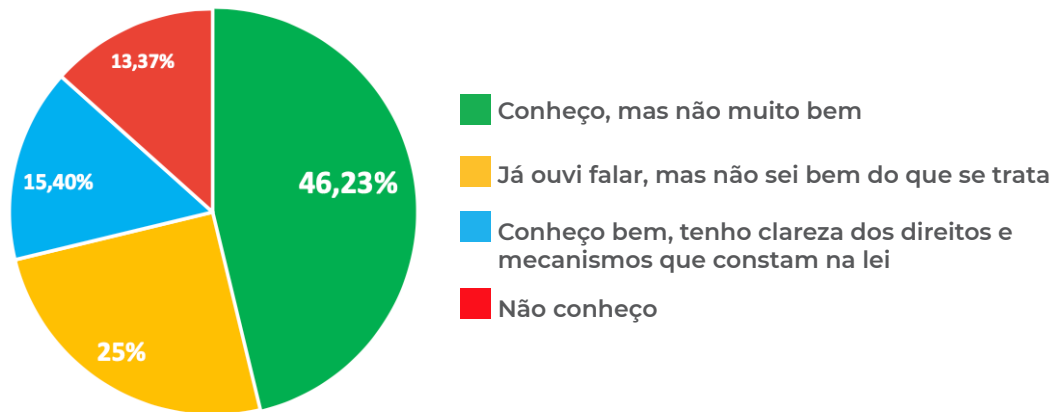


SONHOS DE PROFISSÃO dos jovens entrevistados

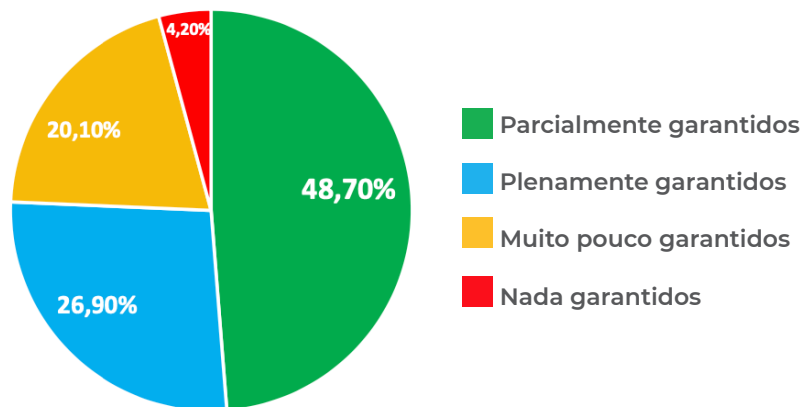


2.3.7. Acesso e percepção dos seus direitos.

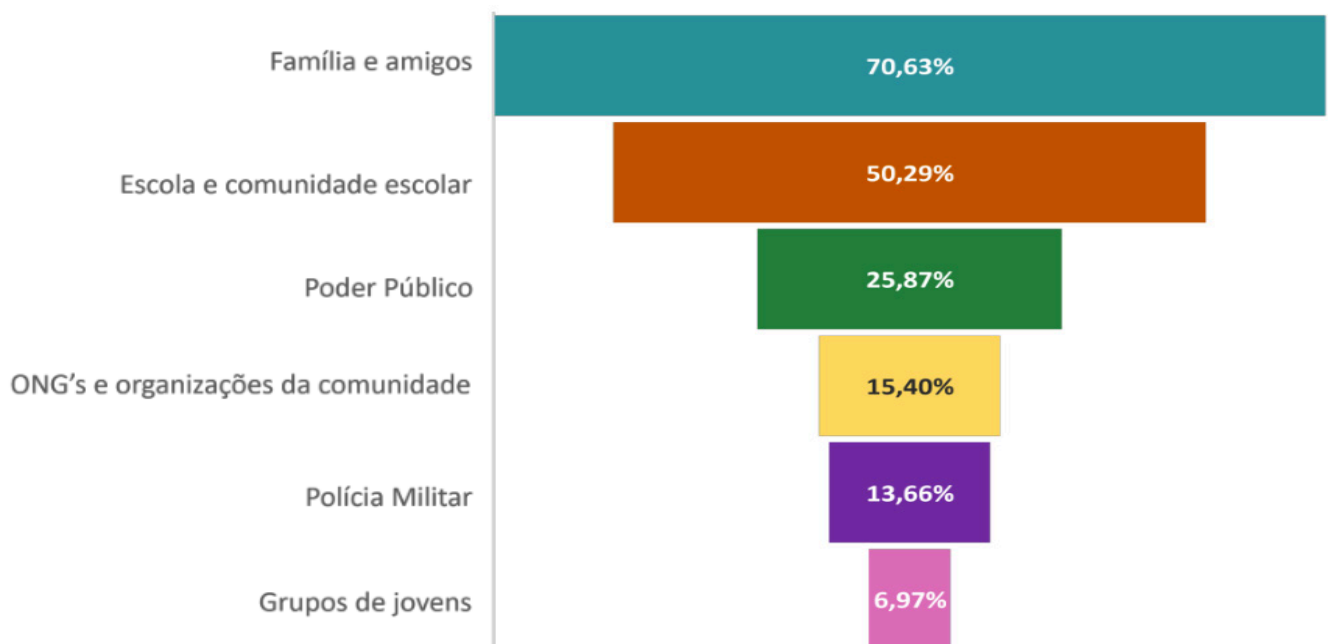
Conhecimento sobre o conteúdo do ECA



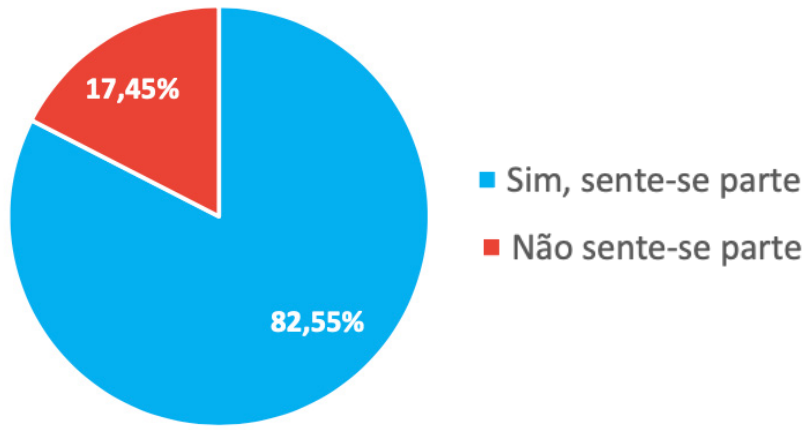
Percepção dos adolescentes sobre a GARANTIA DE DIREITOS da criança e do adolescentes em Guaratinguetá



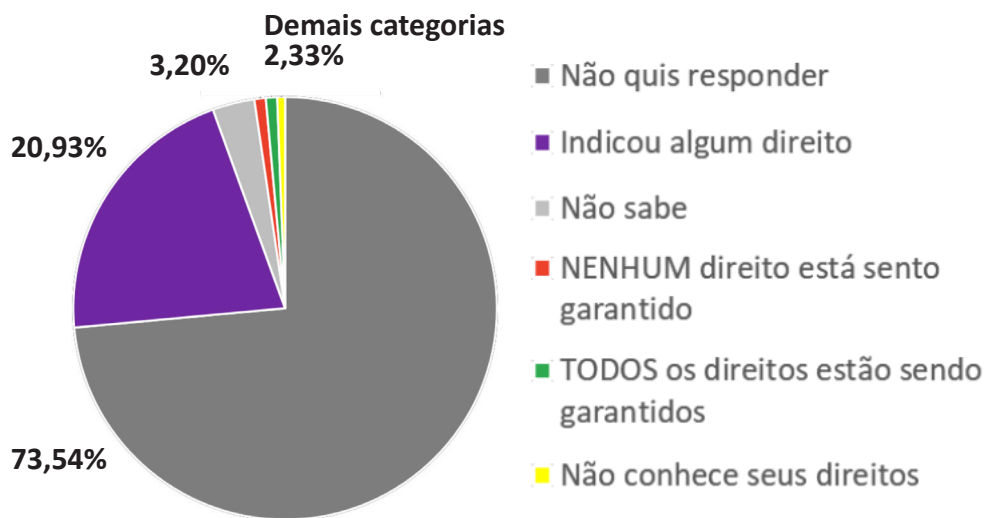
Maiores responsáveis pela GARANTIA DOS DCA



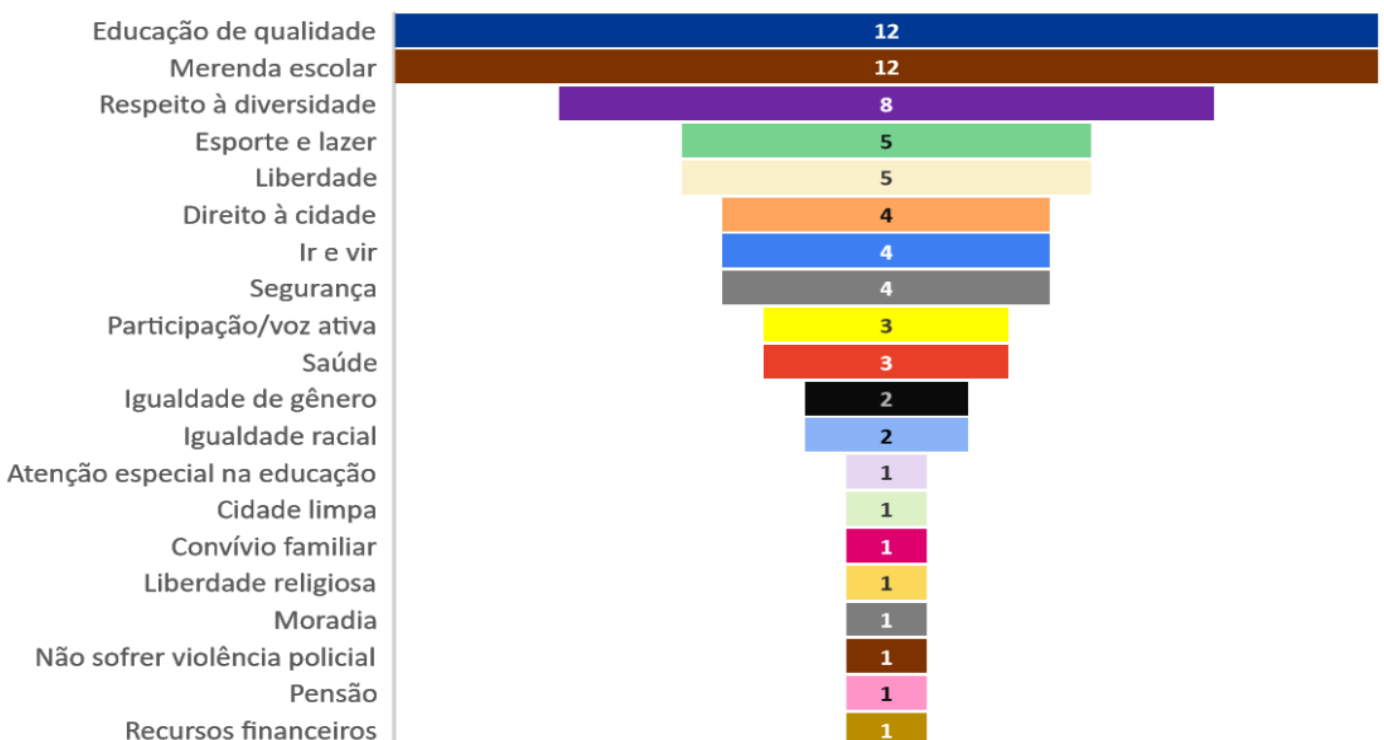
Sentimento de PERTENCIMENTO À CIDADE



Quais direitos consideram que NÃO ESTÃO SENDO GARANTIDOS.

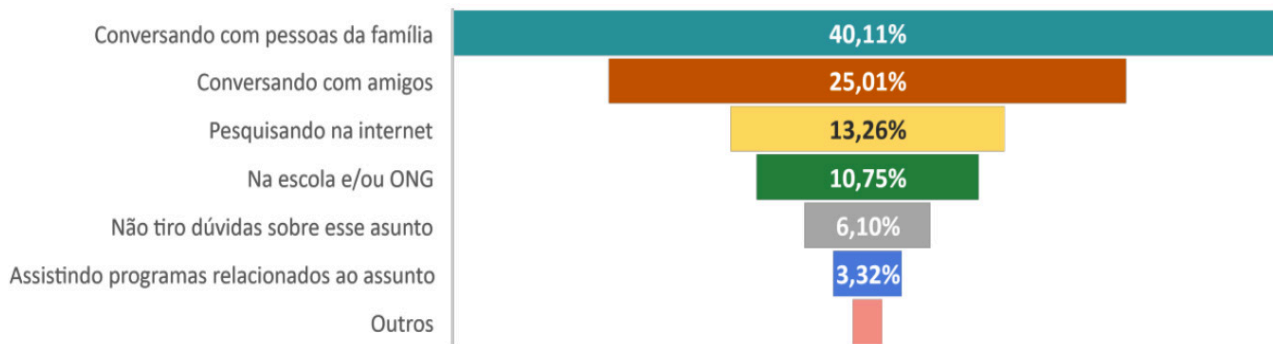


Direitos NÃO GARANTIDOS e números de vezes que foram mencionados

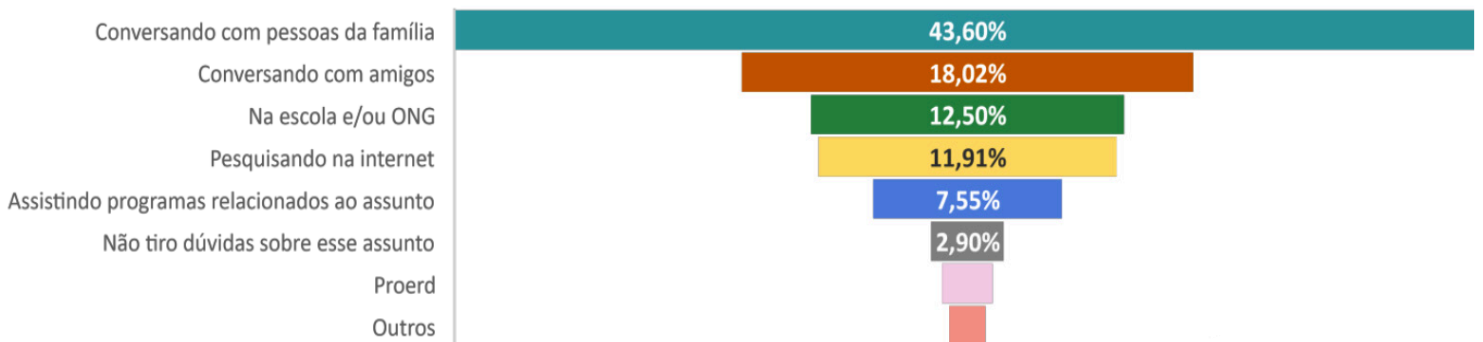


2.3.8. Com quem tiram dúvidas sobre:

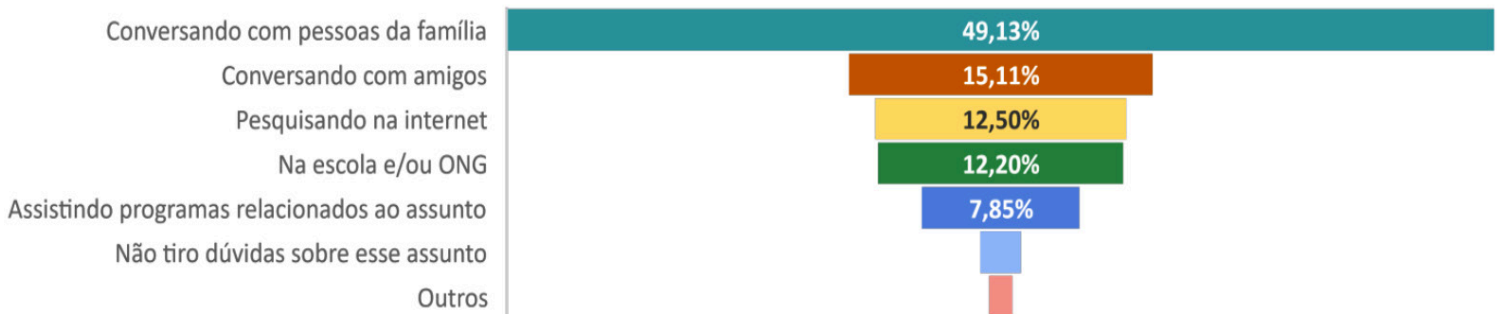
SEXUALIDADE



DROGAS



VIOLÊNCIA

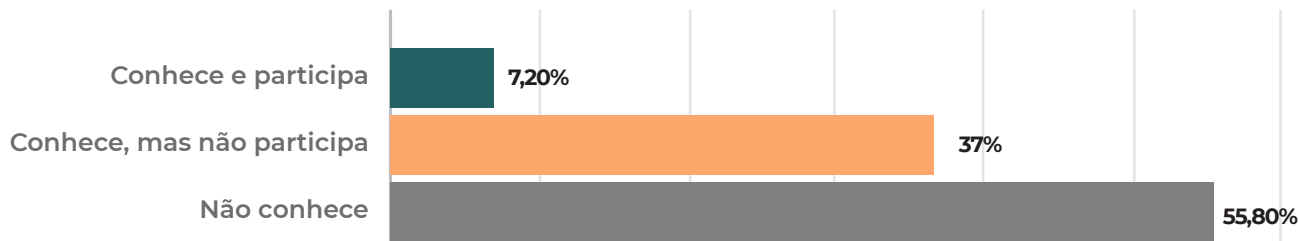


2.4. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

2.4.1. Conhecimento da população sobre ESPAÇOS de participação e controle social.

Entre as famílias escutadas uma parcela significativa - de 55,8% - disse que não conhece espaços de participação e controle social, apenas 7,2%

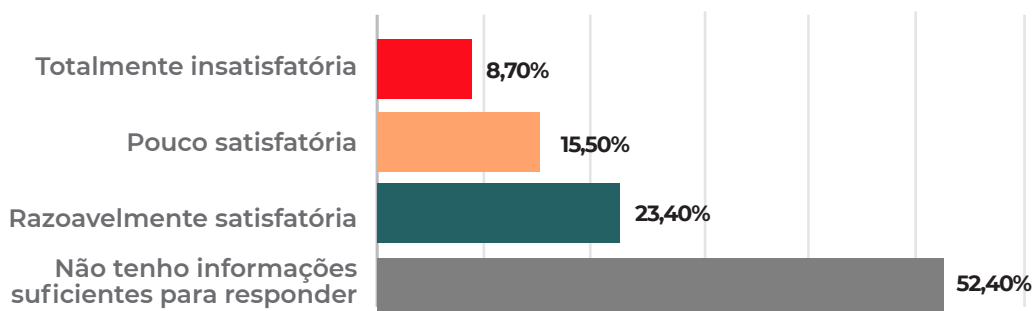
disse conhecer e participar desse tipo de espaço - a pergunta realizada nesse sentido mencionava conselhos escolares e municipais.



2.4.2. Avaliação dos profissionais de SGDCA sobre a participação da população no controle social.

Na avaliação dos profissionais do SGDCA a maior parte dos respondentes disse não ter informações para responder, em segundo lugar ficou a indicação

de participação da população razoavelmente satisfatória com 23,40%.

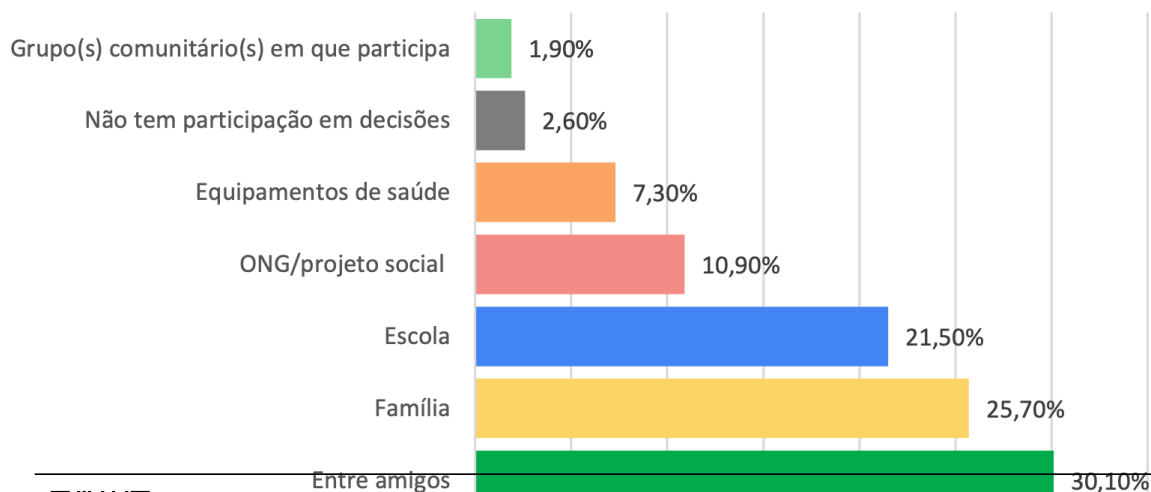


2.4.3. Reconhecimento de crianças e adolescentes sobre seus espaços de participação.

Entre os adolescentes escutados os espaços de participação mais reconhecidos são grupos de amigos, com 30,1% das menções, a família com 25,7% e a

escola com 21,5%. Nas conversas em grupos focais a maioria demonstrou falta de conhecimento sobre o ECA e os conselhos municipais.

Reconhecimento de crianças e adolescentes sobre seus ESPAÇOS de participação



2.5. CAMINHOS PARA MUDANÇA

2.5.1 Maiores DESAFIOS de Guaratinguetá em relação às crianças e adolescentes.

No ranking de desafios à garantia dos direitos das crianças e adolescentes de Guaratinguetá, a Educação foi a mais mencionada, especialmente a necessidade de mais escolas em período integral, a melhoria da qualidade do ensino e a necessidade de aumento de vagas nas creches. Embora a mesma área seja também a melhor avaliada entre as políticas públicas, o campo da educação tende a ser visto como um dos maiores, se não o maior

responsável na garantia dos DCA. A saúde ficou em segundo lugar, com indicação da necessidade de mais médicos e ampliação do atendimento em saúde mental. Em terceiro ficou o problema da falta de cursos profissionalizantes para adolescentes e jovens. Uso/abuso de álcool e/ou outras drogas está em quarto e em quinto aparece a falta de informação e conhecimento dos DCA tanto pela população como por parte dos profissionais do SGDCA.

	Menções por SUBTEMA	Menções por TEMA
EDUCAÇÃO	101	162
Educação - mais escolas com período integral	19	
Educação - qualidade do ensino	16	
Educação - mais vagas nas creches	6	
Educação - infraestrutura escolar	3	
Outros	17	
SAÚDE	95	120
Saúde - mais médicos	14	
Saúde - mais atendimento em saúde mental	6	
Outros	5	
TRABALHO E RENDA - mais cursos profissionalizantes	40	98
Trabalho e renda - mais oportunidades para aprendiz e 1º emprego	40	
Trabalho e renda - mais empregos	13	
Outros	5	
USO/ABUSO DE ÁLCOOL E/OU OUTRAS DROGAS	94	94
FALTA DE INFORMAÇÃO e conhecimento sobre os DCA	84	94
ESPORTE E LAZER - mais espaços e atividades	69	74
Esporte e lazer	5	



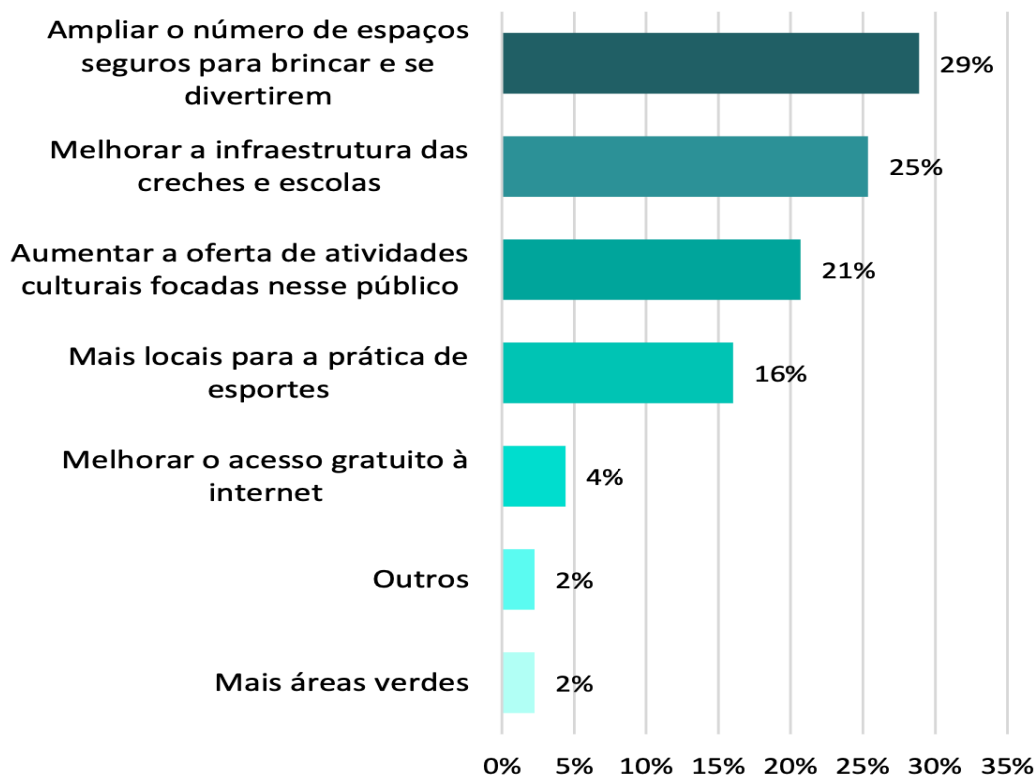
	Menções por SUBTEMA	Menções por TEMA
INFRAESTRUTURA URBANA - ruas/calçadas	31	73
Mais atenção do poder público para alguns bairros	14	
Infraestrutura urbana - saneamento básico	14	
Infraestrutura urbana - iluminação	6	
Infraestrutura urbana - alagamentos	5	
Mais Praças e parques - mais áreas e manutenção das existentes	3	
FALTA DE TRABALHO EM REDE/INTERSETORIALIDADE	64	64
SEGURANÇA	57	63
Segurança - mais policiamento	4	
Segurança - no entorno das escolas	1	
Segurança no trânsito	1	
VIOLÊNCIA	41	49
Violência/abuso sexual	5	
Violência - abuso/bullying	2	
Violência doméstica	1	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	41	41
NEGLIGÊNCIA/ABANDONO DE INCAPAZ	37	37
FALTA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR	37	37
CULTURA - Mais projetos e atividades	32	36
Falta de acesso a atividades culturais	3	
Cultura - mais incentivos	1	
INTOLERÂNCIA PESSOAL E SOCIAL - desrespeito/discriminação	26	26
Desestruturação familiar	26	26
MEIO AMBIENTE - lixo/poluição	18	20
Meio ambiente - mais cuidado com os animais	2	
TRANSPORTE PÚBLICO - mais ônibus e horários	18	18
SEGURANÇA ALIMENTAR - merenda escolar	17	17
TRÁFICO DE DROGAS	16	16
VULNERABILIDADE SOCIAL	13	13
ATENDIMENTO E ACESSIBILIDADE PARA PCD	6	06



2.5.2. Identificação de PRIORIDADES para que Guaratinguetá promova mais qualidade de vida às crianças e adolescentes.

RESPOSTAS DOS JOVENS	Ampliar o número de espaços seguros para brincar e se divertirem	38%
	Mais locais para a prática de esportes	20%
	Melhorar a infraestrutura das creches e escolas	17%
	Aumentar a oferta de atividades culturais focadas nesse público	11%
	Melhorar o acesso gratuito à internet	6%
	Mais áreas verdes	4%
	Outros	3%
Total de respondentes		344

FAMILIARES ADULTOS	Melhorar a infraestrutura das creches e escolas	33%
	Aumentar a oferta de atividades culturais focadas nesse público	30%
	Ampliar o número de espaços seguros para brincar e se divertirem	20%
	Mais locais para a prática de esportes	12%
	Melhorar o acesso gratuito à internet	3%
	Não sei	1%
	Mais áreas verdes	1%
Total de respondentes		362



3^a FASE



Autenticar documento em <https://guaratingueta.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 310036003500360036003A00500052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.1. Considerações sobre o contexto de Pós-Pandemia

Educação:

- Observa-se uma considerável migração de famílias da rede privada para a rede pública de educação.
- Alunos da área-rural foram os maiores prejudicados durante a pandemia pela maior dificuldade de acesso à Internet para sustentar conexões duradouras.
- Alunos da alfabetização apresentam déficits ainda não resolvidos.

Assistência Social e proteção básica:

- A oferta de serviços é incapaz de atender a demanda acumulada no pós-pandemia, considerando a redução de benefícios assistenciais e uma maior incidência de atendimentos por demanda judicial.
- Observa-se uma descontinuidade nas oficinas oferecidas pela assistência social e a necessidade de reestruturar o PAIF.
- Aumento de casos de abuso contra crianças e adolescentes ou do risco de assédio sexual.

Saúde, emprego e transporte:

- Atendimento nos hospitais está sobrecarregado com as “demandas reprimidas”.
- O acesso ao mercado de trabalho, que já era difícil, piorou, com aumento da informalidade.
- Redução da oferta de transporte público pós-pandemia, que manteve-se no padrão de “durante”.

O que pensam os jovens:

- Quase não fizeram menções relacionadas ao pós-pandemia, exceto sobre a baixa qualidade no atendimento de saúde.

3.2. Considerações sobre os dados analisados

A cidade de Guaratinguetá faz parte de um seleto grupo onde se encontram as 20% ou talvez 10% melhores cidades brasileiras. Seus índices de desenvolvimento humano e educação, por exemplo, são bem superiores à média nacional e recente levantamento apontou que a cidade foi indicada como a melhor de todo Brasil em relação ao custo de vida (Pronatec, 2022). Tais indicadores por si só evidenciam que Guaratinguetá é um bom lugar para se viver e um lugar onde suas crianças e adolescentes podem se desenvolver e crescer saudáveis.

Todavia, nada disso quer dizer que a cidade não tenha desafios e pontos de melhoria, conforme demonstrado neste diagnóstico. Sem dúvida alguma, entendemos que a cidade é capaz de encontrar quaisquer soluções necessárias, na atuação conjunta do poder público, sociedade civil e iniciativa privada.

Neste tocante, gostaríamos de chamar atenção de que apesar da contratação deste diagnóstico ser um indicador do funcionamento do controle social no município, por meio do CMDCA, não podemos deixar de observar, por meio de nossa experiência pessoal, que hoje este conselho sofre com diversas fricções internas e com o esvaziamento do poder público. Os problemas apresentados a partir deste diagnóstico apontam para a necessidade de uma maior integração entre seus diferentes atores sociais, em torno de um CMDCA que seja visto como um ente social relevante e pertencente a toda cidade.

Conforme já demonstrado, a Educação é a área de maior interesse, para onde foram direcionados os maiores elogios e preocupações muito objetivas. A manifestação dos jovens quanto a qualidade do ensino atenta quanto ao seu interesse por padrões ainda mais elevados e a merenda reiteradamente apontada como “direito violado” deve ser recebida pelas autoridades públicas na forma de “denúncia”.

O elevado número de menções a “mais escolas em período integral” nos obriga a uma inescapável reflexão. Por um lado, é correto dizer que não há obrigatoriedade legal de implementação de escola integral no Brasil. Por outro, tal afirmação aponta para um claro desejo da sociedade de maior aproveitamento do espaço escolar e atividades de contraturno. Tal desejo pode ser atendido tanto pela educação pública, quanto por outras instituições que sejam habilitadas a ocupar esta função/espaço de interesse público.

Ao começarmos 2023, a Educação em todo Brasil encontra-se em um momento particularmente difícil. Primeiro, as sérias dificuldades trazidas pela reforma do ensino médio impuserem um enorme desafio aos gestores públicos de ensino, em tempo que o debate continua em âmbito federal. Segundo, a tragédia das crianças mortas numa creche em Blumenau ascenderam o alerta e um intenso debate sobre a crescente violência “nas” escolas e “contra as” escolas.



Os serviços de Assistência Social, ainda que muito elogiados, principalmente pela qualidade de seus profissionais de linha de frente, apresentam relativa sobrecarga gerada pelas demandas pós pandemia. Por mais que a cidade ostente bons indicadores sociais, é preciso sempre lembrar aos gestores públicos que não há tempos de bonança quando se tratar da garantia de direitos de crianças e adolescentes. Enquanto houver uma única criança em situação de vulnerabilidade, vítima de qualquer forma de violência ou privada de qualquer forma de direito, é dever dos gestores públicos agir de forma célere, firme e assertiva. E o mapeamento realizado pela Polícia Militar dos 107 pontos de atuação do tráfico de drogas combinado aos registros de apreensão de pouco mais de 30 crianças e adolescentes a cada ano, devem ser motivo suficiente para grande preocupação, ainda que representem uma fração mínima dos jovens da cidade. Toda criança e adolescente importam!

A Saúde merece atenção especial, em um momento em que toda a sociedade brasileira passou a dar mais valor aos serviços de saúde, a partir dos duríssimos aprendizados da pandemia. A avaliação crítica feita pela população fala por si, sem desconsiderar que o contexto atual elevou muito o grau de exigência das pessoas quanto aos serviços e políticas de saúde. Boa parte desta baixa avaliação se deu pelo mau atendimento oferecido, o que coincide com a enorme dificuldade que a equipe da TodosUm teve em acessar profissionais desta área, para os fins deste diagnóstico.

Transversal a todas estas áreas, é necessário destacar a permanente preocupação de diversos membros do CMDCA com as crianças e adolescentes portadores de deficiência e seu apelo para uma ação mais concreta em favor deste público. Uma análise mais direcionada, conciliada a forte mobilização interna no conselho, podem ser extremamente positivos na identificação de problemas e soluções para este e outros públicos historicamente marginalizados.

Por fim, constatamos que as entrevistas em Guaratinguetá não deixaram de repetir um velho e insistente clichê, no que diz respeito a preocupação em relação ao público adolescente. Como sempre, é grande o número de pessoas que desejam mais oportunidades de formação profissional e acesso ao mercado de trabalho para os jovens, o que é algo totalmente legítimo. Entretanto, ao entrevistarmos os próprios jovens, ainda que este seja também um de seus interesses, há uma busca muito maior pela sua formação pessoal, com o desejo por mais oportunidades de cultura, esporte e lazer.

Esta visão "utilitária" da juventude (o jovem ocioso precisa trabalhar), ainda que seja uma alternativa para alguns, não necessariamente representa o interesse da maioria e não está entre as prioridades nem de nossa extensa legislação infanto-juvenil, como das prioridades elencadas pelos próprios jovens e população adulta neste diagnóstico, conforme indicado no item 2.5 acima.

Que as crianças e adolescentes de Guaratinguetá possam brincar e se divertir enquanto podem. Quando se tornarem adultos, certamente serão gratos pela bela cidade que os cuidou.





DISIA
GUARATINGUETÁ
Diagnóstico Situacional da Infância e
Adolescência de Guaratinguetá





Autenticar documento em <https://guardaingueta.camaraempapa.com.br/autenticidade>
com o identificador 310606003500360036003A00500052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.208-2/2001 que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.